

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	9
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	19
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	20
Demonstração de Valor Adicionado	21

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	22
---	----

Notas Explicativas	53
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	125
----------------------------------	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	126
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	129
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	130
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	134
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	135

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.242.757.424
Preferenciais	0
Total	6.242.757.424
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	26.278.782	23.351.376
1.01	Ativo Circulante	3.478.566	2.483.103
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	511.790	1.008.767
1.01.03	Contas a Receber	917.255	1.059.107
1.01.03.01	Clientes	379.135	425.448
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	538.120	633.659
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	153.322	212.944
1.01.03.02.02	Contas a Receber Vinculadas à Concessão	10.609	9.354
1.01.03.02.03	Ativos de contrato	265.846	268.260
1.01.03.02.04	Créditos com Partes Relacionadas	17.664	24.474
1.01.03.02.05	Outros Créditos	90.679	118.627
1.01.04	Estoques	39.204	37.923
1.01.06	Tributos a Recuperar	119.208	169.408
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	119.208	169.408
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	108.582	150.720
1.01.06.01.02	Outros Tributos a Recuperar	10.626	18.688
1.01.07	Despesas Antecipadas	9.288	11.334
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.881.821	196.564
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.881.821	0
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	0	196.564
1.02	Ativo Não Circulante	22.800.216	20.868.273
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.273.938	5.950.972
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	149.368	136.591
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	149.368	136.591
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	6.124.570	5.814.381
1.02.01.10.03	Contas a Receber Vinculadas à Concessão	886.620	855.222
1.02.01.10.04	Ativos de contrato	4.729.547	4.639.497
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	49.775	94.368
1.02.01.10.06	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	1.819	508
1.02.01.10.07	Tributos Correntes a Recuperar	92.867	78.799
1.02.01.10.08	Outros Créditos	276.590	81.646
1.02.01.10.09	Direito de Uso de Ativos	87.352	64.341
1.02.02	Investimentos	10.104.390	8.629.485
1.02.02.01	Participações Societárias	10.104.390	8.629.485
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	15.145	16.112
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	6.693.383	5.284.133
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	3.395.862	3.329.240
1.02.03	Imobilizado	3.160.968	5.259.216
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.012.483	5.008.185
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	148.485	251.031
1.02.04	Intangível	3.260.920	1.028.600
1.02.04.01	Intangíveis	3.260.920	1.028.600
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.231.849	1.005.968
1.02.04.01.02	Outros	29.071	22.632

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	26.278.782	23.351.376
2.01	Passivo Circulante	5.107.929	2.929.671
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	119.712	290.601
2.01.01.01	Obrigações Sociais	17.514	24.531
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	102.198	266.070
2.01.02	Fornecedores	319.382	318.600
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	319.382	318.600
2.01.03	Obrigações Fiscais	24.925	57.245
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	24.322	56.826
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	24.322	56.826
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	42	53
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	561	366
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.153.939	782.241
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.097.232	174.260
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.097.232	174.260
2.01.04.02	Debêntures	1.056.707	607.981
2.01.05	Outras Obrigações	1.948.559	1.480.984
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.810	5.967
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.241	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	9.569	5.967
2.01.05.02	Outros	1.937.749	1.475.017
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.699.433	1.274.433
2.01.05.02.04	Benefícios Pós-Emprego	24.557	22.124
2.01.05.02.05	Encargos setoriais a recolher	19.940	15.248
2.01.05.02.06	Pesquisa e Desenvolvimento	13.567	55.130
2.01.05.02.07	Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	4.686	2.170
2.01.05.02.08	Passivo de arrendamentos	13.697	8.364
2.01.05.02.09	Outras Contas a Pagar	161.869	97.548
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	541.412	0
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	541.412	0
2.02	Passivo Não Circulante	6.931.440	7.673.539
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.459.322	5.267.252
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	566.724	2.106.275
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	566.724	2.106.275
2.02.01.02	Debêntures	3.892.598	3.160.977
2.02.02	Outras Obrigações	747.696	763.783
2.02.02.02	Outros	747.696	763.783
2.02.02.02.03	Fornecedores	142.376	131.143
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais	0	60.756
2.02.02.02.05	Benefícios Pós-Emprego	304.420	398.594
2.02.02.02.07	Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	167.478	62.990
2.02.02.02.08	Passivo de arrendamentos	80.058	60.761
2.02.02.02.09	Outras Contas a Pagar	53.364	49.539
2.02.03	Tributos Diferidos	1.445.182	1.207.009

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.445.182	1.207.009
2.02.04	Provisões	279.240	435.495
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	277.732	434.227
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	492	1.004
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	75.468	101.470
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	13.076	11.104
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	188.696	320.649
2.02.04.02	Outras Provisões	1.508	1.268
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	54	544
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Regulatórios	1.454	724
2.03	Patrimônio Líquido	14.239.413	12.748.166
2.03.01	Capital Social Realizado	6.242.757	6.242.757
2.03.02	Reservas de Capital	600.000	0
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	600.000	0
2.03.04	Reservas de Lucros	6.859.310	6.007.226
2.03.04.01	Reserva Legal	1.027.643	961.538
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	5.239.801	5.045.688
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	591.866	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	537.346	498.183

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.198.901	3.557.904
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.480.860	-1.484.510
3.03	Resultado Bruto	1.718.041	2.073.394
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	341.602	323.994
3.04.01	Despesas com Vendas	-21.497	-6.162
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-197.804	-310.497
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	273.793	39.972
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-135.672	-52.391
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	422.782	653.072
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.059.643	2.397.388
3.06	Resultado Financeiro	-534.427	-665.528
3.06.01	Receitas Financeiras	212.792	164.132
3.06.02	Despesas Financeiras	-747.219	-829.660
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.525.216	1.731.860
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-191.519	-80.824
3.08.01	Corrente	0	-33.414
3.08.02	Diferido	-191.519	-47.410
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.333.697	1.651.036
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-11.586	30.134
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-11.586	30.134
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.322.111	1.681.170
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,21178	0,2693
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,21178	0,2693

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	1.322.111	1.681.170
4.02	Outros Resultados Abrangentes	69.136	-55.318
4.02.01	Ajustes de Passivos Atuariais - não serão reclassificados para o resultado	104.752	-84.096
4.02.02	Ajustes de Passivos Atuariais - não serão reclassificados para o resultado - Equiv. patrim.	0	185
4.02.03	Tributos sobre Outros Resultados Abrangentes - não serão reclassificados para o resultado	-35.616	28.593
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.391.247	1.625.852

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.624.388	1.951.782
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.282.372	1.663.106
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	1.333.697	1.651.036
6.01.01.02	Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas	717.017	820.203
6.01.01.03	Juros efetivos - bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas	-120.800	-114.370
6.01.01.04	Remuneração de contratos de concessão de transmissão	-763.239	-677.543
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social	0	33.414
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	191.519	47.410
6.01.01.07	Resultado da equivalência patrimonial	-422.782	-653.072
6.01.01.08	Apropriação de obrigações de benefícios pós emprego	80.249	86.180
6.01.01.09	Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	28.497	29.894
6.01.01.10	Depreciação e amortização	396.895	394.279
6.01.01.11	Provisão decorrente do programa de demissão voluntária	4.046	190.305
6.01.01.12	Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	82.634	-147.548
6.01.01.16	Resultado das baixas de imobilizado	19.083	2.918
6.01.01.17	Resultado das baixas de intangível	498	0
6.01.01.18	Resultado na alienação de imóveis	-264.434	0
6.01.01.19	Resultado das baixas de direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos - líquido	-508	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	918.354	1.049.394
6.01.02.01	Clientes	880.670	713.750
6.01.02.02	Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	543.039	619.948
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-1.592	2.453
6.01.02.04	Outros créditos	97.601	23.539
6.01.02.05	Estoques	-1.281	-7.899
6.01.02.06	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-100.420	-139.565
6.01.02.07	Outros tributos a recuperar	-1.872	-3.137
6.01.02.08	Despesas antecipadas	2.046	1.666
6.01.02.09	Partes relacionadas a receber	6.810	-9.312
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	-174.935	22.659
6.01.02.11	Partes relacionadas a pagar	4.843	70
6.01.02.12	Fornecedores	-85.869	-100.093
6.01.02.13	Outras obrigações fiscais	40.967	121.069
6.01.02.14	Benefícios pós-emprego	-67.236	-69.332
6.01.02.15	Encargos setoriais a recolher	4.692	334
6.01.02.16	Pesquisa e desenvolvimento	-70.061	-64.037
6.01.02.17	Contas a pagar vinculadas à concessão	-6.344	-6.055
6.01.02.18	Outras contas a pagar	-104.855	10.808
6.01.02.19	Provisões para litígios quitadas	-47.849	-67.472
6.01.03	Outros	-576.338	-760.718
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-33.414
6.01.03.02	Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	-201.301	-230.557
6.01.03.03	Encargos de debêntures pagos	-393.048	-490.206

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01.03.04	Encargos de passivo de arrendamentos pagos	-9.640	-6.541
6.01.03.06	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais provenientes das operações descontinuadas	27.651	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.686.546	-992.362
6.02.01	Aplicações financeiras	-12.777	-13.569
6.02.02	Aquisições de controladas - efeito líquido do caixa adquirido	0	-1.004.484
6.02.03	Alienação de investimento - adiantamento	45.000	43.599
6.02.04	Aportes em investimentos	-1.613.171	-29.780
6.02.05	Redução de capital em investidas	37.130	120.500
6.02.06	Aquisições de imobilizado	-53.708	-100.218
6.02.07	Alienações de imobilizado	11.440	0
6.02.08	Aquisições de intangível	-2.252.864	-8.410
6.02.09	Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento provenientes das operações descontinuadas	152.404	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.565.181	-331.608
6.03.01	Ingressos de empréstimos e financiamentos	1.757	0
6.03.02	Custos de transação na captação de empréstimos e financiamentos	-33	-4.251
6.03.03	Ingressos de debêntures emitidas	1.600.000	1.300.000
6.03.04	Custos de transação na emissão de debêntures	-5.011	-24.688
6.03.06	Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	600.000	0
6.03.07	Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	-136.830	-134.972
6.03.08	Amortizações de principal de debêntures	-479.546	-809.646
6.03.09	Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	-15.156	-15.672
6.03.11	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	0	-642.379
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-496.977	627.812
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.008.767	380.955
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	511.790	1.008.767

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.242.757	0	6.007.226	0	498.183	12.748.166
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.242.757	0	6.007.226	0	498.183	12.748.166
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	600.000	291.866	-791.866	0	100.000
5.04.06	Dividendos	0	0	591.866	-591.866	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-300.000	-200.000	0	-500.000
5.04.09	Recebimento de adiantamento	0	600.000	0	0	0	600.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.322.111	69.136	1.391.247
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.322.111	0	1.322.111
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	69.136	69.136
5.05.02.06	Ajustes Atuariais	0	0	0	0	104.752	104.752
5.05.02.07	Tributos s/ Ajustes Atuariais	0	0	0	0	-35.616	-35.616
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	560.218	-530.245	-29.973	0
5.06.04	Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	0	0	0	33.363	-33.363	0
5.06.05	Transferência do custo atribuído	0	0	33.363	-33.363	0	0
5.06.06	Realização de investimento - passivo atuarial	0	0	-3.390	0	3.390	0
5.06.07	Reserva legal	0	0	66.105	-66.105	0	0
5.06.08	Reserva de retenção de lucros	0	0	464.140	-464.140	0	0
5.07	Saldos Finais	6.242.757	600.000	6.859.310	0	537.346	14.239.413

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.242.757	0	5.961.257	0	586.053	12.790.067
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.242.757	0	5.961.257	0	586.053	12.790.067
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.124.132	-543.621	0	-1.667.753
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-281.979	-543.621	0	-825.600
5.04.08	Deliberação de dividendo adicional proposto	0	0	-842.153	0	0	-842.153
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.681.170	-55.318	1.625.852
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.681.170	0	1.681.170
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-55.318	-55.318
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	185	185
5.05.02.06	Ajustes Atuariais	0	0	0	0	-84.096	-84.096
5.05.02.07	Tributos s/ Ajustes Atuariais	0	0	0	0	28.593	28.593
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.170.101	-1.137.549	-32.552	0
5.06.04	Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	0	0	0	32.552	-32.552	0
5.06.08	Reserva legal	0	0	84.059	-84.059	0	0
5.06.09	Reserva de retenção de lucros	0	0	1.086.042	-1.086.042	0	0
5.07	Saldos Finais	6.242.757	0	6.007.226	0	498.183	12.748.166

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	3.958.057	4.186.948
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.545.013	3.944.433
7.01.02	Outras Receitas	273.893	40.078
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	160.649	208.601
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-21.498	-6.164
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-912.579	-775.407
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-773.471	-901.875
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-72.931	-3.252
7.02.04	Outros	-66.177	129.720
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.045.478	3.411.541
7.04	Retenções	-396.895	-394.279
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-396.895	-394.279
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.648.583	3.017.262
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	642.212	854.561
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	422.782	653.072
7.06.02	Receitas Financeiras	212.792	164.132
7.06.03	Outros	6.638	37.357
7.06.03.01	Outras Receitas	7.186	7.223
7.06.03.02	Valor adicionado proveniente de operações descontinuadas	-548	30.134
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.290.795	3.871.823
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.290.795	3.871.823
7.08.01	Pessoal	383.013	628.116
7.08.01.01	Remuneração Direta	207.332	261.999
7.08.01.02	Benefícios	104.485	110.755
7.08.01.03	F.G.T.S.	13.606	16.028
7.08.01.04	Outros	57.590	239.334
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	820.320	724.893
7.08.02.01	Federais	809.850	709.922
7.08.02.02	Estaduais	5.136	9.396
7.08.02.03	Municipais	5.334	5.575
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	754.313	837.644
7.08.03.01	Juros	749.325	831.528
7.08.03.02	Aluguéis	4.988	5.916
7.08.03.03	Outras	0	200
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.333.697	1.651.036
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	200.000	825.600
7.08.04.02	Dividendos	591.866	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	541.831	825.436
7.08.05	Outros	-548	30.134
7.08.05.01	Valor adicionado distribuído proveniente de operações descontinuadas	-548	30.134

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	30.206.897	27.416.748
1.01	Ativo Circulante	4.818.694	4.151.929
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.682.854	2.311.905
1.01.03	Contas a Receber	1.048.644	1.153.055
1.01.03.01	Clientes	562.023	635.495
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	486.621	517.560
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	81.808	94.999
1.01.03.02.02	Contas a Receber Vinculadas à Concessão	10.609	9.354
1.01.03.02.03	Ativos de contrato	283.896	284.616
1.01.03.02.04	Créditos com Partes Relacionadas	14.277	10.637
1.01.03.02.05	Outros Créditos	96.031	117.954
1.01.04	Estoques	39.405	42.519
1.01.06	Tributos a Recuperar	147.870	194.747
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	147.870	194.747
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	136.120	174.754
1.01.06.01.02	Outros Tributos a Recuperar	11.750	19.993
1.01.07	Despesas Antecipadas	18.095	21.181
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.881.826	428.522
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.881.826	0
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	0	428.522
1.02	Ativo Não Circulante	25.388.203	23.264.819
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.228.175	6.827.460
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	525.926	487.790
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	525.926	487.790
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	6.702.249	6.339.670
1.02.01.10.03	Contas a Receber Vinculadas à Concessão	886.620	855.222
1.02.01.10.04	Ativos de contrato	5.225.562	5.118.487
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	50.501	94.667
1.02.01.10.06	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	1.819	508
1.02.01.10.07	Tributos Correntes a Recuperar	94.706	79.658
1.02.01.10.08	Outros Créditos	311.450	83.549
1.02.01.10.09	Direito de Uso de Ativos	131.591	107.579
1.02.02	Investimentos	3.411.007	3.345.352
1.02.02.01	Participações Societárias	3.411.007	3.345.352
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	15.145	16.112
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	3.395.862	3.329.240
1.02.03	Imobilizado	8.110.769	10.446.055
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.905.476	10.092.960
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	205.293	353.095
1.02.04	Intangível	6.638.252	2.645.952
1.02.04.01	Intangíveis	6.638.252	2.645.952
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.150.252	1.121.382
1.02.04.01.02	Autorização e Concessão de Controladas	1.445.674	1.489.302
1.02.04.01.03	Outros	42.326	35.268

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	30.206.897	27.416.748
2.01	Passivo Circulante	5.856.451	3.652.164
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	119.712	290.667
2.01.01.01	Obrigações Sociais	17.515	24.567
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	102.197	266.100
2.01.02	Fornecedores	396.417	405.213
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	396.417	405.213
2.01.03	Obrigações Fiscais	121.122	203.996
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	117.774	199.872
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	83.025	132.502
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	34.749	67.370
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.457	1.956
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.891	2.168
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.343.432	956.794
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.228.234	300.845
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.228.234	300.845
2.01.04.02	Debêntures	1.115.198	655.949
2.01.05	Outras Obrigações	2.334.356	1.718.077
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	11.993	7.530
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.241	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	10.752	7.530
2.01.05.02	Outros	2.322.363	1.710.547
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.699.431	1.274.434
2.01.05.02.04	Benefícios Pós-Emprego	24.557	22.124
2.01.05.02.05	Encargos setoriais a recolher	21.227	16.677
2.01.05.02.06	Pesquisa e Desenvolvimento	17.971	56.080
2.01.05.02.07	Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	6.759	2.170
2.01.05.02.08	Passivo de arrendamentos	14.454	8.851
2.01.05.02.09	Outras Contas a Pagar	537.964	330.211
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	541.412	77.417
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	541.412	0
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	0	77.417
2.02	Passivo Não Circulante	10.111.033	10.890.218
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.963.927	7.934.633
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.636.856	4.291.652
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.636.856	4.291.652
2.02.01.02	Debêntures	4.327.071	3.642.981
2.02.02	Outras Obrigações	1.055.382	914.081
2.02.02.02	Outros	1.055.382	914.081
2.02.02.02.03	Fornecedores	142.376	131.143
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais	0	60.756
2.02.02.02.05	Benefícios Pós-Emprego	304.420	398.594
2.02.02.02.06	Pesquisa e Desenvolvimento	7.017	8.482
2.02.02.02.07	Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	236.603	62.990

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.02.02.08	Passivo de arrendamentos	127.401	106.542
2.02.02.02.09	Outras Contas a Pagar	237.565	145.574
2.02.03	Tributos Diferidos	1.791.037	1.575.592
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.791.037	1.575.592
2.02.04	Provisões	300.687	465.912
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	299.180	464.644
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	14.690	20.612
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	75.983	101.952
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	13.076	11.105
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	195.431	330.975
2.02.04.02	Outras Provisões	1.507	1.268
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	53	543
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Regulatórios	1.454	725
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	14.239.413	12.874.366
2.03.01	Capital Social Realizado	6.242.757	6.242.757
2.03.02	Reservas de Capital	600.000	0
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	600.000	0
2.03.04	Reservas de Lucros	6.859.310	6.007.226
2.03.04.01	Reserva Legal	1.027.643	961.538
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	5.239.801	5.045.688
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	591.866	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	537.346	498.183
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	0	126.200

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.521.519	5.117.723
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.397.681	-2.368.575
3.03	Resultado Bruto	2.123.838	2.749.148
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	141.261	-102.780
3.04.01	Despesas com Vendas	-24.227	-6.619
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-234.275	-354.076
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	304.104	41.893
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-181.236	-84.567
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	276.895	300.589
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.265.099	2.646.368
3.06	Resultado Financeiro	-606.512	-747.409
3.06.01	Receitas Financeiras	386.612	334.020
3.06.02	Despesas Financeiras	-993.124	-1.081.429
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.658.587	1.898.959
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-333.246	-264.614
3.08.01	Corrente	-164.455	-247.136
3.08.02	Diferido	-168.791	-17.478
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.325.341	1.634.345
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-18.377	66.176
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-18.377	66.176
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.306.964	1.700.521
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.322.111	1.681.170
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-15.147	19.351
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,21178	0,2693
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,21178	0,2693

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.306.964	1.700.521
4.02	Outros Resultados Abrangentes	69.136	-55.199
4.02.01	Ajustes de Passivos Atuariais - não serão reclassificados para o resultado	104.752	-83.792
4.02.03	Tributos sobre Outros Resultados Abrangentes - não serão reclassificados para o resultado	-35.616	28.593
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.376.100	1.645.322
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.391.247	1.625.852
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-15.147	19.470

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.920.784	2.309.504
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.188.436	2.825.588
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	1.325.341	1.634.345
6.01.01.02	Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas	963.019	1.086.202
6.01.01.03	Juros efetivos - bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas	-120.800	-114.370
6.01.01.04	Remuneração de contratos de concessão de transmissão	-833.630	-730.094
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social	164.455	247.136
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	168.791	17.478
6.01.01.07	Resultado da equivalência patrimonial	-276.895	-300.589
6.01.01.08	Apropriação de obrigações de benefícios pós emprego	80.249	86.179
6.01.01.09	Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	34.311	37.727
6.01.01.10	Depreciação e amortização	833.140	820.188
6.01.01.11	Provisão decorrente do programa de demissão voluntária	4.046	190.305
6.01.01.12	Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	79.972	-159.214
6.01.01.14	Realização de mais/menos valia em combinações de negócios	-722	-722
6.01.01.17	Resultado das baixas de imobilizado	31.685	9.373
6.01.01.18	Resultado das baixas de intangíveis	498	0
6.01.01.19	Resultado na alienação de imóveis	-264.434	0
6.01.01.20	Resultado das baixas de direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos - líquido	-590	1.644
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	782.771	768.303
6.01.02.01	Clientes	962.391	784.818
6.01.02.02	Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	187.301	170.450
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-2.014	2.206
6.01.02.04	Outros créditos	57.673	28.881
6.01.02.05	Estoques	3.114	-7.983
6.01.02.06	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-103.925	-144.006
6.01.02.07	Outros tributos a recuperar	-2.618	6.410
6.01.02.08	Despesas antecipadas	3.402	-1.166
6.01.02.09	Partes relacionadas a receber	-3.640	58
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	-175.000	22.637
6.01.02.11	Partes relacionadas a pagar	4.463	376
6.01.02.12	Fornecedores	-94.502	-117.440
6.01.02.13	Outras obrigações fiscais	39.889	112.101
6.01.02.14	Benefícios pós-emprego	-67.236	-69.332
6.01.02.15	Encargos setoriais a recolher	4.550	-779
6.01.02.16	Pesquisa e Desenvolvimento	-74.507	-71.105
6.01.02.17	Contas a pagar vinculadas à concessão	-6.344	-6.055
6.01.02.18	Outras contas a pagar	97.838	125.748
6.01.02.19	Provisões para litígios quitadas	-48.064	-67.516
6.01.03	Outros	-1.050.423	-1.284.387
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-213.932	-254.331

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01.03.02	Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	-381.758	-414.099
6.01.03.03	Encargos de debêntures pagos	-433.603	-533.193
6.01.03.04	Encargos de passivo de arrendamentos pagos	-12.678	-9.641
6.01.03.05	Encargos de obrigações com partes relacionadas pagos	0	-5.356
6.01.03.06	Caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais provenientes de operações descontinuadas	-8.452	-67.767
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.984.420	-1.087.004
6.02.01	Aplicações financeiras	-38.136	-33.226
6.02.02	Aquisições de controladas - efeito líquido do caixa adquirido	0	-911.450
6.02.03	Alienação de investimento - adiantamento	45.000	43.599
6.02.04	Aportes em investimentos	0	-10.780
6.02.05	Redução de capital em investidas	37.130	0
6.02.06	Aquisições de imobilizado	-97.917	-155.034
6.02.07	Alienações de imobilizado	11.440	0
6.02.08	Aquisições de intangível	-4.094.244	-10.243
6.02.09	Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimento provenientes de operações desconti	152.307	-9.870
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.412.885	-468.241
6.03.01	Ingressos de empréstimos e financiamentos	5.051	45.325
6.03.02	Custos de transação na captação de empréstimos e financiamentos	-33	-4.251
6.03.03	Ingressos de debêntures emitidas	1.600.000	1.300.000
6.03.04	Custos de transação na emissão de debêntures	-5.011	-27.705
6.03.05	Ingressos de mútuos obtidos com partes relacionadas	0	3.024
6.03.06	Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	600.000	0
6.03.07	Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	-255.935	-251.244
6.03.08	Amortizações de principal de debêntures	-529.912	-860.576
6.03.09	Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	-15.775	-16.348
6.03.10	Amortizações de principal de obrigações com partes relacionadas	0	-49.087
6.03.11	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	0	-642.379
6.03.12	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento de operações descontinuadas	14.500	35.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-650.751	754.259
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.311.905	1.580.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.661.154	2.334.259

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.242.757	0	6.007.226	0	498.183	12.748.166	126.200	12.874.366
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.242.757	0	6.007.226	0	498.183	12.748.166	126.200	12.874.366
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	600.000	291.866	-791.866	0	100.000	-111.053	-11.053
5.04.06	Dividendos	0	0	591.866	-591.866	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-300.000	-200.000	0	-500.000	0	-500.000
5.04.09	Recebimento de adiantamento	0	600.000	0	0	0	600.000	0	600.000
5.04.10	Alienação de participação societária	0	0	0	0	0	0	-111.053	-111.053
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.322.111	69.136	1.391.247	-15.147	1.376.100
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.322.111	0	1.322.111	-15.147	1.306.964
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	69.136	69.136	0	69.136
5.05.02.06	Ajustes Atuariais	0	0	0	0	104.752	104.752	0	104.752
5.05.02.07	Tributos s/ Ajustes Atuariais	0	0	0	0	-35.616	-35.616	0	-35.616
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	526.855	-463.519	-63.336	0	0	0
5.06.04	Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	0	0	0	33.363	-33.363	0	0	0
5.06.05	Transferência do custo atribuído	0	0	0	33.363	-33.363	0	0	0
5.06.06	Realização de investimento - passivo atuarial	0	0	-3.390	0	3.390	0	0	0
5.06.07	Reserva legal	0	0	66.105	-66.105	0	0	0	0
5.06.08	Reserva de retenção de lucros	0	0	464.140	-464.140	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.242.757	600.000	6.825.947	66.726	503.983	14.239.413	0	14.239.413

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.242.757	0	5.961.257	0	586.053	12.790.067	106.730	12.896.797
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.242.757	0	5.961.257	0	586.053	12.790.067	106.730	12.896.797
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.124.132	-543.621	0	-1.667.753	0	-1.667.753
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-281.979	-543.621	0	-825.600	0	-825.600
5.04.08	Deliberação de dividendo adicional proposto	0	0	-842.153	0	0	-842.153	0	-842.153
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.681.170	-55.318	1.625.852	19.470	1.645.322
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.681.170	0	1.681.170	19.351	1.700.521
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-55.318	-55.318	119	-55.199
5.05.02.06	Ajustes Atuariais	0	0	0	0	-83.911	-83.911	119	-83.792
5.05.02.07	Tributos s/ Ajustes Atuariais	0	0	0	0	28.593	28.593	0	28.593
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.170.101	-1.137.549	-32.552	0	0	0
5.06.04	Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	0	0	0	32.552	-32.552	0	0	0
5.06.08	Reserva legal	0	0	84.059	-84.059	0	0	0	0
5.06.09	Reserva de retenção de lucros	0	0	1.086.042	-1.086.042	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.242.757	0	6.007.226	0	498.183	12.748.166	126.200	12.874.366

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	5.471.406	5.914.926
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.987.038	5.653.592
7.01.02	Outras Receitas	304.204	41.990
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	204.391	225.963
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-24.227	-6.619
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.433.717	-1.254.702
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.264.050	-1.363.939
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-84.586	-8.399
7.02.04	Outros	-85.081	117.636
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.037.689	4.660.224
7.04	Retenções	-833.140	-820.188
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-833.140	-820.188
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.204.549	3.840.036
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	669.824	599.585
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	276.895	300.589
7.06.02	Receitas Financeiras	386.612	334.020
7.06.03	Outros	6.317	-35.024
7.06.03.01	Outras receitas	7.225	7.266
7.06.03.02	Valor adicionado proveniente de operações descontinuadas	-908	-42.290
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.874.373	4.439.621
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.874.373	4.439.621
7.08.01	Pessoal	400.633	650.819
7.08.01.01	Remuneração Direta	221.088	280.560
7.08.01.02	Benefícios	107.331	113.629
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.636	17.265
7.08.01.04	Outros	57.578	239.365
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.133.469	1.089.950
7.08.02.01	Federais	1.102.274	1.056.088
7.08.02.02	Estaduais	24.000	27.375
7.08.02.03	Municipais	7.195	6.487
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.015.838	1.106.797
7.08.03.01	Juros	994.352	1.081.928
7.08.03.02	Aluguéis	18.181	20.024
7.08.03.03	Outras	3.305	4.845
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.325.341	1.634.345
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	200.000	825.600
7.08.04.02	Dividendos	591.866	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	533.475	808.745
7.08.05	Outros	-908	-42.290
7.08.05.01	Valor adicionado distribuído proveniente de operações descontinuadas	-908	-42.290

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

MENSAGEM DO DIRETOR GERAL

Apresentamos, com muita satisfação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas referentes ao exercício de 2024.

Início destacando um evento de extrema importância para a história da Copel Geração e Transmissão, ocorrido em novembro de 2024, que foi a renovação das concessões de nossas três maiores usinas hidrelétricas: Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia), Governador Ney Braga (Segredo) e Governador José Richa (Caxias). A transformação da Copel em corporação em 2023 permitiu-nos renovar, à luz da legislação vigente, as concessões dessas usinas, possibilitando-nos garantir mais 30 anos de operação de 64% da nossa capacidade instalada de geração, reforçando nosso compromisso com a perenidade do negócio e a sustentabilidade da Companhia.

O ano de 2024 foi também marcado por projetos importantes para a estratégia da Companhia, dentre os quais destaco o desinvestimento de usinas de pequeno porte, o descruzamento de ativos com a Eletrobras e a alienação de imóveis inservíveis.

No projeto de desinvestimento de usinas de pequeno porte, a Companhia está alienando 13 usinas, dentre pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), centrais geradoras hidrelétricas (CGHs), eólica e térmica, que juntas totalizam 118,7MW de potência instalada. O desinvestimento trará maior foco em ativos mais relevantes, melhoria da eficiência operacional para o portfólio da Copel Geração e Transmissão e otimização da alocação de capital da Companhia. Esse projeto permitirá também concluir a descarbonização do portfólio de geração da Copel, em linha com a diretriz estratégica da Companhia, com a venda da Usina Termelétrica de Figueira, contemplada no conjunto de ativos alienados.

Já no descruzamento de ativos com a Eletrobras, a Copel transferirá a usina hidrelétrica (UHE) Colíder localizada no Estado do Mato Grosso e receberá as participações da Eletrobras no Consórcio Cruzeiro do Sul (UHE Governador Jayme Canet Junior) e na transmissora Mata de Santa Genebra, consolidando esses ativos integralmente nas demonstrações financeiras da Copel Geração e Transmissão. Com essa operação, a Companhia obterá ganhos de sinergia pela concentração de ativos onde já possui estrutura operacional robusta, além da simplificação da estrutura administrativa.

No projeto de alienação de imóveis inservíveis, a Copel Geração e Transmissão realizou a venda de diversos imóveis dentre os quais o Polo Padre Agostinho e as vilas residenciais das usinas Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia), Governador Ney Braga (Segredo) e Governador Parigot de Souza. A retirada destes bens do portfólio da Copel proporciona ganho de eficiência operacional e redução de custos, além de proporcionar geração de caixa para investimentos em ativos estratégicos.

Para finalizar, gostaria de reiterar nosso compromisso com a eficiência e qualidade na prestação de serviços de geração e transmissão, com sustentabilidade ambiental, econômica e social (ESG). Seguiremos operando nossos ativos com elevados índices de disponibilidade, ofertando expressivos montantes de energia limpa e renovável que são estrategicamente comercializados de forma a maximizar a geração de valor para a Companhia, nossos acionistas, a sociedade e o setor elétrico brasileiro.

Uma boa leitura a todos!

Fernando Mano da Silva

Diretor Geral

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1. A COMPANHIA

A Copel Geração e Transmissão S.A. (Companhia, Copel GeT ou Copel Geração e Transmissão) é uma companhia aberta registrada na categoria “B”, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), que atua com tecnologia de ponta nas áreas de geração e transmissão de energia. Opera um sistema de energia elétrica com parques geradores de usinas (hidrelétricas e eólicas), linhas de transmissão e subestações, inclusive em parcerias por meio de Sociedades de Propósito Específico - SPEs.

A Companhia adota as diretrizes expressas no referencial estratégico da Controladora, que balizam sua gestão e orientam todas as ações e decisões internas e externas.

Embora esteja sediada em Curitiba, no Paraná, a Companhia está presente em nove estados brasileiros, conforme mapa a seguir:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

• Prêmios e certificações em 2024

Prêmios / Certificações	Certificador
Prêmio Sesi ODS 2024 - categoria Ambiental - Grande Indústria	Sesi - Serviço Social da Indústria
Prêmio Abraconee - melhor divulgação de informações contábeis - 1º lugar em Grande Porte para Copel GET	Abraconee - Associação Brasileira de Contadores do Setor de Energia Elétrica
Certificado Empresa Cidadã	Conselho Regional de Contabilidade - CRC-RJ
Summit PMI-PR 2024 - premiação em gerenciamento de projetos	PMI - Project Management Institute

• Participação no Mercado

Principais produtos (%)	Brasil	Região Sul	Paraná
Geração de energia elétrica (1)	(2) 3,0	(3) 19,7	(3) 47,4
Transmissão de energia elétrica (4)	3,3	12,6	24,7

(1) Capacidade instalada da Copel Geração e Transmissão consolidada. Referência dez/24, conforme últimos dados disponíveis na CCEE

(2) Considerada apenas a parcela pertencente ao Brasil da Usina de Itaipu

(3) A Usina de Itaipu não é considerada na região Sul

(4) O mercado refere-se à Receita Anual Permitida - RAP

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

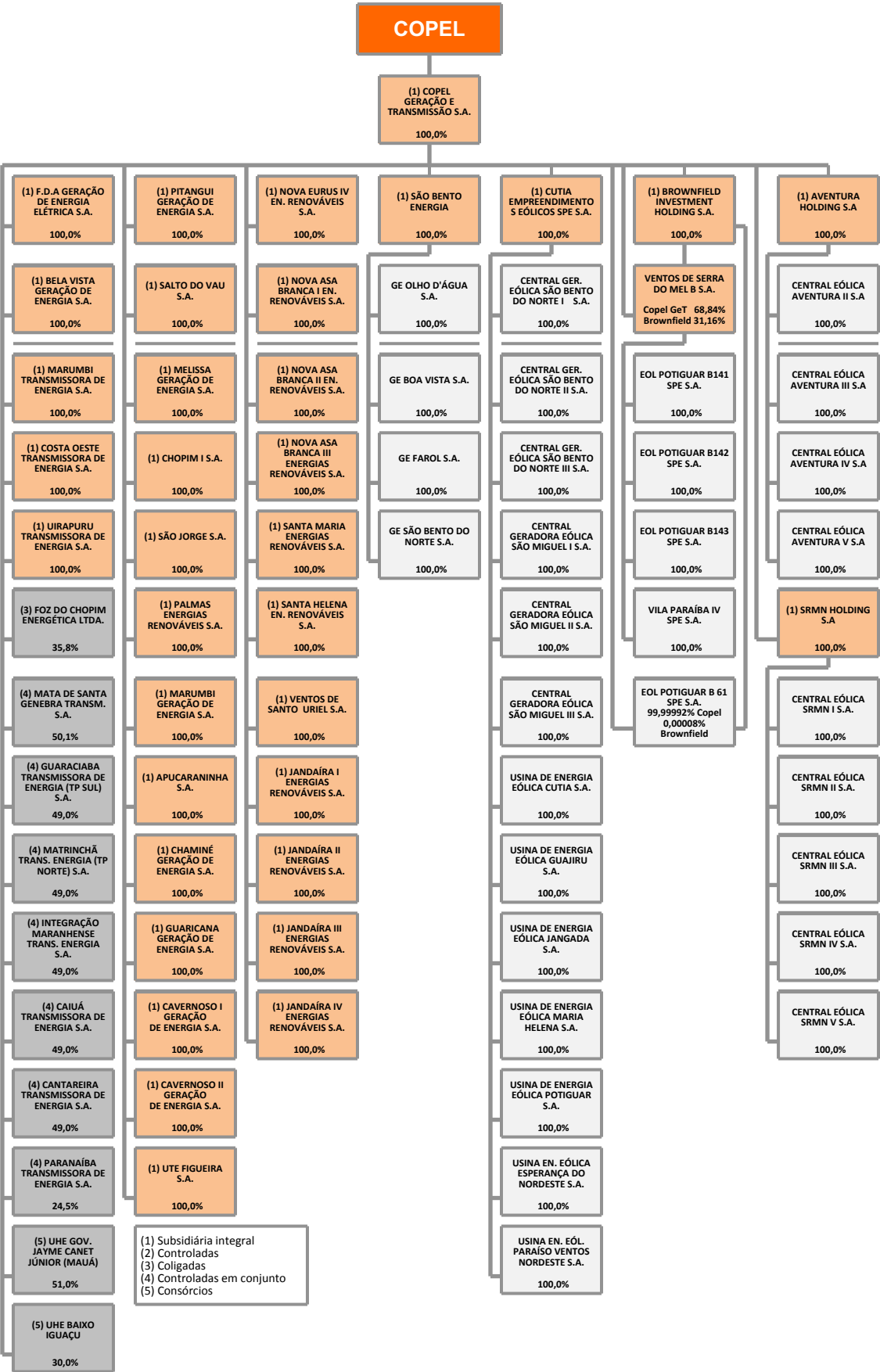
Copel Geração e Transmissão em Números (consolidado)

Em R\$ mil	2024	2023	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	30.206.897	27.416.748	10,2
Caixa e equivalentes de caixa	1.682.854	2.311.905	(27,2)
Títulos e valores mobiliários (1)	434.379	405.249	7,2
Dívida total	9.307.359	8.891.427	4,7
Dívida líquida	7.190.126	6.174.273	16,5
Receita operacional bruta	5.117.775	5.760.106	(11,2)
Deduções da receita	(596.256)	(642.383)	(7,2)
Receita operacional líquida	4.521.519	5.117.723	(11,6)
Custos e despesas operacionais	(2.533.315)	(2.771.944)	(8,6)
Equivalência patrimonial	276.895	300.589	(7,9)
Resultado das atividades	1.988.204	2.345.779	(15,2)
Ebitda ou Lajida	3.098.239	3.466.556	(10,6)
Resultado financeiro	(606.512)	(747.409)	(18,9)
IRPJ/CSLL	(333.246)	(264.614)	25,9
Lucro operacional	1.658.587	1.898.959	(12,7)
Lucro líquido proveniente de operações em continuidade	1.325.341	1.634.345	(18,9)
Lucro líquido (prejuízo) proveniente de operações descontinuadas	(18.377)	66.176	(127,8)
Patrimônio líquido	14.239.413	12.874.366	10,6
Juros sobre o capital próprio/Dividendos	1.091.866	825.600	32,3
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	0,8	1,1	(27,3)
Liquidez geral (índice)	0,7	0,7	—
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	68,5	67,7	1,2
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	65,4	69,1	(5,4)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	36,7	37,1	(1,1)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	29,3	31,9	(8,2)
Participação de capital de terceiros (%)	52,9	53,0	(0,2)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (2)	10,3	12,7	(18,9)

(1) Garantias de contratos da dívida
(2) Lucro Líquido ÷ (Patrimônio Líquido inicial)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Organograma societário em 31.12.2024



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

A Copel é signatária do Pacto Global desde sua criação em 2000 pelo então Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU, Kofi Annan, sendo pioneira no setor elétrico brasileiro ao ter sua participação homologada em 2001. Desde 2018, a empresa reforçou seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados à energia.

Em 2021, a Copel desenvolveu seu Plano de Neutralidade de Carbono, consolidando o tema como uma de suas prioridades. Na Visão 2030, a descarbonização da matriz de geração elétrica foi destacada como meta central. Além disso, a Visão 2030 incorporou compromissos com ética, governança e diversidade, com destaque para a ampliação da presença feminina em posições de liderança.

Ao traçar seu planejamento para a próxima década, a Companhia busca intensificar a integração das preocupações ambientais, sociais e de governança (ESG) em suas ações e decisões estratégicas.

Gestão da sustentabilidade

A Copel gerencia a sustentabilidade por meio de áreas especializadas voltadas para as temáticas ESG. A Holding estabelece diretrizes corporativas que são disseminadas em toda a empresa, incluindo suas subsidiárias, por meio de políticas e normas abrangentes.

A Copel Geração e Transmissão possui equipes específicas para a gestão de questões socioambientais, adequando suas ações às particularidades de cada operação. Essas iniciativas visam garantir conformidade socioambiental e alinhamento às melhores práticas de mercado.

O desempenho em sustentabilidade é monitorado internamente e avaliado por meio de índices especializados, como o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 e o *Corporate Sustainability Assessment* (CSA) da S&P Global. Esses indicadores permitem comparações com outras empresas e fornecem insights para a melhoria contínua nas dimensões ESG.

2.1. Governança Corporativa

A Copel Geração e Transmissão segue as diretrizes de sua controladora nas questões de Governança Corporativa. A Copel é uma companhia de capital aberto, dotada de personalidade jurídica de direito privado, cujas ações são negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3), Nova Iorque (NYSE) e Madri (Latibex) – que demanda um robusto sistema de governança para assegurar que o desempenho dos administradores e o planejamento estratégico está alinhado aos interesses da Companhia e suas partes interessadas.

Na B3, a Copel integra o Nível 2 de governança desde 2021. Seu sistema também adota o Código de Melhores Práticas de Governança para Companhias Abertas, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, e responde aos critérios da *Securities and Exchange Commission* - SEC, da bolsa norte-americana e dispositivos legais e regulatórios brasileiros.

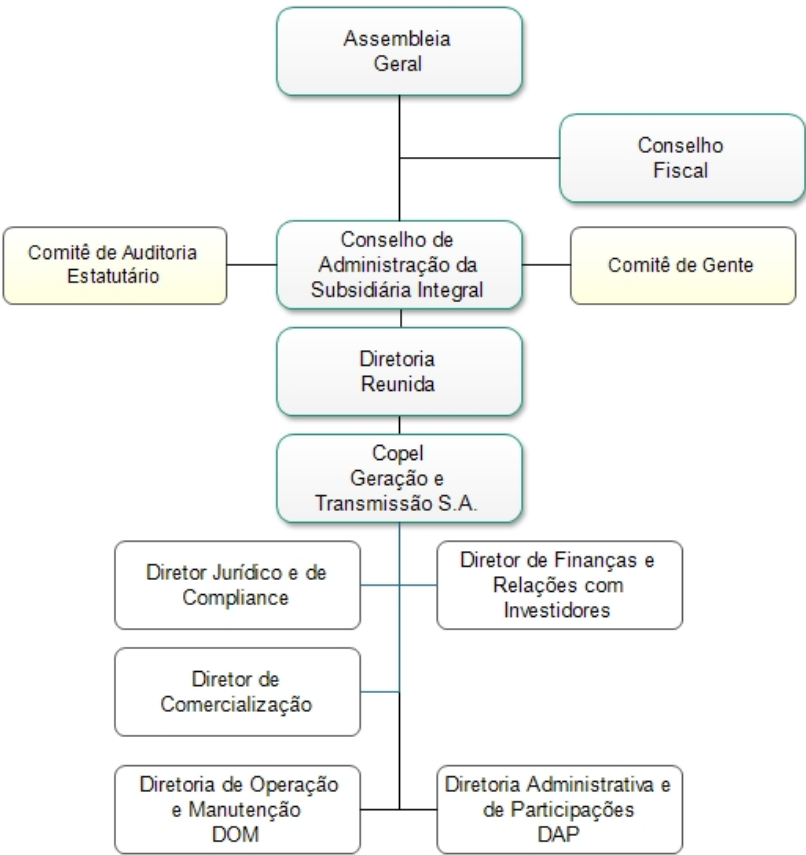
Após sua transformação em companhia de capital disperso e sem acionista controlador ("Corporação"), a controladora deu continuidade à adoção de uma série de mecanismos para fortalecer sua estrutura de governança corporativa, aperfeiçoando seus instrumentos e buscando manter uma estrutura robusta que acompanha a evolução das práticas de mercado.

A Copel Geração e Transmissão tem registro de companhia aberta na categoria B na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Esse registro é parte do planejamento estratégico da Companhia e não visa a emissão de ações. São medidas que reforçam ainda mais a transparência e as práticas de governança, além de oportunidade para diversificação das fontes de financiamento e otimização do perfil da dívida.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.1.1. Estrutura de Governança

A estrutura de governança atual da Companhia é a demonstrada a seguir:



Assembleia geral

É o fórum no qual o acionista tem poder para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções consideradas convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Conselho Fiscal

Órgão permanente que analisa e opina sobre as demonstrações financeiras e fiscaliza os atos dos administradores.

CONSELHO FISCAL	
Presidente	Demetrius Nichele Macei
Conselheiro	Francisco Olinto Velo Schmitt
Conselheiro	Filipe Bordalo di Luccio
Conselheiro - suplente	José Paulo da Silva Filho
Conselheiro - suplente	Kuno Dietmar Frank
Conselheiro - suplente	Patricia da Silva Barros

Conselho de Administração - CAD

Órgão deliberativo responsável por fixar a orientação geral dos negócios, em conformidade com as competências estabelecidas no Estatuto Social da Copel e em Regimento Interno.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Daniel Pimentel Slaviero
Membro	Fernando Mano da Silva
Membro	Diogo Mac Cord de Faria
Membro	Luiz Claudio Maia Vieira

Diretoria Reunida

Órgão colegiado responsável pelas funções executivas, com atribuição de representar a Companhia, de acordo com atribuições e deveres estabelecidos no Estatuto Social e Regimento Interno.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DIRETORIA	
Diretor Geral	Fernando Mano da Silva
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores	Felipe Gutterres Ramella
Diretor Jurídico e de Compliance	Yuri Müller Ledra
Diretor de Operação e Manutenção	Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Administrativo e de Participações	Adriano Fedalto
Diretor de Comercialização	Rodolfo Moraes Fontes Lima

Comitê de Auditoria Estatutário

Tem como atribuições principais fiscalização, revisão, supervisão, acompanhamento e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia. Também é responsável pela emissão de relatórios anuais, devendo o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, elaborado ao final do exercício, ser publicado em conjunto com as Demonstrações Financeiras.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Coordenador e membro especialista financeiro	Carlos Biedermann
Membro	Pedro Franco Sales
Membro externo	Luiz Claudio Maia Vieira

2.1.2. Programa de Integridade

O Programa de Integridade da Copel Geração e Transmissão está alinhado às melhores práticas de ações contra a corrupção. O 10º Princípio do Pacto Global preconiza que as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, com metas para desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, indo além das obrigações legais, fortalecendo os mecanismos de transparência e integridade. Abrangendo todos os empregados, administradores e conselheiros fiscais, o Programa de Integridade está estruturado para prevenir, detectar e remediar potenciais atos lesivos como conflito de interesses, fraudes em processos de contratação e pagamentos, entre outros.

Para seguir garantindo a aplicação das melhores práticas, a Copel foi certificada pela ISO 37301, revisando uma série de práticas e normas, ampliando a interação entre os processos de controles e gestão de riscos e implementou outras melhorias ao longo de 2024.

Código de Conduta

Criado em 2003, o Código de Conduta foi revisado e atualizado em 2024, incorporando as mudanças decorrentes da transformação da Companhia em corporação e melhores práticas de mercado. O documento orienta o comportamento de todas as pessoas que exercem atividades em nome da Copel e suas participações societárias e inclui referências sobre a conduta esperada em temas contemporâneos como participação em redes sociais, proteção de dados pessoais, trabalho remoto, cibersegurança e inteligência artificial. Também baliza a atuação em questões referentes à transparência, participação em leilões, saúde e segurança, responsabilidade social e ambiental, respeito aos direitos humanos, entre outras.

O Código de Conduta estabelece parâmetros de conduta para colaboradores, administradores (membros do Conselho de Administração), membros do Conselho Fiscal, membros de comitês (estatutários ou não estatutários), estagiários, aprendizes, fornecedores, prestadores de serviços e terceirizados. No caso de contratações e compras, as empresas se comprometem formalmente com o Código.

Canais de manifestação

A Copel incentiva que seus *stakeholders* registrem qualquer situação que indique violação de princípios éticos, políticas, normas, leis e regulamentos ou outras condutas impróprias e mantém específicos para esses fins, com garantia de sigilo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Canal de Denúncia é gerido pela Diretoria Adjunta de Governança, Risco e *Compliance* da Controladora e recebe manifestações sobre: assédio e discriminação, corrupção, destruição ou danos de bens da empresa, desvio de conduta, favorecimento, fraude ou roubo de bens e/ou dinheiro, irregularidades nas demonstrações financeiras e/ou relatórios de gestão, meio ambiente, não cumprimento de políticas e/ou procedimentos internos, uso indevido de recursos da Copel, vazamento ou uso indevido de informações, violação de leis, violações à Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e outras ilegalidades. O processo é monitorado pelo Comitê de Ética, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração e em decorrência dos resultados das apurações, podem ser recomendadas melhorias e aprimoramentos em procedimentos, controles internos, normas, políticas, programas de capacitação e comunicação, ou ainda a aplicação de medidas disciplinares, em conformidade com as normativas internas e legislação aplicável.

Para denúncias sobre fraudes e furtos na rede elétrica, a Copel disponibiliza um contato específico.

A Ouvidoria é outra instância de atendimento e conta com certificação pela ISO9001 e reconhecimento como uma das melhores ouvidorias do setor pela Aneel.

Os telefones e formulários estão disponíveis no site da Companhia:

<https://www.copel.com/site/institucional/canais-de-denuncia/>

2.1.3. Gestão de riscos

A Política de Gestão de Riscos está fundamentada nos valores da Copel, no seu Código de Conduta e nas orientações emitidas pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso)*.

Suas diretrizes, princípios e responsabilidades são aplicáveis às áreas corporativas da Copel Geração e Transmissão, suas subsidiárias integrais e controladas, e recomendadas às empresas controladas em conjunto, às empresas coligadas e a outras participações societárias, respeitados seus trâmites societários de forma a identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos inerentes à Companhia e ao seu setor de atuação e que possam afetar o atendimento dos seus objetivos e realização de seus negócios. A alta administração da Companhia também passa, anualmente, por treinamento sobre o tema, enquanto os empregados são treinados sobre a metodologia de gestão de riscos de forma a conseguir identificar situações de exposição e na adoção de ações mitigadoras.

Os riscos estratégicos são revisados e subsidiam a elaboração do Planejamento Estratégico, trabalho executado conjuntamente pelas altas direções da Copel (Holding) e das subsidiárias por meio da identificação e análise dos riscos, definição de plano de controle e contingência e estabelecimento de ações de monitoramento. Além dos riscos estratégicos, a estrutura de gerenciamento classifica os principais riscos em Financeiros, Operacionais e de Conformidade (*compliance*).

Para definição de seu apetite ao risco, a Copel considera os seguintes pilares: atuar nos mais elevados padrões éticos e de *compliance*; garantir que atividades ou práticas adotadas estejam alinhadas às práticas ESG com ênfase em mudança do clima e aspectos socioambientais; garantir que em todas as operações da Copel a segurança do trabalho seja rigorosamente observada; garantir o constante aprimoramento do nível de segurança cibernética de Tecnologia da Informação e de Tecnologia da Operação; não atuar em segmentos que não estejam relacionados à sua atividade principal; e investir em negócios aderentes à Política de Investimento e ao Planejamento Estratégico, tendo como fundamentos e pilares a descarbonização, integração com escala, disciplina de capital e inovação.

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Controladora, são feitos reportes periódicos do portfólio de riscos e dos respectivos planos de mitigação para a alta administração, detalhando também aspectos ambientais, sociais e de governança. Deste modo, o processo de gestão dos riscos estratégicos da Copel vem sendo continuamente aprimorado, em linha com as melhores práticas de mercado e em conformidade com a legislação vigente.

Além dos riscos estratégicos, a estrutura de gerenciamento classifica os principais riscos em Financeiros, Operacionais e de Conformidade (*compliance*). O relatório periódico de riscos conta ainda com um perfil ESG, em que são detalhados os principais aspectos ambientais, sociais e de governança.

2.1.4. Auditoria Externa

Nos termos estabelecidos por norma interna de Governança Corporativa e sob a revisão e supervisão do Comitê de Auditoria Estatutário, a Copel Geração e Transmissão possui contrato com PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes - PwC para a prestação de serviços de auditoria independente de suas demonstrações financeiras até o fim do exercício social de 2028. A PwC iniciou suas atividades a partir da revisão das informações trimestrais - ITRs do primeiro trimestre do exercício de 2024.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No exercício social encerrado em 31.12.2024 a PwC recebeu honorários no valor de R\$ 2,0 milhões e o auditor antecessor (Deloitte) recebeu o valor de R\$ 1,2 milhões, perfazendo um total R\$ 3,2 milhões referentes aos serviços regulares de auditoria independente. Adicionalmente, foram pagos em 2024 serviços não relacionados à auditoria independente, sendo R\$ 0,1 milhão para a Deloitte e R\$ 0,1 milhão para a PwC referentes a revisão de procedimentos fiscais e tributários, asseguarção das informações do Relato Integrado e da estrutura de controles para o processo de compilação e apuração de índice financeiro.

A Companhia troca a empresa responsável pela auditoria de suas demonstrações financeiras seguindo o critério de rodízio dos auditores independentes, conforme a Resolução CVM nº 23/2021.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a prática da Companhia prevê a análise prévia pelo Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento do Conselho de Administração, que deve considerar nesta avaliação se um relacionamento ou serviço prestado por auditor independente: (a) cria interesses conflitantes com o seu cliente de auditoria; (b) coloca-os na posição de auditar o seu próprio trabalho; (c) resulta em atuação em função de gestor ou como empregado do cliente de auditoria; ou (d) coloca-os em posição de advogado para o cliente da auditoria.

O Comitê de Auditoria Estatutário considera ainda, neste tipo de avaliação, se qualquer serviço prestado pela empresa de auditoria independente pode prejudicar, de fato ou aparentemente, a independência da firma. Sempre que necessário, o Comitê de Auditoria Estatutário pode contar com o apoio técnico da Auditoria Interna, ou de consultoria independente, para avaliação técnica que pode ser requerida em cada caso concreto, sendo registradas em atas de reuniões deste colegiado as discussões sobre contratações de outros serviços do auditor independente.

2.2. Dimensão Social

A Política de Sustentabilidade da Copel Geração e Transmissão define diretrizes para prevenir, mitigar e reparar violações, garantindo ambientes de trabalho dignos, inclusivos e livres de desigualdades. A uniformização de parâmetros de monitoramento e avaliação, iniciada em 2022, inclui a implementação de processos de devida diligência para fornecedores e o levantamento de temas prioritários relacionados aos direitos humanos, em colaboração com diferentes áreas da Companhia.

Esse processo considera indicadores como saúde e segurança no trabalho, registros do Canal de Denúncias e outras informações para mapear práticas existentes e identificar oportunidades de melhoria. Em 2022 e 2023, a Copel realizou capacitações sobre direitos humanos para áreas-chave, abordando temas como impactos na cadeia de valor, ações de monitoramento e prevenção, além de avanços no processo de diligência corporativa. Em 2024, encerrando a Semana Integrada de ESG, foi lançado o Curso de Direitos Humanos – edição 2024, voltado ao aprofundamento de temas cruciais para a promoção de uma cultura de respeito, inclusão e responsabilidade social. A Política de Sustentabilidade na íntegra pode ser acessada no [Portal de sustentabilidade](#).

2.2.1. Responsabilidade Social

Consciente de seu papel na sociedade, a Copel desenvolve programas e ações voltados ao bem-estar das comunidades, alinhados às expectativas de seus públicos e a diretrizes internacionais, como a Agenda 2030 da ONU. A Companhia busca alternativas que promovam desenvolvimento social, mesmo ao implementar novos empreendimentos que gerem empregos e receitas, mas que possam exigir mitigação de impactos.

Essas ações incluem os programas sociais obrigatórios no contexto do licenciamento ambiental, descritos nos Planos Básicos Ambientais - PBA e em relatórios específicos, além de iniciativas corporativas como:

- Voluntariado corporativo (EletriCidadania)
- Hortas comunitárias (Cultivar Energia)
- Educação sobre os ODS (Educa ODS)
- Programas voltados aos direitos humanos e diversidade

A Política de Sustentabilidade estabelece diretrizes para o investimento social privado, incluindo as doações e contribuições voluntárias e não voluntárias concedidas pela Copel. Essa política reforça a conexão com os ODS priorizados pela Companhia como base para definir os investimentos sociais.

Mais informações sobre esses programas podem ser encontradas no Relato Integrado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.2.2. Gestão de Pessoas

A Política Gestão de Pessoas - Recursos Humanos da Copel Geração e Transmissão reconhece que os empregados são o principal valor da Companhia e estabelece princípios e diretrizes visando o desenvolvimento, valorização, manutenção da saúde, segurança e qualidade de vida das pessoas. Esta política está alinhada às melhores práticas de mercado e serve de base para a tomada de decisão e implantação de programas e ações, de acordo com o planejamento estratégico corporativo.

A relação de trabalho com os empregados é conduzida com base nos valores da Copel (ética, respeito às pessoas, dedicação, transparência, segurança e saúde, responsabilidade e inovação) e no respeito aos preceitos universais, constitucionais e legais.

Com a transformação da Controladora em corporação em 11.08.2023, a Copel Geração e Transmissão deixou de ter obrigações impostas às empresas de economia mista e alguns aspectos trabalhistas ganharam maior flexibilidade, como, por exemplo, a possibilidade de aproveitamento do quadro interno, uma vez que a transposição entre carreiras agora é permitida, facilitando assim a mobilidade dos profissionais.

Movimentação do quadro de pessoal	
Quadro em 31.12.2023	1.491
Desinvestimento Uega (1)	14
Admissões/readmissões	6
Desligamentos (2)	398
Transferências	6
Quadro em 31.12.2024	1.091
Turnover em 2024	13,7

(1) Empresa desinvestida em 2024 e desconsiderada para turnover

(2) Incluídos os colaboradores que saíram no Programa de Demissão Voluntária durante o ano de 2024

Para apoiar as áreas operacionais e funções específicas, a Companhia estabeleceu uma política de terceirização, onde estão previstas as diretrizes para contratações de terceiros. As contratações seguem as exigências legais e de segurança do trabalho, além de regras e disposições internas definidas no Manual do Fornecedor e no Regulamento de Contratação. Cabe ao gestor do contrato acompanhar e fiscalizar todo o processo, da contratação à execução e entrega do trabalho contratado.

A Copel é reconhecida por suas boas práticas em gestão de pessoas. A Companhia celebrou, tanto em 2023 quanto em 2024, a conquista da certificação "Excelência em Gestão Ouro" no Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (PNQV), concedido pela Associação Brasileira de Qualidade de Vida – ABQV.

• Saúde, Bem-estar e Benefícios

Saúde e Qualidade de Vida são temas que estão nos fundamentos da Copel, que possui como premissa um ambiente organizacional saudável, seguro, com equilíbrio entre a vida pessoal e profissional e tem como objetivo a promoção da saúde integral dos nossos empregados. Esse objetivo é alcançado por meio de benefícios, programas e ações coordenadas de forma contínua.

Entre os benefícios concedidos pela Companhia a todos os seus colaboradores, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação; adiantamento de férias; participação nos lucros e resultados - PLR; prêmio por desempenho - PPD; auxílio-alimentação e refeição; vale lanche; auxílio-creche; auxílio a colaboradores com deficiência e a colaboradores que tenham dependente com deficiência; licença maternidade e licença paternidade estendidas; complementação de auxílio-doença; incentivo a hábitos saudáveis com ações de corrida e práticas de esportes.

A Companhia ainda oferece benefícios para seus colaboradores que impactam positivamente na qualidade de vida de seus familiares, como: liberação para acompanhamento de familiar, liberação para realização do pré-natal e acompanhamento da gestante.

A Copel possui o Programa de Home Office, que adota o regime híbrido de trabalho, com adesão voluntária. Neste modelo os colaboradores podem cumprir parte de sua jornada de trabalho presencialmente e parte à distância. Além do Home Office, são ofertados benefícios relacionados a flexibilidade de horário trabalho como horário de trabalho flexível, banco de horas e redução de jornada de 8 horas para 6 horas diárias, conforme critérios previstos em norma interna.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O foco na saúde dos colaboradores vai muito além de exames ocupacionais obrigatórios. Após a etapa ocupacional do periódico a Companhia disponibiliza a etapa adicional e preventiva do periódico com a oferta de outros exames, conforme o perfil do colaborador (sexo e idade) e sem custo para o empregado. Apesar de não ser obrigatória, é incentivada a realização tendo em vista que, o objetivo é prevenir, rastrear e diagnosticar precocemente as doenças de maior prevalência na população.

Por meio da Fundação Copel, disponibiliza-se o Plano de Saúde aos colaboradores e dependentes, a cobertura do plano contempla atendimento médico, odontológico, farmacêutico, plano ambulatorial, hospitalar e obstétrico, incluindo atendimentos em nutrição, psicologia e fisioterapia, por meio de uma vasta rede credenciada de prestadores de serviço.

Os beneficiários do plano de saúde contam ainda, com 3 unidades de Atenção Primária à Saúde - APS, em Curitiba, Maringá e Londrina e 4 cidades com APSs Digitais, Irati, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão e Pato Branco. Nas APSs, os beneficiários são atendidos sem coparticipação e destacam-se como grande avanço na prevenção e promoção da saúde.

Já o Programa de restrição e reabilitação profissional promove a inclusão de empregados que adquirem limitação física ou mental de forma definitiva e não podem mais atuar em suas funções e atividades originais, mas têm capacidade para trabalhar em outras atividades na empresa. O programa trabalha alinhado aos períodos de tratamentos e às avaliações da previdência social, mas não exclusivamente, para encontrar uma nova função que esteja mais adequada às limitações do empregado e compatível com sua capacidade. Na reabilitação, o empregado é acompanhado pelo gestor e por uma equipe especializada. Além disso, a Copel mantém a média dos últimos adicionais salariais por 12 meses após a reabilitação, a fim de garantir o equilíbrio econômico e financeiro do empregado com esta necessidade.

No cuidado com a saúde física, disponibiliza vacina contra a gripe sem coparticipação, ainda atua com ações de prevenção e controle de doenças crônicas, incentivo a atividade física e hábitos saudáveis. Em fevereiro de 2024 foi inaugurado, na sede da empresa, uma Sala de Atividade Física, denominada, por escolha dos copelianos, como Espaço +Energia. Nesse espaço, em parceria com a Associação Copel Curitiba, são ofertadas aulas de pilates, circuito funcional, fortalecimento muscular e Jiu-jitsu, além de manter os espaços energia e saúde que conta com academias ao ar livre e pista de caminhada em alguns polos.

Os cuidados também se estendem à saúde mental. Por meio do programa Plenamente, são realizadas ações voltadas a psicoeducação, suporte especializado e gestão em saúde psicoemocional. No que tange o suporte especializado, em 2024 foi implementada uma linha de suporte 24 horas por dia, 7 dias da semana: o canal de apoio psicossocial do Plenamente que é operado por profissionais especializados psicologia em formato online e gratuito (sem qualquer coparticipação financeira), seguro e sigiloso, atendendo os empregados e seus dependentes. Adicionalmente mantém o programa de tratamento e prevenção à dependência química, que promove a prevenção e o tratamento do uso e abuso de drogas entre os empregados, e orienta a conduta dos familiares em casos presentes na família.

O bem-estar financeiro também é pauta no cuidado integral na Copel. Em 2023 foi lançado o programa Redefinindo Valores, que visa a promoção de bem-estar financeiro e sustentabilidade econômica por meio de conhecimento sobre educação financeira, planejamento e administração pessoal das finanças, construindo uma longevidade financeira pessoal e familiar.

Pensando no futuro, a Copel oferece, por meio da Fundação Copel, um plano de previdência complementar que permite ao empregado formar um fundo de reserva financeira durante a vida profissional. E desde 1979, a Copel mantém o Programa de Preparação para a Aposentadoria e Pós Emprego, com uma série de palestras sobre educação financeira previdenciária, comportamento de consumo e poupança, empreendedorismo, qualidade de vida e saúde.

• Remuneração

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Companhia, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação nos Lucros e/ou Resultados - PLR e Prêmio Por Desempenho Copel - PPD). A PLR é composta por metas e indicadores corporativos e o PPD, por sua vez, consiste no reconhecimento do desempenho e cumprimento de metas nos diferentes níveis organizacionais (diretoria, superintendência, departamento e divisão). A proporção entre o menor salário praticado pela Copel Geração e Transmissão em dezembro de 2024 (R\$ 2.854,76) e o salário mínimo nacional vigente naquela data (R\$1.412,00) era de 2,02 vezes, não havendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

• Relações trabalhistas

A Copel Geração e Transmissão, através de sua Controladora, se relaciona com 16 sindicatos representativos das diversas classes de trabalhadores e, ao longo do ano, promove reuniões quadrimestrais para discussão de assuntos de interesse mútuo. Por ocasião da data base (outubro) esse relacionamento se intensifica quando os sindicatos e a Copel discutem as reivindicações para chegar ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT.

• Avaliação de desempenho

Desde 2013, a Gestão de Desempenho da Copel é realizada por meio do Programa Nossa Energia, que, ao longo do tempo, vem sendo aprimorado segundo as melhores práticas de mercado. De acordo com as regras do Programa, pelo menos uma vez ao ano cada empregado recebe o feedback do seu gestor considerando o desempenho apresentado. No momento da avaliação e do feedback, também é contratado o desempenho esperado para o próximo período. Para que os colaboradores possam conhecer todos os detalhes do Nossa Energia, é disponibilizado uma trilha de aprendizagem, que apresenta os conteúdos relacionados a gestão por competências, modelo e processo do programa e também sobre o plano de desenvolvimento.

Em 2024, houve revisão das competências para o nível de Gerência Executiva. A avaliação e elaboração dos planos de desenvolvimento ocorreu por meio de um processo de *assessment*.

• Mobilidade Interna e Novas Admissões

Com o processo de transformação que a Copel passou em 2023 tornando-se uma corporação, a Companhia passou a não ter mais a obrigatoriedade de contratação de colaboradores por meio de concurso público, possibilitando maiores oportunidades de aproveitamento do potencial e crescimento de carreira do seu quadro de colaboradores.

Esse cenário motivou a implantação, no primeiro semestre de 2024, do Programa de Mobilidade Interna da Copel, cuja diretriz principal é o preenchimento de vagas por meio da realização de processos seletivos internos, amplamente divulgados aos colaboradores da Companhia.

A Copel tem como prioridade o aproveitamento interno do quadro, no entanto, para algumas funções e posições é necessária a contratação de mercado. Dessa forma, a partir do segundo semestre de 2024, a Copel passou a realizar processos de recrutamento e seleção externos para a admissão de novos colaboradores e, para isso, conta com o apoio de consultorias especializadas.

• Desenvolvimento de Pessoas

O desenvolvimento profissional dos empregados é orientado pela gestão de competências, determinada pela identificação das necessidades de treinamento e capacitação do quadro de pessoal.

Em 2021 foi lançada a comunidade virtual denominada Compartilhando Energia, em que são divulgados periodicamente oportunidades de aprendizados. São cursos e conteúdos disponíveis a todos os colaboradores promovendo a atualização no seu escopo de trabalho. Outras ações da Companhia são a oferta, para todo o público interno, de cursos cujos temas relacionam-se à gestão de qualidade, processos e projetos, autodesenvolvimento e sobre ferramentas da qualidade na modalidade a distância por meio do ambiente de ensino a distância intitulado Copel EAD; o investimento em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu para profissionais que necessitam especializar-se em sua área de atuação; e mantém-se firmando parcerias educacionais, por meio de edital de chamada pública vigente desde 2016 e atualizado em 2022. Essas parcerias concedem descontos ou algum outro benefício, e abrangem educação básica, superior e profissional, de qualificação, aperfeiçoamento e línguas estrangeiras e podem estender-se aos dependentes.

Além da plataforma de aprendizado Degreed, em 2024 a Copel lançou uma nova plataforma de learning, a Supply Go, uma plataforma educacional com conteúdos especializados em Compras e *Supply Chain*. A plataforma facilita a aprendizagem, o desenvolvimento de habilidades e a análise de dados em tempo real, ampliando cada vez mais o protagonismo dos colaboradores em seu desenvolvimento.

2.2.3. Fornecedores

Ao longo de 2024, mesmo com sua transformação em uma corporação, a Copel reforçou o compromisso com seus stakeholders em manter uma cadeia de suprimentos forte e resiliente mediante a manutenção das parcerias firmadas bem como reforçando a adoção de rigorosos critérios de seleção de novos entrantes, conforme as necessidades operacionais identificadas. O desenvolvimento sustentável consiste no principal critério orientativo de suas ações, com foco na melhoria constante da gestão de sua cadeia produtiva e na otimização no uso de recursos em benefício da comunidade.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Para isso, a Copel adota um processo estruturado de avaliação de fornecedores com o objetivo de aprimorar o gerenciamento de riscos ao longo de sua cadeia de suprimentos. Esse processo abrange a análise de aspectos relacionados à capacidade técnica, saúde fiscal e financeira, enquadramento jurídico, análise de integridade dentre outros critérios relevantes conforme a especificidade de cada contratação, fornecendo subsídios para a definição de parâmetros mais objetivos e consistentes na classificação da criticidade dos fornecedores. Essa abordagem reforça o compromisso da Companhia com a transparência, a conformidade e a sustentabilidade em suas relações comerciais.

Conforme a criticidade da contratação, considerando seus diferentes aspectos, a Copel exige a apresentação de documentação complementar a fim de resguardar a competência mínima necessária do fornecedor que está participando do processo de seleção para posterior contratação. Como exemplo, se há criticidade no quesito ambiental, é exigida a apresentação de certidões e qualificações específicas, complementado pelas obrigações previstas em contrato cujo cumprimento é acompanhado pelo gestor e fiscal(is) ao longo de sua execução.

A Copel reafirma seu compromisso com a promoção de uma cadeia de suprimentos pautada em valores éticos e sustentáveis, incentivando a adoção dos Princípios do Pacto Global das Nações Unidas por parte de seus fornecedores e parceiros de negócios. Esses princípios, alinhados às áreas de direitos humanos, condições de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, orientam as práticas da companhia e fortalecem sua atuação responsável em todos os níveis de operação. Como parte desse compromisso, o Código de Conduta para Fornecedores da Copel desempenha um papel central, tendo sido concebido para garantir que todos aqueles que possuam algum tipo de relacionamento com a Copel compartilhem dos mesmos valores que norteiam a gestão corporativa da companhia.

2.2.4. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Conforme legislação, as concessionárias e permissionárias de geração e transmissão estão obrigadas a destinar anualmente parte de sua Receita Operacional Líquida - ROL regulatória para projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

Em 2024, a Copel GeT aplicou aproximadamente R\$ 5,9 milhões na execução de projetos aderentes ao programa PDI, sendo a maioria com possibilidade de afetar diretamente a redução dos impactos nocivos ao meio ambiente relacionados às atividades da Companhia.

Destaca-se ainda que em 2024 foi renovado o licenciamento para fabricação e comercialização do equipamento MEDCAP, que foi desenvolvido para ser utilizado em bancos de capacitores, verificando a capacitância sem a necessidade de sua retirada para ensaio, otimizando significativamente o tempo de prova. Nesse exercício iniciou-se também o processo de contratação de dois novos projetos, cujos objetivos são o de desenvolver e disponibilizar comercialmente dois novos produtos: o “Kit Monitoramento de Qualidade de Água”, tecnologia que permitirá realizar diagnósticos da qualidade da água de reservatórios e afluentes de forma rápida, eficaz e baixo custo e o projeto PD-06491-0003/2024, que vem com o objetivo de disponibilizar um sistema completo para monitoramento e diagnóstico para prevenir e evitar falhas catastróficas em buchas capacitivas que integram os transformadores de potência dos sistemas de transmissão de energia. Estima-se, portanto, a disponibilização de dois produtos comercialmente inovadores para usufruto da Copel e setor elétrico ao fim dos próximos dois anos, os quais permitirão melhorias nos processos de operação e manutenção, aumento da segurança e eficiência nos trabalhos de campo e geração de *royalties*, atrelados a possibilidade de redução/mitigação de impactos nocivos ao meio ambiente e aumento da garantia de bem-estar do consumidor.

2.3. Dimensão Ambiental

O comprometimento da Copel com o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente relacionado ao dia a dia de suas atividades. A Companhia atua para atingir a ecoeficiência, preservar a biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). Adicionalmente, transmite para clientes e fornecedores seus princípios de boa gestão ambiental.

As diretrizes para essa atuação estão na Política de Sustentabilidade, que aborda em seus diversos capítulos os temas Ambiental, Biodiversidade, Direitos Humanos, Engajamento com Partes Interessadas, Investimento Social Privado e Mudança do Clima e é base para outras normas internas de Gestão de Resíduos, de Gestão dos Efeitos de Mudança do Clima, entre outras.

As principais diretrizes relacionadas à dimensão ambiental são:

- Afirmar compromisso permanente com a preservação e respeito ao meio ambiente, considerando-o na estratégia corporativa, na tomada de decisão, nos processos de gestão e operação, nos estudos e implementação de novos negócios, e na ampla comunicação com as partes interessadas;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Gerir os aspectos, riscos e indicadores ambientais visando à melhoria contínua do desempenho ambiental, a mitigação dos impactos negativos e a potencialização dos impactos positivos nas suas atividades e negócios, buscando o desenvolvimento com sustentabilidade;
- Promover a ecoeficiência em todos os processos da Copel, visando à redução do consumo e o uso sustentável dos recursos naturais e a manutenção dos serviços ecossistêmicos;
- Incorporar o tema mudanças do clima no planejamento estratégico, na gestão integrada de riscos corporativos, na avaliação financeira e na identificação de oportunidades, bem como na estratégia dos negócios, principalmente na expansão e operação de seus ativos;
- Priorizar a energia proveniente de fontes renováveis na compra e comercialização de energia;
- Considerar na construção de ativos, as adequadas práticas construtivas e tecnologias permitindo a mínima emissão de gases de efeito estufa, tais como subestação blindada, uso de drones, e outras mais; e
- Incorporar medidas de adaptação às mudanças do clima na operação e expansão de seus ativos em cada um de seus negócios.

2.3.1. Ecoeficiência

A Copel Geração e Transmissão, através de sua Controladora, instituiu o Programa de Ecoeficiência para sistematizar suas ações no combate ao desperdício de energia, água, combustíveis e papéis, além da redução de resíduos. Criado em 2014, reúne um conjunto de ações possíveis e acessíveis que visam à preservação do meio ambiente, tendo como meta a redução de consumo de recursos naturais, a conscientização dos seus colaboradores e a redução de custos.

Com um arcabouço de ações, o programa também busca disseminar a educação para a sustentabilidade, o respeito ao meio ambiente e a preocupação com as futuras gerações.

2.3.2. Mudança do clima

O tema mudança do clima é analisado no processo de planejamento estratégico da Companhia, integrando as decisões corporativas em um horizonte de cinco anos. Dentro do planejamento financeiro são previstos orçamentos para o desenvolvimento tecnológico e a construção de novos empreendimentos sustentáveis, como usinas hidrelétricas, eólicas e solares. Além disso, a incorporação de cenários climáticos futuros, a precificação de carbono e o desenvolvimento de estudos para adaptação às mudanças do clima têm orientado a tomada de decisão da Companhia. Esses estudos e investimentos auxiliam no monitoramento e previsão para disponibilidade de equipes no atendimento a emergências.

Entre essas decisões, está o Plano de Neutralidade das emissões de gases de efeito estufa, em que a Companhia pretende neutralizar suas emissões de Escopo 1 até 2030. Um dos avanços nesse trabalho foi a decisão pela descarbonização da matriz elétrica, com o desinvestimento na Usina Termelétrica de Araucária (UEGA) e na Usina Termelétrica de Figueira.

Além disso, a remuneração variável (Prêmio por Desempenho) da Companhia considera metas ESG, sendo diretamente relacionadas ao Plano de Neutralidade, considerando as especificidades da Copel Geração e Transmissão.

2.3.3. Biodiversidade

Os ativos da Copel Geração e Transmissão estão localizados em diferentes regiões do País, inseridos em vários biomas brasileiros. Assim, a Companhia desenvolve ações para minimizar e compensar os impactos causados por suas atividades nos diversos ecossistemas que estão presentes. As ações da Copel Geração e Transmissão em prol da biodiversidade incluem:

- Proteção e/ou restauração de áreas destinadas à compensação das necessárias à implantação de empreendimentos;
- Restauração de Áreas de Preservação Permanente;
- Cuidados especiais com as espécies da fauna e da flora consideradas raras e ameaçadas, executando resgates e realocações de indivíduos quando necessário;
- Coleta e destinação de sementes para pesquisa e produção de mudas, de modo a garantir a manutenção da biodiversidade regional e a variabilidade genética das espécies endêmicas da flora;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Monitoramento das comunidades faunísticas e florísticas para verificar possíveis impactos e compensá-los sempre que necessário.

É importante ressaltar que os empreendimentos de geração e transmissão de energia também causam impactos positivos para a biodiversidade, os quais, geralmente, são permanentes e conferem uma proteção maior aos ambientes naturais. No Relato Integrado é possível conhecer as outras ações voltadas aos aspectos de energia, mudança do clima, biodiversidade, água e resíduos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.4. Balanço Social

BALANÇO SOCIAL ANUAL					
Em dezembro de 2024 e 2023					
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
			2024	2023	
1 - BASE DE CÁLCULO					
NE 27	Receita Líquida - RL	4.521.519	5.117.726		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS			% Sobre RL	% Sobre RL	
	Remuneração dos administradores	2.187	0,0	3.920	0,1
	Remuneração dos empregados	226.722	5,0	283.531	5,5
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	37.861	0,8	41.513	0,8
	Encargos sociais compulsórios	75.761	1,7	86.794	1,7
	Plano previdenciário	23.111	0,5	26.010	0,5
	Saúde (Plano assistencial)	61.508	1,4	62.443	1,2
	Capacitação e desenvolvimento profissional	3.541	0,1	3.548	0,1
NE 28.2	Provisões por desempenho e participação nos lucros	53.532	1,2	49.060	1,0
NE 28.2	Indenizações Trabalhistas	4.046	0,1	190.305	3,7
	Cultura	341	0,0	311	0,0
	Creches ou auxílio-creche	253	0,0	295	0,0
	Segurança e saúde no trabalho	452	0,0	182	0,0
	Educação	683	0,0	732	0,0
	Benefício maternidade prorrogado	178	0,0	239	0,0
	Vale transporte excedente	49	0,0	88	0,0
	Total	490.225	10,8	748.970	14,6
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS			% Sobre RL	% Sobre RL	
	Cultura	1.322	0,0	2.058	0,0
	Saúde e saneamento	662	0,0	928	0,0
	Esporte	661	0,0	929	0,0
	Fundo para a infância e a adolescência	331	0,0	464	0,0
	Pesquisa & Desenvolvimento	19.702	0,4	25.466	0,5
	Outros	1.371	0,0	3	0,0
	Total das contribuições para a sociedade	24.049	0,5	29.848	0,6
	Tributos (excluídos encargos sociais)	1.057.703	20,7	1.148.795	22,4
	Total	1.081.752	23,9	1.178.643	23,0
4 - INDICADORES AMBIENTAIS			% Sobre RL	% Sobre RL	
	Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	10.497	0,2	30.334	0,6
	Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	2.077	0,0	3.540	0,1
	Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	494	0,0	24	0,0
	Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	1.340	0,0	3.964	0,1
	Total	14.408	0,3	37.862	0,7
(1)	Quantidade de sanções ambientais judiciais no exercício		0	15	
Metas ambientais			2024	Metas 2025	
		() não possui metas		() não possuirá metas	
-	encaminhar 76% dos resíduos industriais para reuso ou reciclagem	() cumpre de 0 a 50%		() cumprirá de 0 a 50%	
		() cumpre de 51% a 75%		() cumprirá de 51% a 75%	
		(x) cumpre de 76% a 100%		(x) cumprirá de 76% a 100%	

NE - Nota Explicativa

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL (inclui controladas)				2024	2023		
Empregados no final do período				1.091	1.491		
Admissões e readmissões durante o período				6	1		
Escolaridade dos empregados(as):					Homens	Mulheres	Total
Extensão universitária				338	138	476	604
Ensino superior				306	90	396	567
Ensino técnico				158	10	168	258
Ensino médio				41	10	51	60
Ensino fundamental				0	0	0	2
Faixa etária dos empregados(as):							
De 18 até 30 anos (exclusive)				1	4		
De 30 até 45 anos (exclusive)				637	744		
De 45 até 60 anos (exclusive)				442	665		
60 anos ou mais				11	78		
Mulheres que trabalham na empresa				248	338		
% Mulheres em cargos gerenciais:							
em relação ao nº total de mulheres				10,9	8,6		
em relação ao nº total de gerentes				24,8	25,4		
Negros(as) que trabalham na empresa				141	178		
% Negros(as) em cargos gerenciais:							
em relação ao nº total de negros(as)				5,0	5,1		
em relação ao nº total de gerentes				6,4	7,9		
Portadores(as) de necessidades especiais				10	16		
Dependentes				4.184	5.508		
Terceirizados				822	604		
(2) Aprendiz (es)				18	13		
(2) Estagiários(as)				53	54		
Empregados com mais de 10 anos de serviço				966	1.346		
Divisão do maior salário da empresa pelo menor salário - incluindo administradores				29	25		
Quantidade de empregados com salário superior a 2 salários mínimos				1.088	1.477		
Processos trabalhistas							
Nº de processos trabalhistas em andamento no final do exercício				496	643		
Nº de processos incluídos no exercício				81	87		
Nº de processos trabalhistas encerrados no exercício				244	272		
(3) Número total de Acidentes de Trabalho (inclui acidentes com contratados)				17	18		

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL				2024	Metas 2025	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por		direção e gerências			direção e gerências	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		todos + Cipa			todos + Cipa	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:		incentiva e segue a OIT			incentivará e seguirá a OIT	
A previdência privada contempla:		todos			todos	
A participação dos lucros ou resultados contempla:		todos			todos	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		são exigidos			serão exigidos	
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:		organiza e incentiva			organizará e incentivará	

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7- GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA		2024	2023
Valor adicionado total a distribuir		3.874.373	4.439.621
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):			
Terceiros		26,2%	24,9%
Pessoal		10,3%	14,7%
Governo		29,3%	24,6%
Acionistas		20,5%	18,6%
Retido		13,7%	18,2%
(4)	Operações descontinuadas	—%	-1,0%

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES	
• A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase não mais prescreve seu modelo padrão de Balanço Social por entender que esta ferramenta e metodologia já se encontram amplamente difundidas entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil. Assim sendo, a Copel Geração e Transmissão, que já utilizava este modelo desde 1999, resolveu, fundamentada na orientação do Ibase, melhorar sua demonstração de Balanço Social, abordando também informações solicitadas na NBCT 15, visando à transparência de suas informações. • As notas explicativas - NEs são parte integrante das Demonstrações Financeiras e também contêm outras informações de natureza socioambiental não contempladas neste Balanço Social. • Este Balanço Social contempla dados da holding, subsidiárias integrais e controladas da Copel Geração e Transmissão, em virtude da consolidação de seus resultados, exceto quando indicado de outra forma.	
(1) Estas informações referem-se a sanções administrativas que entraram no exercício, podendo estar em processo de defesa ou processos judiciais ambientais considerados desfavoráveis no exercício.	
(2) Não compõem o quadro de empregados.	
(3) Calculado através da metodologia empregada no Relato de Sustentabilidade GRI G4 - indicador LA6.	
(4) Decorrentes do processo de desinvestimento da UEG Araucária.	

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Análise macroeconômica

O cenário macroeconômico brasileiro em 2024 foi marcado por um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) estimado na ordem de 3,5%, superando as expectativas iniciais de 1,59%. Esse desempenho acima do esperado foi impulsionado pela demanda doméstica robusta e pelo aumento do consumo das famílias, beneficiado pela expansão do crédito e pela resiliência do mercado de trabalho.

Os sinais positivos no mercado de trabalho vêm da taxa de desemprego que atingiu mínimas históricas, com recordes associados à elevação da população ocupada, tanto em empregos formais quanto informais, e aumento da massa de rendimentos real habitual.

Por outro lado, a inflação encerrou o ano acima do teto da meta do Banco Central, em 4,83%, cujo centro era 3%, com tolerância de $\pm 1,5$ ponto, resultado da pressão sobre os preços dos alimentos e serviços, dentre outros fatores. Esse cenário exigiu uma política monetária mais restritiva retomando o ciclo de aumento dos juros, com a taxa Selic encerrando o ano em dois dígitos.

No campo fiscal, a aprovação do novo arcabouço fiscal trouxe desafios adicionais. A capacidade do Governo Federal de elevar a arrecadação tornou-se crucial para a equalização das contas públicas, mas a execução dessas medidas enfrentou incertezas significativas. A percepção de risco fiscal aumentou, afetando a confiança dos investidores refletindo na desvalorização do real e na volatilidade dos mercados financeiros.

No cenário estadual, o Paraná se consolidou como a quarta maior economia do Brasil. Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IparDES, órgão de pesquisa e estatística do Governo do Paraná, a economia estadual cresceu 2,42% de janeiro até setembro de 2024, impulsionado principalmente pelos setores de serviços, comércio e indústria. No entanto, a produção agrícola enfrentou algumas dificuldades devido a instabilidades climáticas, resultando na redução da safra, sobretudo, das culturas de trigo e milho. Além disso, assim como no cenário nacional, o mercado de trabalho apresentou resultados positivos, com a taxa de desemprego caindo para 4%, o terceiro menor índice da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3.2. Ambiente regulatório

O ano de 2024 foi marcado por eventos climáticos extremos, caso das enchentes no Rio Grande do Sul, dos temporais e apagões em São Paulo e da estiagem severa que afetou o país e ameaçou a geração hidrelétrica, especialmente nas regiões sudeste, centro-oeste e norte do país, esta última registrando mínimas históricas, situação que exigiu a adoção de medidas preventivas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e de outros entes do setor elétrico, para preservação dos reservatórios estratégicos do Sistema Interligado Nacional - SIN e ao mesmo tempo manter o pleno atendimento das demandas da sociedade, o que permitiu encerrar 2024 com níveis de reservatório em torno de 52%, condição de armazenamento adequada para atendimento do Sistema, segundo o ONS.

O ano também foi marcado pela expansão do mercado livre de energia, pela consolidação da geração descentralizada com o aumento da participação da Micro e Mini Geração Distribuída - MMGD e de questões relacionadas à segurança, flexibilidade e sustentabilidade de longo prazo do setor elétrico nacional devido ao peso cada vez maior de fontes renováveis de origem eólica e solar na matriz elétrica brasileira, uma realidade que tem gerado importantes desafios na gestão e operação do SIN.

Em novembro de 2024, o país celebrou a marca de 50 gigawatts (GW) de capacidade instalada operacional em energia solar, abrangendo tanto MMGD quanto a geração centralizada, o que segundo a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - Absolar, colocaria o Brasil na 6ª posição no ranking global, abaixo apenas de China, Estados Unidos, Alemanha, Índia e Japão.

Se por um lado o maior crescimento das fontes renováveis eólica e solar fortalecem a matriz energética nacional, auxiliando na preservação dos reservatórios hidrelétricos, tendo assim papel importante para suportar o suprimento energético em épocas de secas, por outro lado gera novos desafios para operação do sistema em razão de situações relacionadas com restrições de *curtailment*, no caso de cortes de geração de usinas eólicas e solares em razão da sobreoferta de energia, bem como da situação inversa, quando a demanda segue elevada com o aumento das curvas de carga nos horários da ponta noturna, mas a geração solar torna-se indisponível, sendo equacionada com o acionamento de térmicas ou aumento de potência das hidrelétricas quando disponível.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dessa forma, este quadro vem impulsionando a adoção de novos mecanismos de equacionamento e gestão do SIN, caso da adoção, em setembro de 2024, de nova metodologia do ONS para restrição de geração buscando uma distribuição mais equilibrada dos cortes, implementação de novos leilões de reserva de capacidade para que se possa acionar térmicas ou hidrelétricas nestes períodos, ampliação das modalidades de intercâmbio internacional com os países vizinhos, bem como buscar novas alternativas atendimento da demanda, como por exemplo aquelas baseadas em sistemas de armazenamento por meio de baterias, temas que estão ganhando atenção no setor.

Está inserido um processo maior de transição energética e modernização do setor, um caminho sem volta que impulsiona e é impulsionado por novas tecnologias como eletromobilidade, *smart grids*, digitalização, inteligência artificial e projetos de *sandboxes* tarifários para experimentação de novas modalidades tarifárias ou formas de faturamento.

Em 2024 foi sancionada a lei que institui o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono, Lei nº 14.948, de 02 de agosto de 2024, que regulamenta a produção de hidrogênio considerado de baixa emissão de carbono e institui uma certificação voluntária, além de trazer incentivos tributários ao setor.

Também em 2024 foi aprovado o Projeto de Lei 576/2021, que estabelece o marco legal para a exploração e desenvolvimento da geração de energia a partir de fontes de instalação offshore, seja eólica, solar ou das marés, com sanção presidencial em 10 de janeiro de 2025, por meio da Lei nº 15.097/2025.

Quanto às ações do Governo Federal e Ministério de Minas e Energia – MME, em abril de 2024 foi publicada a Medida Provisória nº 1.212/2024, com objetivo de promover a geração de energia elétrica limpa e atenuar, no curto prazo, o aumento nas tarifas de energia causados pelos reajustes. No caso das usinas renováveis, a medida provisória prorrogava por 36 meses para que os empreendimentos de fontes renováveis iniciassem a operação comercial de todas as suas unidades geradoras com descontos na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD. A referida medida teve o prazo de vigência encerrado, mas enquanto vigorou com força de lei, permitiu que a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel aprovasse 601 dos mais de 2 mil pedidos de prorrogação de prazo feito por geradores no âmbito da Medida Provisória nº 1.212/2024, o que somaria cerca 25,5 GW de potência instalada em empreendimentos localizados em 10 estados do país.

Em junho de 2024 foi editado o Decreto Federal nº 12.084/2024, que instituiu o “Programa Energia Limpa no Minha Casa, Minha Vida”, com a finalidade de promover a implantação de geração de energia elétrica renovável prioritariamente para unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida das Faixas Urbano 1 e Rural 1.

Além da abertura de consultas públicas com o objetivo de aprimorar a regulamentação de políticas públicas e indicar cenário base com as perspectivas de expansão da oferta de energia, o MME publicou a Portaria Normativa MME nº 89, de 08 de novembro de 2024, que definiu as diretrizes gerais e estabeleceu a governança para elaboração anual do PDE.

No âmbito da Aneel, foi aprovada, em março de 2024, a Chamada Estratégica de Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PDI n.º 23/2024, com o objetivo de fomentar projetos focados na produção de hidrogênio a partir de eletricidade de baixa emissão de carbono, desde a sua produção até o seu uso no setor elétrico.

Em maio de 2024, em razão do Estado de Calamidade Pública no Estado do Rio Grande do Sul, causado pelos eventos climáticos extremos com chuvas intensas e enchentes históricas, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 1.092/2024 para flexibilizar as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para enfrentamento desta calamidade pública, priorizando ações relacionadas aos atendimentos de urgência, emergência e fornecimento de energia aos serviços e atividades considerados essenciais, além de flexibilizar os prazos de corte por inadimplência e suspensão temporária de ações de cobrança.

Na sequência são apresentados os principais destaques regulatórios por segmento.

Geração

De acordo com dados do Sistema de Informações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, em 2024 o País alcançou 208.930,7 MW de potência fiscalizada, 84,95% oriundos de fontes renováveis, com um incremento de 10.321 MW na matriz elétrica em comparação a 2023, com as fontes solar fotovoltaica contribuindo em 51,9% e eólica em 39,2% neste aumento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No âmbito do MME cabe destacar as seguintes Consultas Públicas: (i) Consulta Pública nº 160/2024 sobre minuta de Portaria contendo as Diretrizes para a realização do Leilão para Contratação de Potência Elétrica, a partir de empreendimentos de geração, novos e existentes, denominado Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência - LRCAP 2024 e posteriormente a Consulta Pública nº 176/2024 para o LRCAP Armazenamento de 2025; e (ii) Consulta Pública nº 165/2024 sobre minuta de Portaria de Diretrizes para a realização dos Leilões de Compra de Energia Elétrica Provenientes de Novos Empreendimentos de Geração "A-4" e "A-6" de 2024.

Cabe destacar também, no período, a publicação da Portaria MME nº 797/2024, que dispõe que os empreendedores que negociarem energia elétrica proveniente de fonte eólica nos Leilões de que tratam os Decretos 5.163 de 30.07.2004 e 6.353 de 16.01.2008, deverão iniciar as medições anemométricas e climatológicas permanentes dos ventos no local do parque de geração, na altura do eixo dos aerogeradores, em até cento e oitenta dias após a assinatura do CCEAR ou do CER, bem como da Portaria Normativa MME nº 95/2024, que estabelece diretrizes para a realização do Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão de Energia Nova "A-5" de 2025.

No âmbito da Aneel, em março de 2024 foi publicada a Resolução Normativa nº 1.085/2024 para alterar os critérios e procedimentos para participação de empreendimento hidrelétrico não despachado centralizadamente no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE.

Em setembro de 2024, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 1.103/2024 para estabelecer as disposições relativas à contratação de Reserva de Capacidade na forma de potência e aprovar o modelo do Contrato de Uso de Potência para Reserva de Capacidade – Copcap, entre outras providências.

Cabe destacar também, no período, a publicação pela Aneel da Resolução Normativa nº 1.109/2024, que dentre outras pontos, altera a Resolução Normativa Aneel nº 1.030/2022, ajustando a redação do § 3º do art. 16, bem como corrige inconsistência metodológica apontada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE no § 4º do art. 16, de modo a distribuir a frustração de energia do conjunto de usinas somente entre as usinas que apresentam frustração de energia positiva.

Em relação aos leilões, em 2024, o MME promoveu os leilões de geração Aneel 003, 004 e 005/2024, basicamente Leilões de Energia Existente "A-1", "A-2" e "A-3", de 2024, destinados a contratar energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes.

Transmissão

Em 16.07.2024, a Aneel, por meio da Resolução Homologatória nº 3.348, estabeleceu o reajuste das Receitas Anuais Permitidas - RAP, para os ativos de transmissão de energia elétrica para o ciclo 2024-2025, com vigência de 1º.07.2024 até 30.06.2025. De acordo com esta resolução, a RAP para o ciclo 2024/2025 dos ativos de transmissão em operação da Copel GeT e suas participações passou a ser de R\$ 1.594,8 milhões, aumento de aproximadamente 2,1%, já considerando os efeitos da redução do componente econômico da Rede Básica Sistema Existente - RBSE.

Importante destacar que por meio das Resoluções Homologatórias nº 3.342/2024 e nº 3.343/2024, a Aneel aprovou a revisão da RAP dos Contratos de Concessão relativos aos empreendimentos licitados com data de revisão em julho 2023 e julho de 2024, e por meio da Resolução Homologatória nº 3.344/2024, a agência homologou o resultado da Segunda Revisão Periódica da RAP das concessionárias de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, para vigorar entre de 1º de julho de 2024 e 30 de junho de 2028.

Em 2024 foram realizados dois leilões de transmissão. O Leilão de Transmissão Aneel nº 001/2024 ocorreu em 28.03.2024 e obteve todos os 15 lotes arrematados, com um deságio médio de 41% e expectativa de investimentos de R\$ 18,2 bilhões em transmissão. O Leilão de Transmissão Aneel nº 002/2024 ocorreu em 27.09.2024, com oferta de 3 lotes. Todos foram arrematados, com deságio médio de 49% e expectativa de investimentos de R\$ 3,4 bilhões em transmissão.

Em junho de 2024, foi publicada a Resolução Normativa nº 1.096/2024, aprovando a revisão dos Submódulos 9.1 e 9.2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, que estabelecem os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos para realização das Revisões Periódicas, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão com empreendimentos prorrogados e licitados, em razão da conclusão da Consulta Pública nº 31/2023.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Por fim, vale mencionar a Tomada de Subsídios nº 25/2024 para o aprimoramento do Banco de Preços de Referência Aneel, utilizado nos processos de autorização, licitação para outorga de concessão e revisão tarifária das concessionárias de transmissão de energia elétrica, conforme a Resolução Homologatória nº 758/2009, atividade pertencente à agenda da Aneel, bem como a Tomada de subsídios nº 8/2024 (2ª fase), para Regulamentação do Decreto nº 11.314, de 28 de dezembro de 2022, relativo ao tratamento regulatório para indenização de ativos de transmissão não depreciados ou amortizados nos casos de substituição ou extinção de concessão.

3.3. Segmentos de Negócios

3.3.1. Geração

Em 31.12.2024, a Copel operava 62 usinas próprias e participava em 3 usinas, sendo 21 hidrelétricas, 43 eólicas e uma termelétrica, com capacidade instalada total proporcional de 6.318,5 MW e garantia física de 2.766,7 MW médios, conforme quadro a seguir:

Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Propriedade %	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Hidrelétricas							
UHE Gov. José Richa (Salto Caxias)	1.240,0	553,4	100%	1.240,0	553,4	18.02.1999	19.11.2054
UHE Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	1.260,0	552,8	100%	1.260,0	552,8	29.09.1992	19.11.2054
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia-FDA)	1.676,0	567,6	100%	1.676,0	567,6	01.10.1980	19.11.2054
UHE Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza (GPS)	260,0	103,6	100%	260,0	103,6	03.09.1971	03.01.2053
UHE Gov. Jayme Canet Júnior (Mauá) (1)	363,1	188,5	51%	184,1	96,1	23.11.2012	28.06.2049
UHE Guaricana (2)	36,0	16,1	100%	36,0	16,1	01.01.1957	21.07.2028
PCH Chaminé (2)	18,0	11,6	100%	18,0	11,6	01.01.1930	02.08.2028
PCH Cavernoso II (2)	19,0	10,5	100%	19,0	10,5	15.05.2013	06.12.2050
PCH Apucarantina (2)	10,0	6,7	100%	10,0	6,7	06.04.1949	27.01.2027
PCH Derivação do Rio Jordão	6,5	5,9	100%	6,5	5,9	02.12.1997	21.06.2032
CGH Marumbi (2)	4,8	2,4	100%	4,8	2,4	05.04.1961	(3)
PCH São Jorge (2)	2,3	1,5	100%	2,3	1,5	01.01.1945	24.07.2026
CGH Chopim I (2)	2,0	1,5	100%	2,0	1,5	28.05.1963	(3)
PCH Cavernoso (2)	1,3	1,0	100%	1,3	1,0	07.12.1965	23.06.2033
CGH Melissa (2)	1,0	0,6	100%	1,0	0,6	31.01.1966	(3)
CGH Salto do Vau (2)	0,9	0,6	100%	0,9	0,6	01.01.1959	(3)
CGH Pitangui (2)	0,9	0,1	100%	0,9	0,1	01.01.1911	(3)
UHE Baixo Iguaçu	350,2	172,4	30%	105,1	51,7	08.02.2019	03.12.2049
UHE Colíder (1)	300,0	178,1	100%	300,0	178,1	09.03.2019	30.01.2046
PCH Bela Vista	29,8	18,6	100%	29,8	18,6	12.06.2021	02.01.2041
PCH Arturo Andreoli	29,1	20,4	36%	10,4	7,3	25.10.2001	07.07.2034
Total das Hidrelétricas	5.610,9	2.413,9		5.168,1	2.187,7		
Termelétricas							
UTE Figueira (2)	20,0	17,7	100%	20,0	17,7	08.04.1963	26.03.2019
Total das Termelétricas	20,0	17,7		20,0	17,7		

continua

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Propriedade %	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Eólicas							
Santa Maria	29,7	15,7	100%	29,7	15,7	23.04.2015	08.05.2047
Santa Helena	29,7	16,0	100%	29,7	16,0	06.05.2015	09.04.2047
Olho d'Água	30,0	12,8	100%	30,0	12,8	25.02.2015	01.06.2046
São Bento do Norte	30,0	11,3	100%	30,0	11,3	25.02.2015	19.05.2046
Eurus IV	27,0	12,4	100%	27,0	12,4	20.08.2015	27.04.2046
Asa Branca I	27,0	12,1	100%	27,0	12,1	05.08.2015	25.04.2046
Asa Branca II	27,0	11,9	100%	27,0	11,9	15.09.2015	31.05.2046
Asa Branca III	27,0	12,3	100%	27,0	12,3	04.09.2015	31.05.2046
Farol	20,0	8,8	100%	20,0	8,8	25.02.2015	20.04.2046
Ventos de Santo Uriel	16,2	9,0	100%	16,2	9,0	22.05.2015	09.04.2047
Boa Vista	14,0	5,2	100%	14,0	5,2	25.02.2015	28.04.2046
Cutia	23,1	9,6	100%	23,1	9,6	22.12.2018	05.01.2042
Esperança do Nordeste	27,3	9,1	100%	27,3	9,1	29.12.2018	11.05.2050
Guajiru	21,0	8,3	100%	21,0	8,3	29.12.2018	05.01.2042
Jangada	27,3	10,3	100%	27,3	10,3	29.12.2018	05.01.2042
Maria Helena	27,3	12,0	100%	27,3	12,0	29.12.2018	05.01.2042
Potiguar	27,3	11,5	100%	27,3	11,5	29.12.2018	11.05.2050
Paraíso dos Ventos do Nordeste	27,3	10,6	100%	27,3	10,6	05.01.2019	11.05.2050
São Bento do Norte I	23,1	10,1	100%	23,1	10,1	31.01.2019	04.08.2050
São Bento do Norte II	23,1	10,8	100%	23,1	10,8	29.01.2019	04.08.2050
São Bento do Norte III	23,1	10,2	100%	23,1	10,2	09.04.2019	04.08.2050
São Miguel I	21,0	9,3	100%	21,0	9,3	14.02.2019	04.08.2050
São Miguel II	21,0	9,1	100%	21,0	9,1	02.02.2019	04.08.2050
São Miguel III	21,0	9,2	100%	21,0	9,2	14.02.2019	04.08.2050
Palmas (2)	2,5	0,4	100%	2,5	0,4	01.02.1999	29.09.2029
Vila Ceará I (Paraíba IV)	32,0	17,8	100%	32,0	17,8	19.12.2020	14.01.2054
Vila Maranhão I	32,0	17,8	100%	32,0	17,8	11.02.2021	11.01.2054
Vila Maranhão II	32,0	17,8	100%	32,0	17,8	31.03.2021	14.01.2054
Vila Maranhão III	32,0	16,6	100%	32,0	16,6	29.09.2020	14.01.2054
Vila Mato Grosso I	58,9	28,6	100%	58,9	28,6	11.06.2021	06.12.2054
Jandaíra Energias Renováveis I	10,4	5,6	100%	10,4	5,6	11.04.2022	02.04.2055
Jandaíra Energias Renováveis II	24,3	12,3	100%	24,3	12,3	18.10.2022	02.04.2055
Jandaíra Energias Renováveis III	27,7	14,8	100%	27,7	14,8	10.11.2022	02.04.2055
Jandaíra Energias Renováveis IV	27,7	14,2	100%	27,7	14,2	15.10.2022	02.04.2055
Aventura II	21,0	13,1	100%	21,0	13,1	08.07.2021	05.06.2053
Aventura III	25,2	15,5	100%	25,2	15,5	08.07.2021	11.06.2053
Aventura IV	29,4	18,5	100%	29,4	18,5	08.07.2021	05.06.2053
Aventura V	29,4	17,9	100%	29,4	17,9	08.07.2021	05.06.2053
Santa Rosa e Mundo Novo I	33,6	17,3	100%	33,6	17,3	08.02.2022	04.06.2053
Santa Rosa e Mundo Novo II	29,4	17,2	100%	29,4	17,2	01.12.2021	04.06.2053
Santa Rosa e Mundo Novo III	33,6	21,5	100%	33,6	21,5	05.01.2022	04.06.2053
Santa Rosa e Mundo Novo IV	33,6	21,0	100%	33,6	21,0	01.01.2022	01.06.2053
Santa Rosa e Mundo Novo V	25,2	15,8	100%	25,2	15,8	18.12.2021	01.06.2053
Total das Eólicas	1.130,4	561,3		1.130,4	561,3		
TOTAL DAS FONTES	6.761,3	2.992,9		6.318,5	2.766,7		

(1) Em processo de descruzamento de ativos. (NE nº 36)

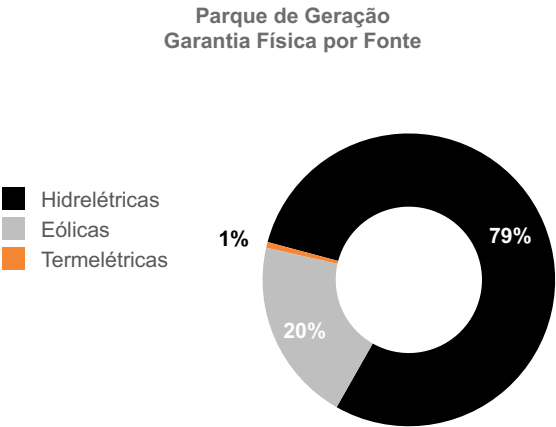
(2) Em 25.11.2024, celebrou-se CCVA com a Electra/Intrepid, referente ao desinvestimento de ativos de pequeno porte. (NE nº 36)

(3) Validade indeterminada

Para cumprir com importantes diretrizes estratégicas e de sustentabilidade estabelecidas para o negócio de geração, a Companhia tem como principal objetivo investir em fontes alternativas renováveis de energia na matriz energética, de forma rentável e sustentável. No segmento de geração de energia elétrica, destacamos também:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- UEG Araucária:** Concluído em 1º.07.2024, após cumpridas todas as condições previstas em contrato, o processo de desinvestimento de participação societária dos 81,2% da Copel na UEGA (sendo 60,9% da Copel Geração e Transmissão e 20,3% da Copel Holding), por meio de procedimento competitivo, em sintonia com o Planejamento Estratégico Empresarial da Copel - Visão 2030 e atendimento à diretriz de descarbonização da matriz de geração da Companhia. O Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (CCVA) foi assinado com a empresa Âmbar Energia S.A (NE nº 36).



- Renovação das Concessões das usinas GBM, GNB e GJR:** Em 11.08.2023 ocorreu a liquidação financeira da oferta base secundária de ações de titularidade do Estado do Paraná e da oferta base primária de novas ações da Copel, transformando a Copel em sociedade anônima de capital disperso e sem acionista controlador (Corporação). Em decorrência dessa operação, a Copel cumpriu com os requisitos para fins de obtenção de novos contratos de concessão para as usinas GBM, GNB e GJR, nos termos da Lei nº 9.074/1995. Em 18.11.2024 os novos contratos de concessão foram celebrados com o Poder Concedente, assegurando mais 30 anos da operação de 64% da capacidade instalada da Companhia (NE nº 1).
- Desinvestimento em Ativos de Geração de Pequeno Porte:** Em 25.11.2024 foi celebrado contrato de compra e venda de ações com a Electra Hydra/Intrepid, referente ao desinvestimento da Companhia em 13 ativos. O valor a ser recebido será de R\$ 450,5 milhões, corrigido entre 31.03.2025 até a data do closing. Maiores informações podem ser consultados do [Fato Relevante 10/24](#) (NE nº 36).
- Descruzamento de Ativos:** Foi celebrado, em 12.12.2024 contrato onde a Copel recebe o total de participação da Eletrobras na Usina Hidrelétrica Mauá e na transmissora Mata de Santa Genebra, passando a deter 100% dos respectivos ativos. Em contrapartida, a Companhia transfere a Usina Hidrelétrica Colíder e R\$ 365,0 milhões à Eletrobras no fechamento da Operação, sujeito a ajustes de preço usuais de mercado. O *closing* está condicionado ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais a esse tipo de operação (NE nº 36).

3.3.2. Transmissão

O segmento tem como principal atribuição prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia.

A Companhia detém propriedade integral e participa de concessões de transmissão em operação, correspondente a 9.684 km de linhas de transmissão, com potência de transformação de suas subestações na ordem de 20.962 MVA (megavolt amperes).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Linhas e Subestações de Transmissão em Operação em 31.12.2024

Linhas e Subestações de Transmissão		Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Linhas e Subestações próprias				3.394	14.890		
Contrato nº 060/2001	Instalações de transmissão diversas (1)	Ambos	Diversas	2.129	12.940	Diversos	01.01.2043
Contrato nº 075/2001	LT Bateias - Jaguariaíva	CS	230 kV	137	—	01.11.2003	17.08.2031
Contrato nº 006/2008	LT Bateias - Pilarzinho	CS	230 kV	32	—	14.09.2009	17.03.2038
Contrato nº 027/2009	LT Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste	CS	525 kV	117	—	06.12.2012	19.11.2039
Contrato nº 010/2010	LT Araraquara 2 - Taubaté	CS	500 kV	334	—	27.07.2018	06.10.2040
Contrato nº 015/2010	SE Cerquilho III	—	230/138 kV	—	300	01.06.2014	06.10.2040
Contrato nº 022/2012	LT Londrina - Figueira C2	CS	230 kV	92	—	30.06.2015	27.08.2042
	LT Foz do Chopim - Salto Osório C2	CS	230 kV	10	—		
	LT Assis - Paraguaçu Paulista II C1 e C2	CD	230 kV	83	—	25.01.2016	25.02.2043
Contrato nº 002/2013	SE Paraguaçu Paulista II	—	230 kV	—	150		
	LT Bateias - Curitiba Norte	CS	230 kV	31	—	29.07.2016	29.01.2044
	SE Curitiba Norte	—	230/138 kV	—	300		
Contrato nº 021/2014	LT Foz do Chopim - Realeza	CS	230 kV	52	—	05.03.2017	05.09.2044
	SE Realeza	—	230/138 kV	—	300		
Contrato nº 022/2014	LT Assis - Londrina C2	CS	500 kV	122	—	05.09.2017	05.09.2044
Contrato nº 006/2016	SE Medianeira Norte	—	230/138 kV		300	09.06.2019	07.04.2046
	SE Andará Leste		230/138 kV		300	07.09.2019	07.04.2046
	SE Curitiba Centro		230/138 kV		300	04.09.2019	07.04.2046
	SE Baixo Iguaçu		230 kV			21.12.2020	07.04.2046
	LT Curitiba Centro - Uberaba C1	CS	230 kV	8		04.09.2019	07.04.2046
	LT Curitiba Centro - Uberaba C2	CS	230 kV	8		04.09.2019	07.04.2046
	LT Baixo Iguaçu - Realeza Sul	CS	230 kV	37		04.08.2019	07.04.2046
	LT Curitiba Leste - Blumenau	CS	525 kV	145		28.03.2021	07.04.2046
	LT Baixo Iguaçu - Cascavel Oeste	CS	230 kV	57		21.12.2020	07.04.2046

continua

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Linhas e Subestações de Transmissão	Propriedade	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Sociedades de Propósito Específico				6.290	6.072		
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.		100,0%					
Contrato nº 001/2012	LT Cascavel Norte - Cascavel Oeste	CS	230kV	29			
	LT Cascavel Norte - Umuarama Sul	CS	230 kV	130	—	31.08.2014	12.01.2042
	SE Umuarama Sul	—	230/138 kV	—	300	27.07.2014	
Caiuá Transmissora de Energia S.A.		49,0%					
Contrato nº 007/2012	LT Umuarama - Guaíra	CS	230 kV	105	—	12.05.2014	10.05.2042
	LT Cascavel Oeste - Cascavel Norte	CS	230 kV	37	—	02.07.2014	
	SE Santa Quitéria - SF6	—	230/138/13, 8 kV	—	400	01.06.2014	
	SE Cascavel Norte	—	230/138 kV	—	300	02.07.2014	
Marumbi Transmissora de Energia S.A.		100,0%					
Contrato nº 008/2012	LT Curitiba - Curitiba Leste	CS	525 kV	29	—	28.06.2015	10.05.2042
	SE Curitiba Leste	—	525/230 kV	—	672		
Integração Maranhense e Transmissora de Energia S.A.		49,0%					
Contrato nº 011/2012	LT Açailândia - Miranda II	CS	500 kV	365	—	02.12.2014	10.05.2042
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.		49,0%					
Contrato nº 012/2012	LT Paranatinga - Ribeirãozinho	CD	500 kV	710	—	29.07.2016	10.05.2042
	LT Paranaíba - Cláudia	CD	500 kV	594	—	09.10.2015	
	LT Cláudia - Paranatinga	CD	500 kV	708	—	29.07.2016	
	LT Sinop - Intersecção Santa Carmen	CS	500 kV	21	—	09.10.2015	
	SE Paranaíba	—	500 kV	—	—	09.10.2015	
	SE Cláudia	—	500 kV	—	—	09.10.2015	
	SE Paranatinga	—	500 kV	—	—	29.07.2016	
	SE Sinop	—	500 kV	—	800	09.10.2015	
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.		50,1%					
Contrato nº 001/2014	SE Fernão Dias	—	500/440 kV	—	3.600	07.02.2020	15.05.2044
	LT Bateias - Itatiba	CS	500 kV	414	—	05.03.2020	
	LT Araraquara 2 - Itatiba	CS	500 kV	223	—	24.03.2020	
	LT Araraquara 2 - Fernão Dias	CS	500 kV	250		03.05.2020	
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A.		49,0%					
Contrato nº 013/2012	LT Ribeirãozinho - Rio Verde Norte C3	CS	500 kV	240	—	30.08.2016	10.05.2042
	LT Rio Verde Norte - Marimbondo II	CD	500 kV	690	—		
	SE Marimbondo II	—	500 kV	—	—		
	SE Rio Verde	—	500 kV	—	—		
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.		24,5%					
Contrato nº 007/2013	LT Barreiras II - Rio das Éguas	CS	500 kV	244	—	30.01.2017	02.05.2043
	LT Rio das Éguas - Luziânia	CS	500 kV	350	—		
	LT Luziânia - Pirapora 2	CS	500 kV	373	—		
Cantareira Transmissora de Energia S.A.		49,0%					
Contrato nº 019/2014	LT Estreito - Fernão Dias C1 e C2	CD	500 kV	656	—	05.03.2018	05.09.2044
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.							
Contrato nº 02/2005	LT Ivaiporã - Londrina ESUL	CS	500 kV	122	—	09.07.2006	05.03.2035
Total				9.684	20.962		

As concessões de transmissão em operação geram atualmente uma RAP à Copel GeT de R\$ 1,59 bilhão, proporcional à sua participação nos empreendimentos.

A Copel GeT tem as obras provenientes das resoluções autorizativas com o objetivo ampliar e melhorar as instalações existentes, tais como:

Resolução Autorizativa n.º 9.219/2020: implantação de reforços na subestação 230 kV Guaíra, com investimento de cerca de R\$ 44,9 milhões e RAP de aproximadamente R\$ 6,8 milhões, com início da operação comercial a partir da entrada em outubro de 2024.

Resolução Autorizativa n.º 10.688/2021: implantação de reforços na subestação 230 kV CIC, com investimento de cerca de R\$ 24,4 milhões e RAP de aproximadamente R\$ 3,7 milhões, com início da operação comercial a partir da entrada em abril de 2024.

Resolução Autorizativa n.º 12.638/2022: implantação de reforços na subestação 230 kV Campo do Assobio, com investimento de cerca de R\$ 65 milhões e RAP de aproximadamente R\$ 9,7 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é novembro de 2025.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resolução Autorizativa n.º 12.892/2022: recapacitação da linha de transmissão 230 kV Gralha Azul - Umbará, com investimento de cerca de R\$ 8,1 milhões e RAP de aproximadamente R\$ 1,3 milhões, com início da operação comercial em dezembro de 2024.

Resolução Autorizativa n.º 13.573/2023: seccionamento da linha de transmissão 230 kV Cascavel – Salto Osório C1 na subestação Foz do Chopim, com a implantação trecho de circuito duplo entre o ponto de seccionamento e a subestação Foz do Chopim e dois módulos de entrada de linha na subestação Foz do Chopim, com investimento total de cerca de R\$ 25,5 milhões e RAP de aproximadamente R\$ 4,0 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é fevereiro de 2026.

Resolução Autorizativa n.º 14.531/2023: melhorias de grande porte (substituição de transformadores e reatores) nas subestações Maringá, Cascavel, Campo Comprido, Figueira, Londrina COT, Ponta Grossa Sul e Uberaba, com investimento total de cerca de R\$ 135,5 milhões e RAP de aproximadamente R\$ 22,5 milhões, a partir da entrada em operação comercial dos empreendimentos, cujo prazo previsto pela Aneel é maio de 2026.

Resolução Autorizativa n.º 14.711/2023: implantação de reforços na subestação 230 kV Umuarama Sul, de concessão da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., subsidiária integral da Copel GeT, com investimento de cerca de R\$ 33,9 milhões e RAP de aproximadamente R\$ 4,5 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é novembro de 2025.

Despacho n.º 1.373/2024-SCE/Aneel: implantação de reforços na subestação 230 kV Campo Mourão, com investimento de cerca de R\$ 34,4 milhões e RAP de aproximadamente R\$ 5,6 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é novembro de 2026.

Despacho n.º 3.014/2024-SCE/Aneel: implantação de reforços na subestação 230 kV Realeza Sul, com investimento de cerca de R\$ 9,0 milhões e RAP de aproximadamente R\$ 1,2 milhão, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é abril de 2027.

Resolução Autorizativa n.º 15.532/2024: implantação de reforços na subestação 525 kV Curitiba Leste, de concessão da Marumbi Transmissora de Energia S.A., subsidiária integral da Copel GeT, com investimento de cerca de R\$ 47,1 milhões e RAP de aproximadamente R\$ 6,4 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é abril de 2027.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Receita Operacional Líquida

	2024	2023	Variação	
			R\$	%
Suprimento de energia elétrica	3.373.846	4.022.079	(648.233)	(16,1)
Disponibilidade da rede elétrica	990.677	966.844	23.833	2,5
Receita de construção	123.512	99.248	24.264	24,4
Outras receitas operacionais	33.484	29.552	3.932	13,3
	4.521.519	5.117.723	(596.204)	(11,6)

A variação da Receita Operacional Líquida decorre principalmente de:

- 1) variação em **Suprimento de Energia Elétrica** sobretudo pelo menor preço médio de energia vendida, pelo encerramento de contratos da Copel GeT no ambiente regulado (ACR) e pela maior provisão para desvio de geração nos empreendimentos eólicos tendo em vista a restrição operativa de transmissão imposta pelo ONS e a diminuição dos ventos;
- 2) variação em **Receita de Disponibilidade da Rede Elétrica** decorrente essencialmente da atualização dos saldos de ativo de contrato de transmissão, parcialmente compensado pelos impactos da revisão tarifária dos contratos de concessão de transmissão da Copel GeT;
- 3) variação em **Receita de Construção** decorrente dos maiores gastos com obras de infraestrutura de transmissão de energia elétrica.

4.2. Custos e Despesas Operacionais

	2024	2023	Variação	
			R\$	%
Energia elétrica comprada para revenda	184.712	216.565	(31.853)	(14,7)
Encargos de uso da rede elétrica	572.982	589.428	(16.446)	(2,8)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	936	17.654	(16.718)	(94,7)
Pessoal e administradores	350.899	604.808	(253.909)	(42,0)
Planos previdenciário e assistencial	78.271	81.704	(3.433)	(4,2)
Material	20.635	26.246	(5.611)	(21,4)
Serviços de terceiros	285.977	269.711	16.266	6,0
Perdas estimadas, provisões e reversões	79.972	(159.214)	239.186	(150,2)
Depreciação e amortização	833.140	820.188	12.952	1,6
Custo de construção	95.610	85.181	10.429	12,2
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	30.181	219.673	(189.492)	(86,3)
	2.533.315	2.771.944	(238.629)	(8,61)

A variação dos Custos e despesas operacionais decorre principalmente de:

- 1) variação em **Energia Elétrica Comprada para Revenda** principalmente pela redução do preço da energia devido a melhora do cenário hidrológico;
- 2) variação em **Pessoal e Administradores** refletindo principalmente a indenização do segundo terço adicional de férias para retirada do benefício do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), de R\$ 42,4 milhões, e o provisionamento do Programa de Demissão Voluntária (PDV) de R\$ 190,3 milhões, ambos em 2023, além da redução do quadro em 2024. Estes valores foram compensados pela atualização salarial decorrente do acordo coletivo do trabalho de 4,51% em outubro de 2023 e da provisão de R\$ 4,2 milhões referente aos impactos do ACT 2024 homologado em 2025;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- 3) variação em **Serviços de terceiros** especialmente pela elevação dos custos com manutenção do sistema elétrico e instalações;
- 4) variação em **Perdas estimadas, Provisões e Reversões**, decorrente da reversão de impairment registrada em 2023, não recorrente em 2024, e do aumento em 2024 nas perdas de crédito esperadas, principalmente no segmento de transmissão, e na provisão para litígios, principalmente litígios cíveis e trabalhistas;
- 5) variação em **Outros Custos e Despesas Operacionais**, devido ao ganho na alienação de imóveis inservíveis às concessões da Copel GeT e FDA, compensado parcialmente pelo aumento em Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.

4.3. Resultado da Equivalência Patrimonial

O Resultado da Equivalência Patrimonial de 2024 no montante de R\$ 276,9 milhões foi 7,9% inferior aos R\$ 300,6 em 2023, decorrente principalmente da equivalência patrimonial nas controladas em conjunto de transmissão de energia elétrica, tendo em vista, entre outros eventos, os ganhos de revisão tarifária registrados em 2023 e não recorrentes em 2024.

4.4. EBITDA ou LAJIDA

O lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - Lajida (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* - Ebitda) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Em R\$ milhões	Consolidado	
	2024	2023
Lucro líquido	1.307,0	1.700,5
Lucro líquido proveniente de operações descontinuadas	18,4	(66,2)
IRPJ e CSLL diferidos	168,8	17,5
Provisão IRPJ e CSLL	164,5	247,1
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	606,5	747,4
Lajir/Ebit	2.265,2	2.646,3
Depreciação e Amortização	833,1	820,2
Lajida/Ebitda	3.098,3	3.466,5
Receita Operacional Líquida - ROL	4.521,5	5.117,7
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	68,5%	67,7%

4.5. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou variação positiva de R\$ 140,9 milhões devido principalmente ao aumento em rendimentos de aplicações financeiras, decorrente do maior volume dos valores aplicados e a redução da variação monetária e encargos da dívida, compensado pela maior atualização monetária de litígios.

4.6. Lucro Líquido

Em 2024, o lucro líquido consolidado foi de 1.307,0 milhões, sendo 23,1% inferior ao obtido no exercício anterior, de R\$ 1.700,5 milhões. O decréscimo decorre principalmente da variação do Ebitda e do resultado financeiro, já detalhados, além dos efeitos decorrentes da alienação da UEGA apresentado na linha de resultado das operações descontinuadas, e do maior valor de Imposto de Renda e Contribuição Social, em virtude do menor benefício fiscal de JCP nesse exercício.

4.7. Valor Adicionado

No exercício de 2024, a Copel Geração e Transmissão apurou R\$ 3.874,4 milhões de Valor Adicionado - total 12,7% superior ao ano anterior, no montante de R\$ 4.439,6 milhões. A demonstração, na íntegra, encontra-se nas Demonstrações Financeiras.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Distribuição do Valor Adicionado	2024	2023	Variação %
Pessoal	10,3%	14,7%	(29,9)
Governo	29,3%	24,6%	19,1
Estadual e Municipal	0,8%	0,8%	0,0
Federal	28,5%	23,8%	19,7
Terceiros	26,2%	24,9%	5,2
Acionistas	20,5%	18,6%	10,2
Retido	13,7%	18,2%	(24,7)
Operações descontinuadas	—	-1,0%	(100,0)
Total	100,0%	100,0%	—

4.8. Programa de Investimentos

Seguem valores do programa de investimentos realizados os previstos para 2025 pelo Conselho de Administração:

Subsidiária	Realizado		Previsto	Variação %
	2024	2023	2025	2024-2023
Empreendimentos eólicos	39,6	4,1	76,8	865,9
Geração de energia	40,0	71,7	82,1	(44,2)
Transmissão de energia	124,6	134,5	221,6	(7,4)
Outros	58,8	29,8	83,6	97,3
Total	263,0	240,1	464,1	9,5

4.9. Endividamento

A Companhia financia liquidez e necessidades de capital principalmente com recursos propiciados por operações e mediante financiamentos, visando à ampliação e à modernização dos negócios ligados a geração e transmissão de energia.

É importante ressaltar que a Companhia busca investir em projetos e, para tanto, utiliza linhas de financiamento disponíveis no mercado, que façam sentido na estrutura de capital da Copel, no que tange à alavancagem financeira frente ao retorno dos projetos. Salienta-se que as perspectivas de financiamentos, bem como as disponibilidades de caixa, serão suficientes para atendimento ao plano de investimentos do exercício. Em 2024 foram obtidos os recursos a seguir:

Ingressos (Em R\$ milhões)	Empresa	Financiador	Valor
BNDES UHE Colíder	Copel Geração e Transmissao	BNDES	1,8
Debêntures - 9ª emissão 1ª série	Copel Geração e Transmissao	Debêntures	800,0
Debêntures - 9ª emissão 2ª série	Copel Geração e Transmissao	Debêntures	500,0
Debêntures - 9ª emissão 3ª série	Copel Geração e Transmissao	Debêntures	300,0
Financiamento BNDES	Santa Maria	BNDES	0,8
Financiamento BNB	Aventura II	Banco do Nordeste	0,5
Financiamento BNB	Aventura III	Banco do Nordeste	0,5
Financiamento BNB	Aventura IV	Banco do Nordeste	0,8
Financiamento BNB	Aventura V	Banco do Nordeste	0,7
Total			1.605,1

Os pagamentos ocorridos no ano totalizaram R\$ 1.601,2 milhões, sendo R\$ 785,8 milhões de principal e R\$ 815,4 milhões de encargos. O cronograma de vencimento da dívida de longo prazo, contemplando empréstimos, financiamentos e debêntures é:

2026	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total
819.486	522.517	508.008	1.210.825	1.192.027	2.711.064	6.963.927

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT, Companhia ou Controladora), com sede na rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco A, bairro Mossunguê, Curitiba - PR, é uma companhia aberta registrada na categoria "B", subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel).

A Companhia tem como principais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte e comercialização de energia elétrica. Adicionalmente, a Companhia tem participação em consórcios e em sociedades de propósito específico, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica.

Renovação das concessões

A transformação da Copel em "Corporação" ocorrida em 2023 possibilitou, nos termos da Lei 9.074/95 a renovação integral das concessões das Usinas Hidrelétricas Governador Bento Munhoz da Rocha Netto - GBM ("Foz do Areia"), Governador Ney Braga - GNB ("Segredo") e Governador José Richa - GJR ("Salto Caxias"), por 30 anos contados a partir da assinatura dos novos contratos de concessão, que foram celebrados em 19.11.2024.

Em 21.11.2024 foi realizado o pagamento do bônus de outorga pela renovação das concessões, no valor atualizado de R\$ 4.073.915, nos termos da Portaria Interministerial dos Ministérios de Minas e Energia e da Fazenda - MME/MF nº 01, de 30.03.2023 (NE nº 15.1).

A partir de novembro de 2024, tendo em vista a continuidade das operações, a totalidade dos ativos vinculados a estas três usinas, inclusive o bônus de outorga, passaram a ser depreciados e/ou amortizados de forma linear pelo prazo de vida útil estabelecido pela Aneel. Caso esse prazo exceda o vencimento do contrato de concessão, será utilizado o prazo do contrato, sem valor residual (NE nº 14.5).

Os novos contratos de concessão foram pactuados pelo regime de exploração de Produção Independente de Energia (PIE) e terão pagamento pelo Uso do Bem Público – UBP por cinco anos (NE nº 22.1).

1.1. Participações societárias da Copel GeT

A Copel GeT participa, direta ou indiretamente, em controladas (1.1.1), em empreendimentos controlados em conjunto (1.1.2), em coligadas (1.1.3) e em operações em conjunto (1.1.4).

Durante o ano de 2024 ocorreram os seguintes eventos que resultaram em alterações em relação às participações societárias de 31.12.2023:

- conclusão dos desinvestimentos da UEGA (NE nº 36);
- criação de 13 sociedades de propósito específico em decorrência do processo de desinvestimento das usinas de pequeno porte da GET (NE nº 36);

Notas Explicativas

1.1.1. Controladas

Controlada	Sede	Atividade principal	Participação	
			%	Investidora
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	S. Miguel do Gostoso/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	Touros/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Ventos de Santo Uriel S.A.	João Câmara/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Brownfield Investment Holding Ltda. (Brownfield)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Ventos de Serra do Mel B S.A. (Serra do Mel)	Serra do Mel/RN	Controle e gestão de participações	68,8	Copel GeT
			31,2	Brownfield
Aventura Holding S.A. (Aventura)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
SRMN Holding S.A. (SRMN)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Uirapuru Transmissora de Energia S.A	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Bela Vista Geração de Energia S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel GeT
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. (FDA)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Jandaíra I Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra II Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra III Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra IV Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Eol Potiguar B61 SPE S.A.(a)	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Copel GeT
GE Olho D'Água S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Boa Vista S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Farol S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	São Bento
GE São Bento do Norte S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	São Bento
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Cutia
Eol Potiguar B141 SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Serra do Mel
Eol Potiguar B142 SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Serra do Mel
Eol Potiguar B143 SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Serra do Mel
Eol Ventos de Vila Paraiba IV SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica – fontes eólicas	100,0	Serra do Mel
Central Eólica Aventura II S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Aventura
Central Eólica Aventura III S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Aventura
Central Eólica Aventura IV S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Aventura
Central Eólica Aventura V S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Aventura
Central Eólica SRMN I S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	SRMN
Central Eólica SRMN II S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	SRMN
Central Eólica SRMN III S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	SRMN
Central Eólica SRMN IV S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	SRMN
Central Eólica SRMN V S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	SRMN

(a) Empreendimento eólico com 99,99992% da Copel Get e 0,00008% da Brownfield.

Notas Explicativas

1.1.2. Empreendimentos controlados em conjunto

Empreendimento controlado em conjunto	Sede	Atividade principal	Participação	
			%	Investidora
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Matrinchá Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	24,5	Copel GeT
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	Jundiaí/SP	Transmissão de energia elétrica	50,1	Copel GeT
Cantareira Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT

1.1.3. Coligadas

Coligada	Sede	Atividade principal	Participação %	
			%	Investidora
Foz do Chopim Energética Ltda.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	35,77	Copel GeT

1.1.4. Operações em conjunto (consórcios)

A Companhia possui participação em algumas operações em conjunto. Os dois empreendimentos relevantes, com valores registrados no imobilizado da Companhia, estão apresentados na NE nº 14.3.

Notas Explicativas

2. Concessões e Autorizações

Concessões de geração		Participação %	Vencimento
Contrato de Concessão nº 002/2024 - UHE Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo) (NE nº 1)		100	19.11.2054
Contrato de Concessão nº 002/2024 - UHE Gov. José Richa (Salto Caxias) (NE nº 1)		100	19.11.2054
Contrato de Concessão nº 003/2016 – UHE Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza (GPS)		100	03.01.2053
Autorização - Portaria nº 133/2011 – PCH Cavernoso II (NE nº 36)		100	06.12.2050
Contrato de Concessão nº 002/2012 – UHE Baixo Iguaçu		30	03.12.2049
Contrato de Concessão de geração nº 001/2007 – UHE Gov. Jayme Canet Júnior (Mauá)		51	28.06.2049
Contrato de Concessão nº 001/2011 – UHE Colíder (NE nº 36)		100	30.01.2046
Contrato de Concessão nº 005/2024 - UHE Cavernoso (NE nº 36)		100	23.06.2033
Contrato de Concessão nº 007/2013 - UHE Derivação do Rio Jordão		100	21.06.2032
Autorização – Resolução nº 278/1999 – EOL Palmas (NE nº 36)		100	29.09.2029
Contrato de Concessão nº 004/2024 - UHE Chaminé (NE nº 36)		100	02.08.2028
Contrato de Concessão nº 001/2020 - UHE Guaricana (NE nº 36)		100	21.07.2028
Contrato de Concessão nº 003/2024 - UHE Apucarantina (NE nº 36)		100	27.01.2027
Contrato de Concessão nº 006/2024 - UHE São Jorge (NE nº 36)		100	24.07.2026
Contrato de Concessão nº 045/1999 - UTE Figueira (NE nº 36)		100	26.03.2019
Despacho nº 182/2002 – Central Geradora Hidrelétrica – CGH Melissa, CGH Pitangui e CGH Salto do Vau (apenas registro na Aneel) (NE nº 36)		100	—
UHE Marumbi – Declaração de registro de central geradora: CGH.PH.PR.001501-6.02 (NE nº 36)		100	—
Resolução Autorizativa Aneel nº 5373/2015 – CGH Chopim I (apenas registro na Aneel) (NE nº 36)		100	—
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias			
Nova Asa Branca I	Portaria MME nº 267/2011 – EOL Asa Branca I	100	25.04.2046
Nova Asa Branca II	Portaria MME nº 333/2011 – EOL Asa Branca II	100	31.05.2046
Nova Asa Branca III	Portaria MME nº 334/2011 – EOL Asa Branca III	100	31.05.2046
Nova Eurus IV	Portaria MME nº 273/2011 – EOL Eurus IV	100	27.04.2046
Santa Maria	Portaria MME nº 274/2012 – EOL SM	100	08.05.2047
Santa Helena	Portaria MME nº 207/2012 – EOL Santa Helena	100	09.04.2047
Ventos de Santo Uriel	Portaria MME nº 201/2012 – EOL Ventos de Santo Uriel	100	09.04.2047
GE Boa Vista	Portaria MME nº 276/2011 – EOL Dreen Boa Vista	100	28.04.2046
GE Farol	Portaria MME nº 263/2011 – EOL Farol	100	20.04.2046
GE Olho D'Água	Portaria MME nº 343/2011 – EOL Dreen Olho D'Água	100	01.06.2046
GE São Bento do Norte	Portaria MME nº 310/2011 – EOL Dreen São Bento do Norte	100	19.05.2046
Esperança do Nordeste	Portaria MME nº 183/2015 – EOL Esperança do Nordeste	100	11.05.2050
Paraíso dos Ventos do Nordeste	Portaria MME nº 182/2015 – EOL Paraíso dos Ventos do Nordeste	100	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Jangada	REA nº 3.257/2011 – EOL GE Jangada	100	05.01.2042
Maria Helena	REA nº 3.259/2011 – EOL GE Maria Helena	100	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Potiguar	Portaria MME nº 179/2015 – EOL Potiguar	100	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Guajiru	REA nº 3.256/2011 – EOL Dreen Guajiru	100	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Cutia	REA nº 3.258/2011 – EOL Dreen Cutia	100	05.01.2042
São Bento do Norte I	Portaria nº 349/2015 – EOL São Bento do Norte I	100	04.08.2050
São Bento do Norte II	Portaria nº 348/2015 – EOL São Bento do Norte II	100	04.08.2050
São Bento do Norte III	Portaria nº 347/2015 – EOL São Bento do Norte III	100	04.08.2050
São Miguel I	Portaria nº 352/2015 – EOL São Miguel I	100	04.08.2050
São Miguel II	Portaria nº 351/2015 – EOL São Miguel II	100	04.08.2050
São Miguel III	Portaria nº 350/2015 – EOL São Miguel III	100	04.08.2050
Foz do Chopim	Autorização - Resolução nº 114/2000 – PCH Arturo Andreoli	35,77	07.07.2034
PCH Bela Vista	Resolução Autorizativa nº 913/2007 – transferência de titularidade pela Resolução Autorizativa nº 7802/2019	100	02.01.2041
F.D.A. Geração de Energia Elétrica (NE nº 1)	Contrato de Concessão de Geração nº 001/2024 - UHE GBM	100	19.11.2054
Jandaíra I Energias Renováveis	Portaria nº 140/2020 – EOL Jandaíra I	100	02.04.2055
Jandaíra II Energias Renováveis	Portaria nº 141/2020 – EOL Jandaíra II	100	02.04.2055
Jandaíra III Energias Renováveis	Portaria nº 142/2020 – EOL Jandaíra III	100	02.04.2055
Jandaíra IV Energias Renováveis	Portaria nº 139/2020 – EOL Jandaíra IV	100	02.04.2055
EOL Potiguar B 141 SPE S.A.	Portaria nº 02/2019 – EOL Vila Maranhão I	100	11.01.2054
EOL Potiguar B 142 SPE S.A.	Portaria nº 12/2019 – EOL Vila Maranhão II	100	14.01.2054
EOL Potiguar B 143 SPE S.A.	Portaria nº 13/2019 – EOL Vila Maranhão III	100	14.01.2054
EOL Potiguar B 61 SPE S.A.	Portaria nº 453/2019 – EOL Ventos de Vila Mato Grosso I	100	06.12.2054
Ventos de Vila Paraíba IV SPE S.A	Portaria nº 10/2019 – EOL Vila Ceará I	100	14.01.2054
EOL Aventura II	Portaria nº 209/2018 - Aventura II	100	05.06.2053
EOL Aventura III	Portaria nº 220/2018 - Aventura III - REA nº 7.820/2019	100	11.06.2053
EOL Aventura IV	Portaria nº 215/2018 - Aventura IV	100	05.06.2053
EOL Aventura V	Portaria nº 213/2018 - Aventura V	100	05.06.2053
EOL SRMN I S.A.	Portaria nº 196/2018 - Santa Rosa e Novo Mundo I	100	04.06.2053
EOL SRMN II S.A.	Portaria nº 194/2018 - Santa Rosa e Novo Mundo II	100	04.06.2053
EOL SRMN III S.A.	Portaria nº 197/2018 - Santa Rosa e Novo Mundo III	100	04.06.2053
EOL SRMN IV S.A.	Portaria nº 188/2018 - Santa Rosa e Novo Mundo IV	100	01.06.2053
EOL SRMN V S.A.	Portaria nº 189/2018 - Santa Rosa e Novo Mundo V - REA 7.783/2019.	100	01.06.2053

Usina Hidrelétrica - UHE / Pequena Central Hidrelétrica - PCH / Usina Termelétrica - UTE / Usina Eolielétrica - EOL

Notas Explicativas

Concessões de transmissão		Participação %	Vencimento	Próxima revisão tarifária
Contratos de Concessões de Linhas de Transmissão – LT e Subestações – SE				
Contrato nº 060/2001 – Instalações de transmissão (diversos LTs e SEs) – prorrogado pelo 3º termo aditivo		100	01.01.2043	2028 (b)
Contrato nº 075/2001 – LT 230 kV Bateias – Jaguariaíva		100	17.08.2031	(a)
Contrato nº 006/2008 – LT 230 kV Bateias – Pilarzinho		100	17.03.2038	2028 (c)
Contrato nº 027/2009 – LT 525 kV Foz do Iguaçu – Cascavel Oeste		100	19.11.2039	2025
Contrato nº 010/2010 – LT 500 kV Araraquara II – Taubaté		100	06.10.2040	2026
Contrato nº 015/2010 – SE Cerquillo III 230/138 kV		100	06.10.2040	2026
Contrato nº 022/2012 – LT 230 kV Londrina - Figueira e LT 230 kV Foz do Chopim – Salto Osório		100	27.08.2042	2028
Contrato nº 002/2013 – LT 230 kV Assis – Paraguaçu Paulista II e SE Paraguaçu Paulista II 230 kV		100	25.02.2043	2028 (c)
Contrato nº 005/2014 – LT 230 kV Bateias – Curitiba Norte e SE Curitiba Norte 230/138 kV		100	29.01.2044	2029 (d)
Contrato nº 021/2014 – LT 230 kV Foz do Chopim – Realeza e SE Realeza 230/138 kV		100	05.09.2044	2025
Contrato nº 022/2014 – LT 500 kV Assis – Londrina		100	05.09.2044	2025
Contrato nº 006/2016		100	07.04.2046	2026
LT 525 kV Curitiba Leste – Blumenau				
LT 230 kV Baixo Iguaçu – Realeza				
LT 230 kV Curitiba Centro – Uberaba				
SE Medianeira 230/138 kV				
SE Curitiba Centro 230/138 kV				
SE Andirá Leste 230/138 kV				
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias				
Costa Oeste Transmissora	Contrato nº 001/2012: LT 230 kV Cascavel Oeste – Umuarama SE Umuarama 230/138 kV	100	12.01.2042	2027
Caiuá Transmissora	Contrato nº 007/2012: LT 230 kV Umuarama – Guaíra LT 230 kV Cascavel Oeste – Cascavel Norte SE Santa Quitéria 230/138/13,8 kV SE Cascavel Norte 230/138/13,8 kV	49	10.05.2042	2027
Marumbi Transmissora	Contrato nº 008/2012: LT 525 kV Curitiba – Curitiba Leste SE Curitiba Leste 525/230 kV	100	10.05.2042	2027
Integração Maranhense	Contrato nº 011/2012: LT 500 Kv Açailândia – Miranda II	49	10.05.2042	2027
Matrinchã Transmissora	Contrato nº 012/2012: LT 500 kV Paranaita – Cláudia LT 500 kV Cláudia – Paranatinga LT 500 kV Paranatinga – Ribeirãozinho SE Paranaita 500 kV SE Cláudia 500 kV SE Paranatinga 500 kV	49	10.05.2042	2027
Guaraciaba Transmissora	Contrato nº 013/2012: LT 500 kV Ribeirãozinho – Rio Verde Norte LT 500 kV Rio Verde Norte – Marimbondo II SE Marimbondo II 500 kV	49	10.05.2042	2027
Paranaíba Transmissora	Contrato nº 007/2013: LT 500 kV Barreiras II – Rio das Éguas LT 500 kV Rio das Éguas – Luziânia LT 500 kV Luziânia – Pirapora 2	24,5	02.05.2043	2028 (c)
Mata de Santa Genebra	Contrato nº 001/2014: LT 500 kV Itatiba – Bateias LT 500 kV Araraquara 2 – Itatiba LT 500 kV Araraquara 2 – Fernão Dias SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV SE Itatiba 500 kV SE Fernão Dias 500/440 kV	50,1	14.05.2044	2029 (d)
Cantareira Transmissora	Contrato nº 019/2014: LT 500 kV Estreito – Fernão Dias	49	05.09.2044	2025
Uirapuru Transmissora	Contrato nº 002/2005: LT 525 kV Ivaiporã – Londrina	100	04.03.2035	(a)

(a) Não passam por revisão tarifária e a RAP reduziu para 50% no 16º ano.

(b) A Resolução Homologatória nº 3.344/2024 homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Concessão prorrogados, dentre eles, o Contrato de Concessão nº 060/2001.

(c) A Resolução Homologatória nº 3.342/2024 homologou o resultado complementar das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida - RAP de 2023 dos contratos de concessão licitados, dentre eles os contratos de concessão 006/2008, 002/2013 e 007/2013. Em 2028 ocorrerá a 4ª RTP do contrato de concessão 006/2008, portanto, não haverá mais o recálculo do custo de capital de terceiros deste contrato.

(d) A Resolução Homologatória nº 3.343/2024 homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP de 2024 dos contratos de transmissão licitados, dentre eles os contratos de concessão nº 001/2014 e 005/2014.

Notas Explicativas

3. Base de Preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais da Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (IFRS® Accounting Standards), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 27.02.2025.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Copel GeT e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes:

- NEs nºs 4.14 e 36 - Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas: avaliação da venda como altamente provável;
- NEs nºs 4.3 e 8 - Contas a receber vinculadas à concessão: previsão dos fluxos de caixa e do saldo indenizável dos contratos de concessão;
- NEs nºs 4.4 e 9 - Ativos de contrato: definição da taxa de remuneração dos contratos, alocação do preço às obrigações de performance e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nºs 4.6 e 14 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 4.7 e 15 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 4.8.1 e 7.2 - Perdas de crédito esperadas: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NEs nºs 4.8.2 e 14.4 - Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nºs 4.9 e 25 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NE nº 4.10 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados e de margem de construção;
- NEs nºs 4.11 e 11.1 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros para recuperabilidade dos tributos;

Notas Explicativas

- NEs nºs 4.12 e 20 - Benefícios pós-emprego: premissas atuariais para avaliação dos planos previdenciários e assistenciais;
- NEs nºs 4.13 e 23 - Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos: definição da taxa de desconto para os contratos.

3.5 Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessões públicas de longo prazo; (ii) valor do patrimônio líquido (iii) geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais; e (v) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia, o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

Para equacionar a capacidade financeira de curto prazo da Companhia, que apresenta capital circulante líquido negativo, a Administração vem monitorando a evolução da liquidez e adotando ações para equacionamento da capacidade financeira de curto prazo, tais como adequação do programa de investimentos, manutenção de ações de redução de custos e alongamento da dívida. A Companhia conta com o suporte financeiro da Controladora, portanto, sem prejuízos à capacidade financeira de curto prazo da Companhia.

4. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

4.1. Base de consolidação

4.1.1. Controladas

As controladas são as entidades em que a Companhia detém o controle. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, sendo, inicialmente, reconhecidos ao custo.

Em uma combinação de negócios, os ativos identificados, os passivos e os passivos contingentes adquiridos são mensurados pelos seus respectivos valores justos na data de aquisição. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos) é reconhecido como ágio (goodwill), apresentado no investimento nas demonstrações financeiras individuais da empresa adquirente e no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. Quando a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos adquiridos indicar um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

O valor pago que se refira especificamente a direito de concessão adquirido em combinação de negócios onde a entidade adquirida seja uma concessionária, cujo direito à concessão tenha prazo conhecido e definido, não se caracteriza como goodwill e, portanto, é amortizado pelo período da concessão. O ágio decorrente exclusivamente do reconhecimento contábil do tributo diferido (34%) sobre a mais/menos valia registrada na combinação de negócios se caracteriza como ágio técnico e não é amortizado, apenas testado por impairment.

4.1.2. Coligadas, operações em conjunto e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle.

Negócios em conjunto são as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Podem ser classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

Notas Explicativas

Operação em conjunto é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. As operações em conjunto são contabilizadas na proporção de cota-parte de ativos, passivos e resultado, na empresa que detém a participação.

Os empreendimentos controlados em conjunto são as entidades em que a investidora, vinculada a um acordo, não exerce individualmente o poder de decisões financeiras e operacionais, independentemente do percentual de participação no capital votante.

Os investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, sendo, inicialmente, reconhecidos ao custo.

4.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação ocorre de forma prospectiva.

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

4.2.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

4.2.2. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

4.2.3. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

4.2.4. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

Notas Explicativas

4.2.5. Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

4.3. Contas a receber vinculadas à concessão

Referem-se aos ativos financeiros das concessões com direito incondicional de receber caixa pela Companhia, garantido pelo Poder Concedente por cláusula contratual e legislação específica.

4.3.1. Bonificação pela outorga de contrato de concessão de geração em regime de cotas

O contrato de concessão de geração em regime de cotas prevê o pagamento de bonificação pela outorga ao Poder Concedente, nos termos do parágrafo 7º do artigo 8º da Lei nº 12.783/2013, a qual é reconhecida como ativo financeiro por representar um direito incondicional de receber caixa, garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda.

A remuneração deste ativo financeiro é baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC na sigla em inglês) definido pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE na Resolução 2/2015, a qual está sendo apresentada na demonstração do resultado como receita operacional de acordo com o modelo de negócios da Companhia.

4.3.2. Concessão de geração de energia elétrica

A Companhia operou e opera contratos de concessão de geração de energia elétrica que contém cláusulas de indenização da infraestrutura não depreciada, amortizada e/ou recebida durante o prazo da concessão. Após o vencimento, os saldos residuais dos ativos são transferidos para contas a receber vinculadas à concessão. Ao final de cada período de divulgação, a Administração avalia a recuperabilidade do ativo, remensurando seu fluxo de caixa com base em sua melhor estimativa.

4.4. Ativos de contrato

Representado pelo direito contratual da Companhia relacionado à construção da infraestrutura delegada pelo Poder Concedente, condicionado ao recebimento da receita não somente pela passagem do tempo, mas após cumprir a obrigação de performance de manter e operar a infraestrutura.

4.4.1. Concessão de transmissão de energia elétrica

Representa o saldo dos contratos de serviço público de transmissão de energia elétrica firmados com o Poder Concedente para construir, operar e manter as linhas e subestações de alta tensão. Durante a vigência do contrato de concessão a Companhia recebe, condicionado a sua performance, uma remuneração denominada Receita Anual Permitida - RAP que amortiza os investimentos realizados na construção da infraestrutura e faz frente aos custos de operação e manutenção incorridos.

A Companhia estima sua receita na fase de construção a valor justo com base no custo orçado da obra e utilizado pela administração como parâmetro para o lance no leilão da concessão. A receita a valor justo é composta pelo custo orçado para todo período de construção acrescido da margem de construção, que representa parcela suficiente para cobrir os gastos de gerenciamento e acompanhamento da obra.

A taxa implícita de remuneração de cada concessão é determinada pela projeção do custo esperado, da margem de lucro na fase de construção e da projeção da RAP a ser recebida, líquida da estimativa da contraprestação variável (PV) e da parcela destinada a remunerar a Operação e Manutenção – O&M. Essa taxa de remuneração é fixada no momento inicial e não se altera durante a performance do contrato.

O ativo proveniente da construção da infraestrutura de transmissão é formado pelo reconhecimento da receita de construção, conforme o percentual completado da obra (NE nº 4.10.3), e por sua remuneração financeira (NE nº 4.10.2).

Notas Explicativas

Após o início da operação comercial e na medida em que o serviço de operação e manutenção – O&M é prestado, a parte da RAP referente a receita de O&M é reconhecida no resultado ao valor justo, mensalmente, e faturada em conjunto com a parte da receita reconhecida na fase de construção. Este valor faturado após o cumprimento da performance de O&M é transferido para o ativo financeiro na rubrica de clientes até o seu recebimento efetivo.

A Companhia reconhece os ganhos e perdas por eficiência ou ineficiência na construção da infraestrutura e em função de revisão tarifária periódica – RTP, quando incorridos, diretamente no resultado do exercício.

4.5. Contas a pagar vinculadas à concessão

Referem-se aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionados ao direito de exploração do potencial de geração de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro inicial da obrigação é feito na data da assinatura do contrato de concessão e corresponde ao valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros. Posteriormente, é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados.

4.6. Imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de concessão de serviço público de geração de energia elétrica são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. No entanto, os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. Como referência utiliza-se as taxas definidas pela Aneel, visto que tais taxas foram objeto de estudos técnicos e estatísticos e que representam a melhor estimativa de vida útil de cada bem.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

4.7. Intangível

Compreendem principalmente os ativos decorrentes dos contratos de concessão detalhados a seguir, além de valores de direito de concessão/autorização gerados em combinações de negócios (NE nº 4.1.1) e saldos de softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, que são mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

4.7.1. Concessão onerosa de geração de energia elétrica

Corresponde à aquisição de direito de exploração do potencial de geração de energia hidráulica cujo contrato prevê pagamentos à União a título de Uso do Bem Público – UBP e/ou Bônus de Outorga. O montante é reconhecido pelo valor presente das saídas de caixa futuras no período de vigência do contrato de concessão. Na data de início da operação comercial ou da aquisição do direito de exploração do empreendimento, o montante apresentado é fixado e amortizado durante o período da concessão.

4.7.2. Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Ativo constituído pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, proveniente do valor recuperado do custo com o fator de ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE (GSF). O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual é amortizado linearmente até o final do novo prazo de concessão.

4.8. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

4.8.1. Ativos financeiros

Notas Explicativas

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando estimativas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

4.8.2. Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor justo líquido da despesa de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

Os ativos provenientes da concessão onerosa e direitos de concessão e/ou autorização de geração de energia elétrica, classificados como ativos intangíveis, têm seu valor recuperável testado juntamente com os demais ativos daquela unidade geradora de caixa.

O valor recuperável de ativos de contrato na sua fase de formação é testado no momento de sua mensuração, em decorrência principalmente da utilização da taxa efetiva de juros fixada no início do projeto e levada até o final do fluxo de caixa da concessão. Após o início da operação comercial a parte da receita faturada é testada no contas a receber de clientes e, para a parte a receber condicionada a cumprir a obrigação de performance de manter e operar a infraestrutura, a Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas, pois são garantidas por estruturas de fianças, pelo rateio compartilhado de eventual inadimplência entre os demais integrantes do sistema interligado nacional gerido pelo Operador Nacional do Sistema - ONS e pela regulamentação do setor.

4.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Provisões para desmantelamento ou descomissionamento de ativos, quando atenderem aos critérios de reconhecimento e mensuração, são contabilizadas em contrapartida ao custo do respectivo ativo, a valor presente. O ativo é depreciado juntamente com os itens de imobilizado, enquanto o passivo é reconstituído pela passagem do tempo. Caso haja revisão dos montantes provisionados, se estes não decorrerem apenas da passagem do tempo, são reconhecidos novamente em contrapartida ao custo do ativo e depreciados até o fim da vida útil.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

4.10. Reconhecimento da receita

4.10.1. Receita de contratos com clientes

Notas Explicativas

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação, considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagá-la quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente, principalmente, do suprimento e fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos e estimativas de preço e volume.

As informações sobre a receita do segmento de transmissão estão descritas na NE nº 4.4.1.

Para as empresas de geração eólica sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

4.10.2. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Em relação ao ativo de contrato da concessão de transmissão de energia elétrica é reconhecida receita de remuneração financeira utilizando a taxa de remuneração implícita fixada no início de cada projeto, a qual é apresentada na demonstração do resultado como receita operacional de acordo com o modelo de negócios da Companhia.

4.10.3. Receita e margem de construção

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica são reconhecidas ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra. Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção

A margem de construção adotada para a atividade de transmissão deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

4.11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. .

4.12. Benefícios Pós-emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão e Plano Assistencial (assistência médica e odontológica) para seus empregados ativos e pós-emprego e seus dependentes legais. Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são avaliados anualmente por atuário independente, com a data base que coincide com o encerramento do exercício. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com o atuário independente e aprovadas pela Administração.

Notas Explicativas

Os ativos dos planos de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado). O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano. A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

4.13. Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro. Para definição da taxa de juros, a Companhia utiliza como base a taxa nominal praticada na última captação de recursos do grupo Copel, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas.

4.14. Ativos e passivos mantidos para venda e operação descontinuada

A classificação dos ativos e passivos como mantido para venda é efetuada quando a venda é altamente provável, ou seja, quando está disponível para venda imediata nas condições atuais e exista o comprometimento da alta administração com o desinvestimento, com previsão de finalização em até 12 meses a partir da data da reclassificação. A mensuração dos ativos mantidos para venda e passivos associados é realizada pelo valor contábil ou o valor justo líquido das despesas de venda, dos dois o menor. Se o ativo representar uma importante linha separada de negócios, a referida transação é considerada uma operação descontinuada, e seus resultados e fluxos de caixa são apresentados de forma segregada.

4.15. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pelas empresas assim como sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

4.16. Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2024

A partir de 1º.01.2024 estão vigentes as alterações de normas a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores;
- (ii) CPC 26 / IAS 1 - requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants;
- (iii) CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de "sale and leaseback".
- (iv) CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado: alterações para adequação aos CPCs emitidos posteriormente a emissão da norma.

4.17. Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as normas novas e/ou revisadas abaixo:

- (i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade (a partir de 1º.01.2025);

Notas Explicativas

- (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (a partir de 1º.01.2025);
- (iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial (a partir de 1º.01.2025);
- (iv) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);
- (v) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- (vi) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);
- (vii) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO) (a partir de 1º.01.2025);
- (viii) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas, exceto a IFRS 18, para a qual a Administração está avaliando os impactos de adoção.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e bancos conta movimento	30.968	29.145	93.681	89.214
Aplicações financeiras de liquidez imediata	480.822	979.622	1.589.173	2.222.691
	511.790	1.008.767	1.682.854	2.311.905

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras se referem a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a Operações Compromissadas que, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 92,0% e 101,0% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Cotas de fundos de investimentos (a)	CDI	63.268	74.200	417.842	405.249
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96% a 101% do CDI	69.563	62.391	91.547	82.541
Operação Compromissada	98% do CDI	16.537	–	16.537	–
		149.368	136.591	525.926	487.790

Certificado de Depósito Interbancário - CDI

(a) Tratam-se de contas de reserva destinadas ao cumprimento de contratos com o BNDES.

A Companhia e suas controladas possuem títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 1 a 56 meses a partir do final do período, porém, a maior parte do saldo está registrada no ativo não circulante pois se refere a recursos vinculados à garantia financeira de contratos de longo prazo.

Notas Explicativas

7. Clientes

Controladora	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo em 31.12.2024	Saldo em 31.12.2023
Consumidores					
Outros créditos	–	–	220	220	78
	–	–	220	220	78
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
Contratos bilaterais	121.167	–	2.380	123.547	142.882
Contratos regulados	127.736	–	23.235	150.971	176.361
CCEE (7.1)	–	–	119.665	119.665	119.665
	248.903	–	145.280	394.183	438.908
Encargos de uso da rede elétrica	96.725	–	30.379	127.104	115.472
(-) Perdas de créditos esperadas (7.2)	(240)	–	(142.127)	(142.367)	(129.010)
	345.388	–	33.752	379.140	425.448

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo em 31.12.2024	Saldo em 31.12.2023
Consumidores					
Outros créditos	–	–	220	220	78
	–	–	220	220	78
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
Contratos bilaterais	180.176	–	2.413	182.589	223.771
Contratos regulados	205.572	887	23.652	230.111	262.222
CCEE (7.1)	36.909	–	119.665	156.574	156.029
	422.657	887	145.730	569.274	642.022
Encargos de uso da rede elétrica	103.963	603	32.361	136.927	122.925
(-) Perdas de créditos esperadas (7.2)	(435)	–	(143.963)	(144.398)	(129.530)
	526.185	1.490	34.348	562.023	635.495

7.1. Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Saldo a receber proveniente de posição positiva na liquidação mensal do mercado de curto prazo centralizado pela CCEE. Os valores são recebidos no segundo mês subsequente ao reconhecimento da receita ou são compensados com liquidações futuras quando o resultado apresentar posição negativa para a controlada.

O saldo vencido, de R\$ 119.665, se refere à parcela controversa decorrente dos efeitos da liminar pelo excludente de responsabilidade da UHE Colíder, para os quais foram registradas perdas de crédito esperadas no mesmo valor, conforme demonstrado na NE nº 7.2. Como resultado de caso fortuito e força maior, a usina atrasou sua operação comercial, inicialmente prevista para janeiro de 2015. A Companhia discute judicialmente o pedido de excludente de responsabilidade para que a obrigatoriedade do fornecimento da energia contratada pela usina, no período em atraso, seja postergada. Em maio de 2023 foi proferida sentença pelo Juízo Federal competente, em que se reconheceu os pedidos de forma parcial. A Copel GeT interpôs recurso de apelação ao TRF1 defendendo a extensão do reconhecimento das excludentes para todo período, e renovou o pedido de tutela recursal para manter a sustação dos efeitos sancionatórios e contratuais das deliberações da Aneel, até o julgamento do recurso, o que foi novamente concedido em agosto de 2023 pelo Desembargador Relator. Aguarda-se o processamento e o julgamento do recurso.

Notas Explicativas

7.2. Perdas de créditos esperadas

Controladora	Saldo 1º.01.2023	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2023	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2024
Concessionárias e permissionárias							
CCEE (7.1)	119.665	—	—	119.665	—	—	119.665
Concessionárias e permissionárias	5.938	3.624	(217)	9.345	16.555	(3.198)	22.702
	125.603	3.624	(217)	129.010	16.555	(3.198)	142.367
	125.603	3.624	(217)	129.010	16.555	(3.198)	142.367

Consolidado	Saldo 1º.01.2023	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2023	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2024
Concessionárias e permissionárias							
CCEE (7.1)	119.665	—	—	119.665	—	—	119.665
Concessionárias e permissionárias	5.983	4.131	(249)	9.865	18.418	(3.550)	24.733
	125.648	4.131	(249)	129.530	18.418	(3.550)	144.398
	125.648	4.131	(249)	129.530	18.418	(3.550)	144.398

8. Contas a Receber Vinculadas à Concessão

Controladora e Consolidado	31.12.2024	31.12.2023
Bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas (8.1)	821.804	792.741
Contrato de concessão de geração de energia elétrica (8.2)	75.425	71.835
	897.229	864.576
Circulante	10.609	9.354
Não circulante	886.620	855.222

8.1. Bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas

Em 1º.01.2023	766.832
Transferências para suprimento de energia elétrica - clientes	(88.461)
Juros efetivos (NE nº 27.1)	114.370
Em 31.12.2023	792.741
Transferências para suprimento de energia elétrica - clientes	(91.737)
Juros efetivos (NE nº 27.1)	120.800
Em 31.12.2024	821.804

Saldo relativo à Bonificação pela Outorga do contrato de concessão da UHE GPS pagos ao Poder Concedente, atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios, conforme contrato de concessão firmado em 05.01.2016.

8.2. Contrato de concessão de geração de energia elétrica

Em 1º.01.2023	68.642
Ajustes ao valor justo	3.193
Em 31.12.2023	71.835
Ajustes ao valor justo	3.590
Em 31.12.2024	75.425

Saldo residual dos ativos de geração de energia elétrica da UHE GPS e UHE Mourão I. A Copel GeT depreciou as usinas até 2015, data de vencimento das concessões, e o saldo remanescente foi reclassificado para a rubrica contas a receber vinculadas à concessão e subsequentemente mensurados pela melhor estimativa de valor justo. Em 2015 a Copel GeT manifestou à Aneel o interesse no recebimento do valor indenizável, com a comprovação da realização dos respectivos investimentos. Em agosto de 2022 a Copel protocolou na Aneel os laudos de avaliação relativos aos valores residuais, com data base julho de 2015, os quais, desde janeiro de 2023, passam por fiscalização por parte da agência reguladora. (NE nº 31.2.1 – d).

Notas Explicativas

9. Ativos de contrato

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Contratos de concessão de transmissão	3.797.937	3.591.810	4.312.002	4.087.156
Contratos de concessão de transmissão - RBSE	1.197.456	1.315.947	1.197.456	1.315.947
	4.995.393	4.907.757	5.509.458	5.403.103
Circulante	265.846	268.260	283.896	284.616
Não circulante	4.729.547	4.639.497	5.225.562	5.118.487

9.1. Mutação dos ativos de contrato

	Controladora			Consolidado		
	Ativo concessões	Ativo RBSE	Total	Ativo concessões	Ativo RBSE	Total
Em 1º.01.2023	3.396.661	1.416.200	4.812.861	3.894.276	1.416.200	5.310.476
Realização de mais/menos valia em combinações de negócios	–	–	–	722	–	722
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(369.324)	(294.975)	(664.299)	(423.851)	(294.975)	(718.826)
Transferências para o imobilizado	(3.830)	–	(3.830)	(4.086)	–	(4.086)
Transferência de litígios	–	–	–	(458)	–	(458)
Remuneração	468.759	194.722	663.481	521.308	194.722	716.030
Receita de construção	85.482	–	85.482	85.181	–	85.181
Margem de construção	1.409	–	1.409	1.409	–	1.409
Ganho por eficiência	12.653	–	12.653	12.655	–	12.655
Em 31.12.2023	3.591.810	1.315.947	4.907.757	4.087.156	1.315.947	5.403.103
Realização de mais/menos valia em combinações de negócios	–	–	–	722	–	722
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(452.419)	(306.596)	(759.015)	(508.832)	(306.596)	(815.428)
Transferências para o imobilizado e intangível	(5.153)	–	(5.153)	(5.185)	–	(5.185)
Transferência de litígios	–	–	–	(2.994)	–	(2.994)
Remuneração	547.808	188.105	735.913	617.622	188.105	805.727
Receita de construção	88.565	–	88.565	95.610	–	95.610
Margem de construção	1.461	–	1.461	2.039	–	2.039
Ganho por eficiência	25.865	–	25.865	25.864	–	25.864
Em 31.12.2024	3.797.937	1.197.456	4.995.393	4.312.002	1.197.456	5.509.458
Circulante			265.846			283.896
Não circulante			4.729.547			5.225.562

Na construção e na operação de infraestrutura de transmissão, podem ocorrer atrasos nas obras, questões ambientais, de servidão e negociações fundiárias, variações nos custos de materiais, além do resultado da revisão/reajuste da Receita Anual Permitida - RAP, entre outros, e que possivelmente impactam a lucratividade do negócio. Na fase de construção, essas ocorrências podem provocar alterações no projeto original, sendo os valores, positivos ou negativos, reconhecidos diretamente no resultado durante sua execução. Na fase de operação e manutenção dos ativos, a parte da RAP relacionada à performance (parcela variável), é reconhecida à medida em que os serviços são executados.

Em julho de 2024 a Aneel homologou a revisão tarifária de parte dos contratos de concessão de transmissão da Copel GeT, com impacto negativo de R\$ 44.402, principalmente pela avaliação do Valor Novo de Reposição (VNR) dos ativos compensada parcialmente pelo incremento de RAP de reforços e melhorias realizados no último ciclo. A Copel encaminhou recurso administrativo à Aneel solicitando a revisão dos valores. Em 2023, a revisão tarifária de alguns contratos da Copel GET apurou ganho de R\$ 4.014.

Em junho de 2022 foi emitida a Nota Técnica nº 85/2022-SGT/Aneel que tratou da análise dos pedidos de reconsideração sobre pagamento do componente financeiro e reperfilamento do Ativo RBSE. A Aneel ainda não deliberou a respeito desses pedidos, de modo que os valores homologados, por meio da Resolução Homologatória Aneel nº 2.847 de 22.04.2021, seguem vigentes e contabilmente apropriados.

O quadro abaixo apresenta as premissas adotadas para o cálculo do ativo e contrato:

Notas Explicativas

	31.12.2024			31.12.2023		
	Ativo concessões	Ativo RBSE		Ativo concessões	Ativo RBSE	
		Financeiro	Econômico		Financeiro	Econômico
Margem de construção	1,65%	N/A	N/A	1,65%	N/A	N/A
Margem de operação e manutenção	1,65%	N/A	N/A	1,65%	N/A	N/A
Taxa de remuneração (a)	9,62% a.a.	8,11% a.a.	11,10% a.a.	9,60% a.a.	8,11% a.a.	11,10% a.a.
Índice de correção dos contratos	IPCA (b)	IPCA	IPCA	IPCA (b)	IPCA	IPCA
RAP anual, conforme Resolução Homologatória (c)	611.620	209.055	115.920	574.028	201.158	157.525

- (a) Taxa média dos contratos
- (b) O contrato 075/2001 - LT 230 kV Bateias - Jaguariaíva, da Copel GET, e o 002/2005 - LT 525 kV Ivaiporã - Londrina, da Uirapuru, são corrigidos pelo IGPM.
- (c) Incremento na parcela financeira da RAP dos ativos RBSE, devido ao reperfilamento definido pela Resolução Homologatória nº 2.847/2021.

10. Outros Créditos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Alienações de bens e direitos (a)	278.740	16.247	314.895	17.272
Serviços em curso (b)	32.236	78.212	37.997	79.809
Adiantamentos contratuais a fornecedores	27.774	9.697	30.248	13.244
Adiantamento a empregados	4.356	6.660	4.356	6.660
Serviços prestados a terceiros	10.261	14.156	4.231	5.536
Matéria-prima e insumos para produção de energia (c)	—	61.317	—	61.317
Outros créditos	13.902	13.984	15.754	17.665
	367.269	200.273	407.481	201.503
Circulante	90.679	118.627	96.031	117.954
Não circulante	276.590	81.646	311.450	83.549

- (a) Contempla o saldo decorrente da alienação de ativos descrita na NE nº 28.6.1
- (b) Referem-se, em sua maioria, aos programas de P&D, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim.
- (c) O saldo foi reclassificado para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 36).

11. Tributos

11.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	Saldo em 1º.01.2023	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2023	Reconhecido no resultado		Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2024
					Operação Continuada	Operação descontinuada		
Ativo não circulante								
Impairment	285.341	(72.054)	—	213.287	3.696	—	—	216.983
Benefícios pós-emprego	108.665	5.713	28.593	142.971	4.451	—	(35.616)	111.806
Provisões para litígios	132.674	(9.212)	—	123.462	(46.887)	—	—	76.575
Amortização do direito de concessão	52.417	4.839	—	57.256	4.839	(18.345)	—	43.750
Perdas de créditos esperadas	43.260	1.241	—	44.501	5.217	—	—	49.718
Programa de desligamentos voluntários	(66)	64.770	—	64.704	(56.738)	—	—	7.966
Passivo de arrendamentos	21.633	1.871	—	23.504	(516)	—	—	22.988
Provisão para compra de energia	18.039	2.803	—	20.842	3.269	—	—	24.111
Provisões por desempenho e participação nos lucros	3.803	5.919	—	9.722	8.517	—	—	18.239
Outros	61.648	1.732	—	63.380	11.099	7.307	—	81.786
	727.414	7.622	28.593	763.629	(63.053)	(11.038)	(35.616)	653.922
(-) Passivo não circulante								
Contratos de concessão	1.419.281	44.142	—	1.463.423	66.956	—	—	1.530.379
Custo atribuído ao imobilizado	307.688	(16.769)	—	290.919	(17.773)	—	—	273.146
Depreciação acelerada	128.155	18.382	—	146.537	15.907	—	—	162.444
Direito de uso de ativos	20.479	1.368	—	21.847	(1.067)	—	—	20.780
Atualização de depósitos judiciais	14.463	2.396	—	16.859	(8.034)	—	—	8.825
Outros	25.540	5.513	—	31.053	72.477	—	—	103.530
	1.915.606	55.032	—	1.970.638	128.466	—	—	2.099.104
Líquido	(1.188.192)	(47.410)	28.593	(1.207.009)	(191.519)	(11.038)	(35.616)	(1.445.182)

Notas Explicativas

Consolidado	Saldo em	Reconhecido no resultado	Outros (a)	Reclassificação (b)	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em	Reconhecido no resultado		Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em
	1º.01.2023					31.12.2023	Operação Continuada	Operação descontinuada		31.12.2024
Ativo não circulante										
Impairment	285.341	(72.054)	—	—	—	213.287	3.696	—	—	216.983
Benefícios pós-emprego	108.665	5.713	—	—	28.593	142.971	4.451	—	(35.616)	111.806
Provisões para litígios	136.746	(11.261)	4.643	—	—	130.128	(48.728)	—	—	81.400
Programa de desligamentos voluntários	(66)	64.770	—	—	—	64.704	(56.738)	—	—	7.966
Amortização do direito de concessão	52.417	4.839	—	—	—	57.256	4.839	(18.345)	—	43.750
Perdas de créditos esperadas	43.262	1.242	—	—	—	44.504	5.219	—	—	49.723
Passivo de arrendamentos	21.633	1.871	—	—	—	23.504	(441)	—	—	23.063
Provisão para compra de energia	18.039	2.803	—	—	—	20.842	3.269	—	—	24.111
Provisões por desempenho e participação nos lucros	3.803	5.919	—	—	—	9.722	8.517	—	—	18.239
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	45.179	(8.907)	—	(36.272)	—	—	12.475	7.307	—	19.782
Outros	55.449	10.529	—	—	—	65.978	1.015	—	—	66.993
	770.468	5.464	4.643	(36.272)	28.593	772.896	(62.426)	(11.038)	(35.616)	663.816
(-) Passivo não circulante										
Contratos de concessão	1.606.788	(2.994)	209.086	—	—	1.812.880	26.139	—	—	1.839.019
Custo atribuído ao imobilizado	307.688	(16.769)	—	—	—	290.919	(17.773)	—	—	273.146
Depreciação acelerada	128.156	18.382	—	—	—	146.538	15.907	—	—	162.445
Direito de uso de ativos	20.479	1.368	—	—	—	21.847	(986)	—	—	20.861
Atualização de depósitos judiciais	14.463	2.396	—	—	—	16.859	(8.034)	—	—	8.825
Outros	38.886	20.559	—	—	—	59.445	91.112	—	—	150.557
	2.116.460	22.942	209.086	—	—	2.348.488	106.365	—	—	2.454.853
Líquido	(1.345.992)	(17.478)	(204.443)	(36.272)	28.593	(1.575.592)	(168.791)	(11.038)	(35.616)	(1.791.037)
Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	36.271					—				—
Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(1.382.263)					(1.575.592)				(1.791.037)

(a) Efeitos de combinação de negócios.
(b) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 36).

11.1.1. Projeção de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes está baseada no período de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, prejuízo fiscal e base negativa, de acordo com as projeções de resultados futuros.

Os critérios utilizados para a realização de cada item estão relacionados com a previsibilidade de realização do valor principal que originou a diferença temporária. Quando a expectativa de realização do item é de difícil previsão, principalmente por não ser de controle da Companhia, tais como provisões para litígios, a Companhia adota históricos de realização para projetar sua realização futura.

Seguem os itens que foram base para constituição dos principais créditos da Companhia, bem como sua forma de realização:

- Benefícios pós-emprego: serão realizados conforme os pagamentos sejam efetuados à Fundação Copel ou revertidos conforme novas estimativas atuariais;
- Provisões para litígios: realizados conforme ocorram as decisões judiciais ou pela reversão quando da possível revisão do risco das ações;
- Provisão para redução ao valor recuperável de ativos: realizados a medida em que ocorra a amortização e/ou depreciação do ativo reduzido;
- Custo atribuído do imobilizado: realizados a medida em que ocorra a amortização, depreciação, baixa ou alienação do ativo valorado;
- Contrato de concessão: realizados no decorrer do prazo do contrato;
- Prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social: recuperados pela compensação com lucros tributários futuros, considerando o limite estabelecido na legislação; e
- Demais valores: realizados quando atenderem os critérios de dedutibilidade previsto na legislação fiscal, ou por eventual reversão dos valores registrados.

Notas Explicativas

A seguir está apresentada a projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2025	123.971	(160.810)	126.037	(187.477)
2026	28.780	(227.115)	29.648	(236.440)
2027	21.444	(211.400)	21.574	(214.961)
2028	18.400	(204.226)	18.530	(206.955)
2029	18.313	(179.677)	18.443	(182.406)
2030 a 2032	43.149	(405.453)	43.539	(412.650)
Após 2032	399.865	(710.423)	406.045	(1.013.964)
	653.922	(2.099.104)	663.816	(2.454.853)

11.1.2. Créditos fiscais não reconhecidos

Além dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo, em 31.12.2024, a Companhia não reconheceu créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$ 99.255 (R\$ 81.355 em 31.12.2023) por não haver razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para absorção dos referidos ativos, principalmente na Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (subsidiária da Copel GeT).

11.2. Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ativo circulante				
ICMS a recuperar	6.801	14.613	7.898	15.888
PIS/Pasep e Cofins a compensar	3.339	3.398	3.363	3.416
Outros tributos a compensar	486	677	489	689
	10.626	18.688	11.750	19.993
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar	49.569	36.105	50.302	36.168
PIS/Pasep e Cofins	41.544	41.736	41.544	41.736
Outros tributos a compensar	1.754	958	2.860	1.754
	92.867	78.799	94.706	79.658
Passivo circulante				
ICMS a recolher	42	53	1.457	1.956
PIS/Pasep e Cofins a recolher	22.540	25.572	30.667	33.132
IRRF sobre JSCP	—	29.640	—	29.640
Outros tributos	2.343	1.980	5.973	6.766
	24.925	57.245	38.097	71.494
Passivo não circulante				
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial (NE nº 12)	—	60.756	—	60.756
	—	60.756	—	60.756

* Saldos de ativos e passivos apresentados de forma líquida, considerando o direito e a intenção da Companhia de realizar o ativo e o passivo em bases líquidas.

Notas Explicativas

11.3. Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.525.216	1.731.860	1.658.587	1.898.959
(-) Resultado de participações societárias (a)	(440.263)	(668.878)	(276.895)	(300.589)
	1.084.953	1.062.982	1.381.692	1.598.370
IRPJ e CSLL (34%)	(368.884)	(361.414)	(469.775)	(543.446)
Efeitos fiscais sobre:				
Juros sobre o capital próprio	170.000	280.704	170.000	280.704
Despesas indedutíveis	(1.164)	(1.162)	(3.392)	(2.683)
Incentivos fiscais	—	1.022	3.305	5.667
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	—	—	(17.878)	(23.450)
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	—	—	(27.200)	18.844
Outros	8.529	26	11.694	(250)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(191.519)	(80.824)	(333.246)	(264.614)
Alíquota efetiva - %	17,7%	7,6%	24,1%	16,6%

(a) Na controladora contempla o saldo de equivalência patrimonial ajustada pelos efeitos de combinação de negócios.

No que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia efetuou as avaliações e concluiu que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

11.4. Reforma tributária do consumo

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 que estabeleceu a Reforma Tributária no âmbito do consumo. O novo modelo adota um sistema de IVA repartido (“IVA dual”) com duas competências: uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) que substituirá o PIS e a COFINS e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS) que substituirá o ICMS e o ISS. Além disso, foi criado o Imposto Seletivo (“IS”), de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, conforme definido em lei complementar.

Em 16.01.2025 foi sancionada a Lei Complementar - LC nº 214 que regulamenta parte da reforma tributária. Ainda se encontra sob análise do Senado Federal o Projeto de Lei Complementar nº 108/2024 que finalizará a regulamentação.

A Reforma prevê um período de transição de 2026 a 2032 em que os sistemas tributários atual e novo coexistirão.

No setor elétrico, a LC nº 214 prevê o diferimento da tributação da CBS e do IBS ao longo da cadeia produtiva, de forma que a tributação ocorrerá apenas na operação com o consumidor final. Essa medida deverá reduzir significativamente os impactos da reforma para o setor.

Adicionalmente, considerando a previsão expressa na lei e nos contratos de concessão quanto ao reequilíbrio econômico financeiro para concessões de serviço público, a Companhia espera que os impactos da reforma sejam reduzidos para seus negócios.

Sobre o IS, considerando a matriz de energia renovável da Companhia, não se espera impactos relevantes.

No entanto os efeitos completos da Reforma sobre a apuração dos tributos mencionados só serão totalmente conhecidos após a conclusão da regulamentação dos temas pendentes por lei complementar e da definição da alíquota de referência. Assim, não há impacto da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Notas Explicativas

12. Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Fiscais (a)	15.727	72.176	16.126	72.183
Trabalhistas	23.208	17.910	23.270	17.961
Cíveis	10.831	4.278	10.855	4.519
Outros	9	4	250	4
	49.775	94.368	50.501	94.667

(a) Em março de 2024 parte do saldo foi baixado em contrapartida ao passivo de INSS a recolher (NE nº 11.2).

Notas Explicativas

13. Investimentos

13.1. Mutação dos investimentos

Controladora	Saldo em 1�.01.2024	Equivalência patrimonial	Aporte e/ou Afac	Redução de capital	Amortização	Dividendos e JSCP	Saldo em 31.12.2024
Controladas							
Bela Vista	229.273	15.528	�	�	�	(8.343)	236.458
São Bento	250.636	19.775	�	�	�	(24.081)	246.330
São Bento - direito de autorização	63.371	�	�	�	(2.829)	�	60.542
Cutia	1.151.433	(44.166)	�	�	�	�	1.107.267
Cutia - direito de autorização	6.928	�	�	�	(357)	�	6.571
Nova Asa Branca I	40.117	(787)	�	�	�	(3.406)	35.924
Nova Asa Branca I - direito de autorização	39.912	�	�	�	(1.793)	�	38.119
Nova Asa Branca II	19.402	(2.704)	�	�	�	(3.526)	13.172
Nova Asa Branca II - direito de autorização	40.332	�	�	�	(1.800)	�	38.532
Nova Asa Branca III	32.976	(6.524)	�	�	�	(768)	25.684
Nova Asa Branca III - direito de autorização	38.863	�	�	�	(1.740)	�	37.123
Nova Eurus IV	18.944	(132)	�	�	�	(5.828)	12.984
Nova Eurus IV - direito de autorização	41.155	�	�	�	(1.844)	�	39.311
Santa Maria	86.714	(4.724)	�	�	�	(3.715)	78.275
Santa Maria - direito de autorização	21.458	�	�	�	(916)	�	20.542
Santa Helena	88.886	(3.125)	5.000	�	�	(3.992)	86.769
Santa Helena - direito de autorização	23.093	�	�	�	(992)	�	22.101
Ventos de Santo Uriel	18.052	(372)	�	�	�	�	17.680
Ventos de Santo Uriel - direito de autorização	10.865	�	�	�	(464)	�	10.401
Costa Oeste	139.589	18.034	�	�	�	(16.728)	140.895
Costa Oeste - mais valia	2.520	173	�	�	�	�	2.693
Costa Oeste - direito de concess��o	2.347	�	�	�	(132)	�	2.215
Marumbi	212.641	28.413	�	�	�	(25.230)	215.824
Marumbi - menos valia	(2.323)	659	�	�	�	�	(1.664)
Marumbi - direito de concess��o	1.452	�	�	�	(80)	�	1.372
Uirapuru	179.990	27.352	�	�	�	(18.023)	189.319
Uirapuru - menos valia	(9.327)	2.920	�	�	�	�	(6.407)
Uirapuru - direito de concess��o	14.250	�	�	�	(1.285)	�	12.965
FDA Geração de Energia	634.054	155.710	1.600.000	�	�	(203.362)	2.186.402
Jandaíra I	72.066	355	943	�	�	�	73.364
Jandaíra II	71.400	1.598	2.200	�	�	(3.203)	71.995
Jandaíra III	82.493	2.921	2.514	�	�	(1.534)	86.394
Jandaíra IV	79.450	(759)	2.514	�	�	(1.502)	79.703
Brownfield	55.639	(7.803)	�	�	�	(1.310)	46.526
Brownfield - mais valia	46.481	(1.504)	�	�	�	�	44.977
Brownfield - �gio técnico	24.022	�	�	�	�	�	24.022
Ventos de Serra do Mel	123.430	(17.137)	�	�	�	(3.368)	102.925
Ventos de Serra do Mel - mais valia	102.670	(3.320)	�	�	�	�	99.350
Ventos de Serra do Mel - �gio técnico	53.117	�	�	�	�	�	53.117
Potiguar B61	128.234	(8.341)	�	�	�	(105)	119.788
Potiguar B61 - mais valia	37.034	(1.196)	�	�	�	�	35.838
Potiguar B61 - �gio técnico	25.235	�	�	�	�	�	25.235
Aventura	172.259	(11.027)	�	�	�	�	161.232
Aventura - mais valia	157.061	(5.340)	�	�	�	�	151.721
Aventura - �gio técnico	83.431	�	�	�	�	�	83.431
SRMN	223.694	(846)	�	�	�	(7.552)	215.296
SRMN - mais valia	227.804	(7.744)	�	�	�	�	220.060
SRMN - �gio técnico	121.010	�	�	�	�	�	121.010
	5.284.133	145.887	1.613.171	�	(14.232)	(335.576)	6.693.383
Empreendimentos controlados em conjunto (13.3)							
Caiuá	133.074	12.641	�	�	�	(7.018)	138.697
Integração Maranhense	212.063	18.623	�	�	�	(16.210)	214.476
Matrin��	995.000	79.117	�	�	�	(44.919)	1.029.198
Guaraciaba	492.083	31.193	�	�	�	(5.362)	517.914
Paranaíba	292.023	29.908	�	�	�	(8.324)	313.607
Mata de Santa Genebra	736.686	48.533	�	(37.130)	�	(53.038)	695.051
Cantareira	468.311	42.449	�	�	�	(23.841)	486.919
	3.329.240	262.464	�	(37.130)	�	(158.712)	3.395.862
Coligadas (13.4)							
Foz do chopim	16.112	14.431	�	�	�	(15.398)	15.145
	16.112	14.431	�	�	�	(15.398)	15.145
	8.629.485	422.782	1.613.171	(37.130)	(14.232)	(509.686)	10.104.390

Notas Explicativas

Controladora	Saldo em 1º.01.2023	Equivalência patrimonial (a)	Ajustes de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Redução de capital	Amortização	Dividendos e JSCP	Efeito de combinação de negócios	Reclassificação (b)	Saldo em 31.12.2023
Controladas										
UEGA	166.246	30.133	185	-	-	-	-	-	(196.564)	-
Bela Vista	229.656	6.532	-	-	-	-	(6.915)	-	-	229.273
São Bento	248.818	27.207	-	-	-	-	(25.389)	-	-	250.636
São Bento - direito de autorização	66.201	-	-	-	-	(2.830)	-	-	-	63.371
Cutia	1.167.358	(15.925)	-	-	-	-	-	-	-	1.151.433
Cutia - direito de autorização	7.285	-	-	-	-	(357)	-	-	-	6.928
Nova Asa Branca I	66.471	4.782	-	-	(30.000)	-	(1.136)	-	-	40.117
Nova Asa Branca I - direito de autorização	41.705	-	-	-	-	(1.793)	-	-	-	39.912
Nova Asa Branca II	70.071	4.948	-	-	(25.000)	-	(30.617)	-	-	19.402
Nova Asa Branca II - direito de autorização	42.132	-	-	-	-	(1.800)	-	-	-	40.332
Nova Asa Branca III	86.422	1.079	-	-	(34.500)	-	(20.025)	-	-	32.976
Nova Asa Branca III - direito de autorização	40.603	-	-	-	-	(1.740)	-	-	-	38.863
Nova Eurus IV	76.220	7.770	-	-	(26.000)	-	(39.046)	-	-	18.944
Nova Eurus IV - direito de autorização	42.999	-	-	-	-	(1.844)	-	-	-	41.155
Santa Maria	82.737	5.215	-	-	-	-	(1.238)	-	-	86.714
Santa Maria - direito de autorização	22.374	-	-	-	-	(916)	-	-	-	21.458
Santa Helena	84.612	5.605	-	-	-	-	(1.331)	-	-	88.886
Santa Helena - direito de autorização	24.085	-	-	-	-	(992)	-	-	-	23.093
Ventos de Santo Uriel	29.787	(333)	-	-	(5.000)	-	(6.402)	-	-	18.052
Ventos de Santo Uriel - direito de autorização	11.329	-	-	-	-	(464)	-	-	-	10.865
Costa Oeste	126.270	17.467	-	-	-	-	(4.148)	-	-	139.589
Costa Oeste - mais valia	2.076	444	-	-	-	-	-	-	-	2.520
Costa Oeste - direito de concessão	2.479	-	-	-	-	(132)	-	-	-	2.347
Marumbi	192.863	25.938	-	-	-	-	(6.160)	-	-	212.641
Marumbi - menos valia	(3.495)	1.172	-	-	-	-	-	-	-	(2.323)
Marumbi - direito de concessão	1.532	-	-	-	-	(80)	-	-	-	1.452
Uirapuru	184.949	16.181	-	-	-	-	(21.140)	-	-	179.990
Uirapuru - menos valia	(11.890)	2.563	-	-	-	-	-	-	-	(9.327)
Uirapuru - direito de concessão	15.534	-	-	-	-	(1.284)	-	-	-	14.250
FDA Geração de Energia	563.171	233.515	-	-	-	-	(162.632)	-	-	634.054
Jandaíra I	68.711	1.215	-	2.140	-	-	-	-	-	72.066
Jandaíra II	65.938	3.962	-	2.441	-	-	(941)	-	-	71.400
Jandaíra III	72.139	1.715	-	8.919	-	-	(280)	-	-	82.493
Jandaíra IV	72.342	2.109	-	5.500	-	-	(501)	-	-	79.450
Brownfield	54.577	2.313	-	-	-	-	(1.251)	-	-	55.639
Brownfield - mais valia	47.985	(1.504)	-	-	-	-	-	-	-	46.481
Brownfield - ágio técnico	24.022	-	-	-	-	-	-	-	-	24.022
Ventos de Serra do Mel	121.189	5.167	-	-	-	-	(2.926)	-	-	123.430
Ventos de Serra do Mel - mais valia	105.990	(3.320)	-	-	-	-	-	-	-	102.670
Ventos de Serra do Mel - ágio técnico	53.117	-	-	-	-	-	-	-	-	53.117
Potiguar B61	127.039	1.701	-	-	-	-	(506)	-	-	128.234
Potiguar B61 - mais valia	38.230	(1.196)	-	-	-	-	-	-	-	37.034
Potiguar B61 - ágio técnico	25.235	-	-	-	-	-	-	-	-	25.235
Aventura	-	(2.927)	-	-	-	-	(12.870)	188.056	-	172.259
Aventura - mais valia	-	(4.895)	-	-	-	-	-	161.956	-	157.061
Aventura - ágio técnico	-	-	-	-	-	-	-	83.431	-	83.431
SRMN	-	11.083	-	-	-	-	(2.517)	215.128	-	223.694
SRMN - mais valia	-	(7.099)	-	-	-	-	-	234.903	-	227.804
SRMN - ágio técnico	-	-	-	-	-	-	-	121.010	-	121.010
4.557.114	382.617	185	19.000	(120.500)	(14.232)	(347.971)	1.004.484	(196.564)	5.284.133	
Empreendimentos controlados em conjunto (13.3)										
Caiuá	125.297	12.262	-	-	-	-	(4.485)	-	-	133.074
Integração Maranhense	192.505	24.218	-	10.780	-	-	(15.440)	-	-	212.063
Matrinchã	931.529	77.493	-	-	-	-	(14.022)	-	-	995.000
Guaraciaba	467.099	30.871	-	-	-	-	(5.887)	-	-	492.083
Paranaíba	263.980	36.269	-	-	-	-	(8.226)	-	-	292.023
Mata de Santa Genebra	692.261	58.262	-	-	-	-	(13.837)	-	-	736.686
Cantareira	473.368	44.563	-	-	-	-	(49.620)	-	-	468.311
3.146.039	283.938	-	10.780	-	-	-	(111.517)	-	-	3.329.240
Coligadas (13.4)										
Foz do chopim	17.115	16.651	-	-	-	-	(17.654)	-	-	16.112
17.115	16.651	-	-	-	-	-	(17.654)	-	-	16.112
7.720.268	683.206	185	29.780	(120.500)	(14.232)	(477.142)	1.004.484	(196.564)	8.629.485	

(a) Valores ajustados em função da cessação de depreciação de ativos reclassificados para mantidos para venda.
(b) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 36).

Notas Explicativas

Consolidado	Saldo em 1º.01.2024	Equivalência patrimonial	Redução de capital	Dividendos e JSCP	Saldo em 31.12.2024
Empreendimentos controlados em conjunto (13.3)					
Caiuá	133.074	12.641	–	(7.018)	138.697
Integração Maranhense	212.063	18.623	–	(16.210)	214.476
Matrinchã	995.000	79.117	–	(44.919)	1.029.198
Guaraciaba	492.083	31.193	–	(5.362)	517.914
Paranaíba	292.023	29.908	–	(8.324)	313.607
Mata de Santa Genebra	736.686	48.533	(37.130)	(53.038)	695.051
Cantareira	468.311	42.449	–	(23.841)	486.919
	3.329.240	262.464	(37.130)	(158.712)	3.395.862
Coligadas (13.4)					
Foz do chopim	16.112	14.431	–	(15.398)	15.145
	16.112	14.431	–	(15.398)	15.145
	3.345.352	276.895	(37.130)	(174.110)	3.411.007

Consolidado	Saldo em 1º.01.2023	Equivalência patrimonial	Aporte e/ou Afac	Dividendos e JSCP	Saldo em 31.12.2023
Empreendimentos controlados em conjunto (13.3)					
Caiuá	125.297	12.262	–	(4.485)	133.074
Integração Maranhense	192.505	24.218	10.780	(15.440)	212.063
Matrinchã	931.529	77.493	–	(14.022)	995.000
Guaraciaba	467.099	30.871	–	(5.887)	492.083
Paranaíba	263.980	36.269	–	(8.226)	292.023
Mata de Santa Genebra	692.261	58.262	–	(13.837)	736.686
Cantareira	473.368	44.563	–	(49.620)	468.311
	3.146.039	283.938	10.780	(111.517)	3.329.240
Coligadas (13.4)					
Foz do chopim	17.115	16.651	–	(17.654)	16.112
	19.101	20.371	–	(22.357)	17.115
	3.163.154	300.589	10.780	(129.171)	3.345.352

13.2. Controladas com participação de não controladores

Conforme NE nº 36, foi concluído o processo de desinvestimento da UEGA.

Participação no capital social	UEG Araucária: 39,1%
Em 1º.01.2023	106.730
Lucro Líquido do exercício	19.351
Outros resultados abrangentes	119
Em 31.12.2023	126.200
Prejuízo do exercício	(15.147)
Alienação de participação societária (NE nº 36)	(111.053)
Em 31.12.2024	–

Notas Explicativas

13.3. Informações resumidas dos principais empreendimentos controlados em conjunto

Saldo em 31.12.2024	Caiuá	Integração Maranhense	Matrinchã	Guaraciaba	Paranaíba	Mata de Santa Genebra	Cantareira
ATIVO	344.626	598.513	3.017.103	1.622.959	2.097.314	3.747.356	1.831.108
Ativo circulante	47.085	71.991	414.369	218.490	258.995	559.575	184.550
Caixa e equivalentes de caixa	17.119	11.248	94.290	48.521	51.417	20.964	18.432
Outros ativos circulantes	29.966	60.743	320.079	169.969	207.578	538.611	166.118
Ativo não circulante	297.541	526.522	2.602.734	1.404.469	1.838.319	3.187.781	1.646.558
PASSIVO	344.626	598.513	3.017.103	1.622.959	2.097.314	3.747.356	1.831.108
Passivo circulante	20.660	18.337	135.403	139.960	128.717	121.565	85.003
Passivos financeiros	5.735	8.080	97.571	61.058	73.612	87.054	45.666
Outros passivos circulantes	14.925	10.257	37.832	78.902	55.105	34.511	39.337
Passivo não circulante	40.911	142.477	781.295	426.030	688.575	2.238.465	752.391
Passivos financeiros	17.921	25.231	446.594	307.648	354.756	1.696.683	375.612
Outros passivos não circulantes	22.990	117.246	334.701	118.382	333.819	541.782	376.779
Patrimônio líquido	283.055	437.699	2.100.405	1.056.969	1.280.022	1.387.326	993.714
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO							
Receita operacional líquida	37.505	61.094	333.128	167.286	238.796	391.009	178.483
Custos e despesas operacionais	(7.875)	(12.148)	(80.106)	(36.486)	(28.129)	(69.978)	(10.429)
Despesas de juros	(2.398)	(3.489)	(62.453)	(39.522)	(46.671)	(114.310)	(42.033)
Receitas financeiras e demais despesas financeiras	2.542	2.177	18.123	8.226	7.765	(59.962)	4.578
Provisão para IR e CSLL	(3.977)	(9.629)	(47.228)	(35.843)	(49.686)	(49.887)	(43.969)
Lucro líquido do exercício	25.797	38.005	161.464	63.661	122.075	96.872	86.630
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	25.797	38.005	161.464	63.661	122.075	96.872	86.630
Participação no empreendimento - %	49,0	49,0	49,0	49,0	24,5	50,1	49,0
Valor contábil do investimento	138.697	214.476	1.029.198	517.914	313.607	695.051	486.919

Saldo em 31.12.2023	Caiuá	Integração Maranhense	Matrinchã	Guaraciaba	Paranaíba	Mata de Santa Genebra	Cantareira
ATIVO	335.003	585.668	2.984.765	1.611.484	2.047.430	3.768.174	1.799.642
Ativo circulante	42.176	68.873	432.126	209.444	255.100	689.261	182.210
Caixa e equivalentes de caixa	13.592	9.247	129.197	52.346	58.781	23.560	23.092
Outros ativos circulantes	28.584	59.626	302.929	157.098	196.319	665.701	159.118
Ativo não circulante	292.827	516.795	2.552.639	1.402.040	1.792.330	3.078.913	1.617.432
PASSIVO	335.003	585.668	2.984.765	1.611.484	2.047.430	3.768.174	1.799.642
Passivo circulante	18.076	12.559	172.783	147.180	142.254	115.975	82.109
Passivos financeiros	5.710	8.047	133.551	46.632	71.258	77.365	43.716
Outros passivos circulantes	12.366	4.512	39.232	100.548	70.996	38.610	38.393
Passivo não circulante	45.349	140.334	781.369	460.052	713.251	2.181.769	761.795
Passivos financeiros	23.381	32.919	493.603	360.398	416.535	1.685.717	410.552
Outros passivos não circulantes	21.968	107.415	287.766	99.654	296.716	496.052	351.243
Patrimônio líquido	271.578	432.775	2.030.613	1.004.252	1.191.925	1.470.430	955.738
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO							
Receita operacional líquida	36.562	63.370	313.948	165.557	282.153	393.463	177.852
Custos e despesas operacionais	(7.069)	1.051	(42.853)	(25.321)	(19.808)	(64.658)	(8.992)
Despesas de juros	(2.817)	(4.236)	(70.612)	(43.496)	(58.254)	(117.202)	(39.969)
Receitas financeiras e demais despesas financeiras	2.437	3.970	22.390	8.472	9.899	(36.378)	8.354
Provisão para IR e CSLL	(4.088)	(14.735)	(64.724)	(42.209)	(65.954)	(58.933)	(46.300)
Lucro líquido do exercício	25.025	49.420	158.149	63.003	148.036	116.292	90.945
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	25.025	49.420	158.149	63.003	148.036	116.292	90.945
Participação no empreendimento - %	49,0	49,0	49,0	49,0	24,5	50,1	49,0
Valor contábil do investimento	133.074	212.063	995.000	492.083	292.023	736.686	468.311

Notas Explicativas

Em 31.12.2024, a participação da Copel nos compromissos assumidos dos seus empreendimentos controlados em conjunto equivale a R\$ 2.487, enquanto que os passivos contingentes classificados como perda possível equivalem a R\$ 264.241 (R\$ 373.771 em 31.12.2023).

13.4. Informações resumidas das principais coligadas

Foz do Chopim	31.12.2024	31.12.2023
ATIVO	44.234	47.069
Ativo circulante	8.726	9.330
Ativo não circulante	35.508	37.739
PASSIVO	44.234	47.069
Passivo circulante	1.888	2.022
Patrimônio líquido	42.346	45.047
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Receita operacional líquida	53.431	60.593
Depreciação e amortização	(2.692)	(2.634)
Outros custos e despesas operacionais	(8.967)	(9.610)
Resultado financeiro	394	207
Provisão para IR e CSLL	(1.820)	(2.009)
Lucro líquido do exercício	40.346	46.547
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	40.346	46.547
Participação na coligada - %	35,77	35,77
Valor contábil do investimento	15.145	16.112

Em 31.12.2024 não há passivos contingentes na coligada Foz do Chopim.

14. Imobilizado

14.1. Imobilizado por classe de ativos

Controladora		Depreciação		Depreciação	
	Custo	acumulada	31.12.2024	Custo	acumulada
					31.12.2023
Em serviço					
Reservatórios, barragens, adutoras	4.099.848	(2.348.805)	1.751.043	5.431.941	(2.547.747)
Máquinas e equipamentos	1.984.015	(1.340.683)	643.332	3.214.035	(1.520.448)
Edificações	702.573	(356.715)	345.858	1.216.729	(491.372)
Terrenos	319.457	(45.890)	273.567	439.981	(59.400)
Veículos e aeronaves	12.757	(10.617)	2.140	13.001	(11.064)
Móveis e utensílios	7.256	(4.515)	2.741	8.627	(5.653)
(-) Impairment (14.4)	-	-	-	(674.078)	-
(-) Obrigações especiais	(6.878)	680	(6.198)	(6.876)	509
	7.119.028	(4.106.545)	3.012.483	9.643.360	(4.635.175)
Em curso					
Custo	163.364	-	163.364	265.910	-
(-) Impairment (14.4)	(14.879)	-	(14.879)	(14.879)	-
	148.485	-	148.485	251.031	-
	7.267.513	(4.106.545)	3.160.968	9.894.391	(4.635.175)

Notas Explicativas

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2024	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2023
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	6.513.711	(4.699.230)	1.814.481	7.845.803	(4.894.234)	2.951.569
Máquinas e equipamentos	8.445.754	(3.072.780)	5.372.974	9.565.637	(2.965.022)	6.600.615
Edificações	1.310.023	(896.806)	413.217	1.944.103	(1.142.280)	801.823
Terrenos	355.430	(49.722)	305.708	475.992	(62.079)	413.913
Veículos e aeronaves	12.757	(10.617)	2.140	13.001	(11.064)	1.937
Móveis e utensílios	8.185	(5.033)	3.152	10.439	(6.891)	3.548
(-) Impairment (15.4)	–	–	–	(674.078)	–	(674.078)
(-) Obrigações especiais	(6.877)	681	(6.196)	(6.875)	508	(6.367)
	16.638.983	(8.733.507)	7.905.476	19.174.022	(9.081.062)	10.092.960
Em curso						
Custo	220.172	–	220.172	367.974	–	367.974
(-) Impairment (15.4)	(14.879)	–	(14.879)	(14.879)	–	(14.879)
	205.293	–	205.293	353.095	–	353.095
	16.844.276	(8.733.507)	8.110.769	19.527.117	(9.081.062)	10.446.055

14.2. Mutação do imobilizado

Controladora	1º.01.2024	Aquisições/ Impairment	Depreciação	Baixas	Transferências	Reclassi- ficação (a)	31.12.2024
Em serviço							
Reservatórios, barragens, adutoras	2.884.194	–	(121.674)	(2.852)	13.078	(1.021.703)	1.751.043
Máquinas e equipamentos	1.693.587	–	(89.090)	(1.348)	33.785	(993.602)	643.332
Edificações	725.357	–	(29.485)	(6.755)	7.203	(350.462)	345.858
Terrenos	380.581	–	(9.414)	(7.051)	6.341	(96.890)	273.567
Veículos e aeronaves	1.937	–	(488)	(8)	701	(2)	2.140
Móveis e utensílios	2.974	–	(316)	(108)	460	(269)	2.741
(-) Impairment (14.4)	(674.078)	(27.754)	–	–	–	701.832	–
(-) Obrigações especiais	(6.367)	–	470	–	(359)	58	(6.198)
	5.008.185	(27.754)	(249.997)	(18.122)	61.209	(1.761.038)	3.012.483
Em curso							
Custo	265.910	45.140	–	(961)	(59.338)	(87.387)	163.364
(-) Impairment (14.4)	(14.879)	–	–	–	–	–	(14.879)
	251.031	45.140	–	(961)	(59.338)	(87.387)	148.485
	5.259.216	17.386	(249.997)	(19.083)	1.871	(1.848.425)	3.160.968

(a) Reclassificação para Ativos mantidos para venda (NE nº 36).

Controladora	1º.01.2023	Aquisições/ Impairment	Depreciação	Baixas	Transferências	31.12.2023
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	3.009.591	–	(125.862)	(15)	480	2.884.194
Máquinas e equipamentos	1.499.208	–	(92.987)	(1.708)	289.074	1.693.587
Edificações	738.745	–	(29.656)	(517)	16.785	725.357
Terrenos	386.548	–	(8.058)	(475)	2.566	380.581
Veículos e aeronaves	2.342	–	(456)	(1)	52	1.937
Móveis e utensílios	3.312	–	(345)	(202)	209	2.974
(-) Impairment (14.4)	(677.074)	174.500	–	–	(171.504)	(674.078)
(-) Obrigações especiais	(284)	–	214	–	(6.297)	(6.367)
	4.962.388	174.500	(257.150)	(2.918)	131.365	5.008.185
Em curso						
Custo	502.432	62.515	–	–	(299.037)	265.910
(-) Impairment (14.4)	(186.383)	–	–	–	171.504	(14.879)
	316.049	62.515	–	–	(127.533)	251.031
	5.278.437	237.015	(257.150)	(2.918)	3.832	5.259.216

Notas Explicativas

Consolidado	1º.01.2024	Aquisições/ Impairment	Depreciação	Baixas	Transferências	Reclassificação (a)	Saldo em 31.12.2024
Em serviço							
Reservatórios, barragens, adutoras	2.951.569	–	(125.612)	(2.851)	13.078	(1.021.703)	1.814.481
Máquinas e equipamentos	6.600.615	28.905	(378.079)	(6.978)	122.113	(993.602)	5.372.974
Edificações	801.823	–	(33.358)	(13.341)	8.555	(350.462)	413.217
Terrenos	413.913	–	(10.566)	(7.272)	6.523	(96.890)	305.708
Veículos e aeronaves	1.937	–	(488)	(8)	701	(2)	2.140
Móveis e utensílios	3.548	–	(372)	(274)	519	(269)	3.152
(-) Impairment (14.4)	(674.078)	(27.754)	–	–	–	701.832	–
(-) Obrigações especiais	(6.367)	–	471	–	(358)	58	(6.196)
	10.092.960	1.151	(548.004)	(30.724)	151.131	(1.761.038)	7.905.476
Em curso							
Custo	367.974	89.807	–	(961)	(149.261)	(87.387)	220.172
(-) Impairment (14.4)	(14.879)	–	–	–	–	–	(14.879)
	353.095	89.807	–	(961)	(149.261)	(87.387)	205.293
	10.446.055	90.958	(548.004)	(31.685)	1.870	(1.848.425)	8.110.769

(a) Reclassificação para Ativos mantidos para venda (NE nº 36).

Consolidado	1º.01.2023	Aquisições/ Impairment	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2023
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	3.080.904	–	(129.800)	(15)	480	2.951.569
Máquinas e equipamentos	5.783.635	–	(381.008)	(1.722)	279.012	6.600.615
Edificações	807.944	–	(34.181)	(517)	37.746	801.823
Terrenos	437.001	–	(9.037)	(486)	1.484	413.913
Veículos e aeronaves	2.342	–	(456)	(2)	53	1.937
Móveis e utensílios	3.771	–	(413)	(220)	513	3.548
(-) Impairment (14.4)	(785.206)	174.500	–	–	(171.504)	(674.078)
(-) Obrigações especiais	(418)	–	247	–	(6.298)	(6.367)
	9.329.973	174.500	(554.648)	(2.962)	141.486	10.092.960
Em curso						
Custo	569.598	112.775	–	(6.411)	(313.477)	367.974
(-) Impairment (14.4)	(186.383)	–	–	–	171.504	(14.879)
	383.215	112.775	–	(6.411)	(141.973)	353.095
	9.713.188	287.275	(554.648)	(9.373)	(487)	10.446.055

Durante a fase de construção são capitalizados os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Em 2024 estes custos totalizaram R\$ 2.820 à taxa média de 0,049% a.a. (R\$ 2.355, à taxa média de 0,051% a.a. em 2023).

14.3. Operações em conjunto – consórcios

Os valores registrados no imobilizado estão proporcionais a participação da Copel GeT nos ativos das usinas, conforme demonstrados a seguir:

Empreendimento	Participação (%) Copel GeT	Taxa média anual de depreciação (%)	31.12.2024	31.12.2023
UHE Gov. Jayme Canet Júnior - Mauá Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	51,0			
Em serviço			860.522	859.888
(-) Depreciação Acumulada		2,74	(336.843)	(313.253)
Em curso			18.112	20.447
			541.791	567.082
UHE Baixo Iguaçu	30,0			
Em serviço			701.346	697.225
(-) Depreciação Acumulada		3,30	(132.481)	(110.039)
Em curso			34.433	42.989
			603.298	630.175
			1.145.089	1.197.257

Notas Explicativas

14.4. Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (impairment) de ativos do segmento de geração

As unidades geradoras de caixa do segmento geração de energia elétrica são testadas a partir da análise de indicadores de impairment, de premissas representativas das melhores estimativas da Administração da Companhia, da metodologia prevista no CPC 01 / IAS 36 e da mensuração do valor em uso. A Companhia trata cada um de seus empreendimentos de geração como unidade geradora de caixa independente.

O cálculo do valor em uso baseia-se em fluxos de caixa operacionais descontados pelo horizonte das concessões, mantendo-se as atuais condições comerciais da companhia. A taxa utilizada para descontar o fluxo de caixa é definida e atualizada a partir da metodologia WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) e CAPM (Modelo de Precificação de Ativos), por tipo de fonte, para o segmento de geração, considerando parâmetros tradicionais e usualmente utilizados no mercado.

Referências internas como o orçamento aprovado pela Companhia, dados históricos ou passados, atualização do cronograma de obras e montante de investimentos para empreendimentos em curso, embasam a definição de premissas pela Administração. No mesmo contexto, referências externas como o nível de consumo de energia elétrica e a disponibilidade de recursos hídricos subsidiam as principais informações dos fluxos de caixa estimados.

Cabe observar que as diversas premissas utilizadas pela Administração na determinação dos fluxos de caixa futuros podem ser afetadas por eventos incertos, o que pode gerar oscilações nos resultados. Mudanças no modelo político e econômico, por exemplo, podem resultar em alta na projeção do risco-país, elevando as taxas de desconto utilizadas nos testes.

De forma geral, os testes contemplam as seguintes premissas:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxas de desconto específicas para cada tipo de fonte testada, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos vigentes e expectativa de mercado futuro, sem previsão de renovação da concessão/autorização;
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa projetadas a partir do orçamento aprovado pela Companhia; e
- Atualização de encargos regulatórios.

O quadro a seguir apresenta a movimentação do saldo de impairment:

Consolidado	Saldo em 1º.01.2023	Impairment / Reversão	Transferência	Saldo em 31.12.2023	Impairment / Reversão	Reclassificação	Saldo em 31.12.2024
Em serviço							
UHE Colíder	(632.559)	133.653	—	(498.906)	—	498.906	—
UEGA	(108.132)	108.132	—	—	—	—	—
Usinas no Paraná	(44.515)	40.847	(171.504)	(175.172)	(27.754)	202.926	—
	(785.206)	282.632	(171.504)	(674.078)	(27.754)	701.832	—
Em curso							
Consórcio Tapajós (a)	(14.879)	—	—	(14.879)	—	—	(14.879)
Usinas no Paraná	(171.504)	—	171.504	—	—	—	—
	(186.383)	—	171.504	(14.879)	—	—	(14.879)
	(971.589)	282.632	—	(688.957)	(27.754)	701.832	(14.879)

(a) Projeto em Desenvolvimento

Em 2024, a única movimentação de impairment e a reclassificação apresentadas se referem às usinas em processo de desinvestimento, conforme detalhado na NE nº 36.

Em 2023, a reversão do impairment da UEGA foi decorrente do processo de desinvestimento (NE nº 36). Para as usinas da Copel não houve indicadores de impairment em 2023, exceto para a UHE Colíder e as usinas do Paraná que, após revisão das premissas à época, principalmente pela melhora nas estimativas de receita, redução dos custos operacionais e redução da taxa de desconto, registraram reversão parcial do saldo de impairment. Em 31.12.2023 os testes de recuperabilidade consideraram as taxas reais e após os impostos. A taxa de desconto real e antes dos impostos variou de 5,03% a.a. a 15,54% a.a.

Notas Explicativas

Unidades geradoras de caixa que não apresentam reversão ou provisão para impairment

As usinas que não sofreram impairment tem valor recuperável superior ao valor contábil do ativo imobilizado. A tabela a seguir apresenta a porcentagem em que o valor recuperável (“VR”) excede o valor contábil (“VC”) dos ativos e demonstra a análise de sensibilidade aumentando em 5% e 10% a taxa de desconto real depois dos impostos para avaliação do risco de impairment de cada empreendimento.

Unidade geradora de caixa	Taxa de desconto	VR/VC-1	VR/VC-1 (5% Variação)	VR/VC-1 (10% Variação)	Risco de Impairment
Ativos Eólicos					
Complexo São Bento (a)	8,17%	85,98%	81,73%	77,66%	—
Complexo Brisa I (b)	8,17%	76,93%	72,69%	68,61%	—
Complexo Brisa II (c)	8,17%	70,38%	65,45%	60,73%	—
Complexo Bento Miguel (d)	8,17%	49,46%	45,05%	40,87%	—
Complexo Cutia (e)	8,17%	39,32%	35,53%	31,92%	—
Complexo Jandaíra (f)	5,29%	43,28%	39,34%	35,58%	—
Complexo Vilas (g)	4,94%	59,50%	54,94%	50,57%	—
Complexo Aventura (h)	4,66%	47,92%	43,97%	40,17%	—
Complexo Santa Rosa e Mundo Novo (i)	4,66%	151,84%	145,11%	138,65%	—
Ativos Hídricos					
Foz do Areia	5,43%	78,05%	72,30%	66,81%	—
Segredo	5,43%	54,22%	49,51%	45,01%	—
Caxias	5,43%	52,17%	47,62%	43,27%	—
Baixo Iguaçu	5,43%	3,52%	1,05%	- 1,33%	8.189
Mauá	5,43%	126,24%	121,53%	116,98%	—
Bela Vista	7,66%	96,08%	89,39%	83,08%	—

- (a) Usinas GE Boa Vista, GE Farol, GE Olho D'Água e GE São Bento do Norte.
- (b) Usinas Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III e Nova Eurus IV.
- (c) Usinas Santa Maria, Santa Helena e Ventos de Santo Uriel.
- (d) Usinas São Bento do Norte I, São Bento do Norte II, São Bento do Norte III, São Miguel I, São Miguel II e São Miguel III.
- (e) Usinas Cutia, Guajiru, Jangada, Maria Helena, Potiguar, Esperança e Paraíso dos Ventos.
- (f) Usinas Jandaíra I, Jandaíra II, Jandaíra III e Jandaíra IV.
- (g) Usinas Potiguar B61, Potiguar B141, Potiguar B142, Potiguar B143 e Ventos de Vila Paraíba IV.
- (h) Usinas Aventura II, Aventura III, Aventura IV, Aventura V.
- (i) Usinas Santa Rosa e Mundo Novo - SRMN: SRMN I, SRMN II, SRMN III, SRMN IV e SRMN V.

Notas Explicativas

14.5. Taxas de depreciação

Taxas médias de depreciação (%)	31.12.2024	31.12.2023
Taxas médias do segmento de geração		
Equipamento geral	6,06 %	6,24 %
Máquinas e equipamentos	3,29 %	3,87 %
Geradores	3,40 %	3,42 %
Reservatórios, barragens e adutoras	2,26 %	2,64 %
Turbina hidráulica	2,77 %	2,88 %
Unidade de geração eólica	4,85 %	4,94 %
Edificações	2,79 %	3,05 %
Taxas médias para ativos da Administração central		
Edificações	3,34 %	3,33 %
Máquinas e equipamentos de escritório	11,25 %	6,25 %
Móveis e utensílios	6,26 %	6,29 %
Veículos	14,29 %	14,29 %

Para todas as usinas com regime de exploração de PIE, a totalidade dos ativos, inclusive terrenos, vinculados as usinas de geração de energia elétrica hídrica e eólica são depreciados e/ou amortizados de forma linear pela maior taxa entre aquela determinada pela vida útil de cada ativo ou a taxa calculada com base no prazo de concessão de cada usina, sem valor residual ao final da concessão/autorização. Esta prática não se aplica somente na usina de geração hídrica Derivação do Rio Jordão, tendo em vista que o contrato de concessão garante direito a indenização ao final do prazo de concessão.

Tendo em vista a renovação das concessões detalhada na NE nº 1, foi necessário reavaliar a estimativa de vida útil dos ativos existentes das usinas Foz do Areia, Segredo e Salto Caxias1. A mudança de estimativa contábil foi tratada de forma prospectiva e o impacto no resultado, comparado com a depreciação que seria registrada se não houvesse a renovação das concessões, é de acréscimo no total da depreciação de R\$ 1.044 em 2024, de aproximadamente R\$ 17 milhões por ano até 2028, R\$ 530.126 de 2029 a 2038 e R\$ 564.768 de 2039 a 2054.

15. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Contratos de concessão/autorização de geração (15.1)	3.231.849	1.005.968	6.595.926	2.610.684
Outros intangíveis (15.2)	29.071	22.632	42.326	35.268
	3.260.920	1.028.600	6.638.252	2.645.952

A Administração não identificou indicativos de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis.

15.1. Contratos de concessão de geração

Controladora	Total (a)
Em 1º.01.2023	1.106.988
Outorga Aneel - uso do bem público	894
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(101.914)
Em 31.12.2023	1.005.968
Bônus de Outorga (NE nº 1)	2.233.557
Adições - renovação das concessões (NE nº 1)	135.611
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(112.613)
Reclassificação (c)	(30.674)
Em 31.12.2024	3.231.849

(a) Contempla o saldo de uso do bem público e de repactuação do risco hidrológico.

(b) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.

(c) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 36).

Notas Explicativas

Consolidado	Contrato de concessão (a)	Direito de concessão e autorização/ ágio técnico	Total
Em 1º.01.2023	1.337.895	711.843	2.049.738
Mais valia na combinação de negócios	–	614.958	614.958
Ágio técnico oriundo da combinação de negócios	–	204.443	204.443
Outorga Aneel - uso do bem público	894	–	894
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(217.407)	(41.942)	(259.349)
Em 31.12.2023	1.121.382	1.489.302	2.610.684
Bônus de Outorga (NE nº 1)	4.073.915	–	4.073.915
Adições - renovação das concessões (NE nº 1)	205.201	–	205.201
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(219.572)	(43.628)	(263.200)
(-) Reclassificação (c)	(30.674)	–	(30.674)
Em 31.12.2024	5.150.252	1.445.674	6.595.926

(a) Contempla o saldo de uso do bem público e de repactuação do risco hidrológico.

(b) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.

(c) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 36).

Tendo em vista a renovação das concessões detalhada na NE nº 1, foi registrado o valor do bônus de Outorga que será amortizado pelo prazo das concessões, de 30 anos. Adicionalmente, para os ativos das 3 usinas que já estavam registrados no intangível, foi necessário reavaliar a estimativa de vida útil. A mudança de estimativa foi tratada de forma prospectiva e o impacto no resultado, comparado com a amortização que seria registrada se não houvesse a renovação das concessões, é de redução no total da amortização de R\$ 19.068 em 2024, de aproximadamente R\$ 66 milhões por ano até 2028, R\$ 239.179 de 2029 a 2033 e de aumento de R\$ 522.557 de 2034 a 2054.

15.2. Outros intangíveis

Controladora	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2023	4.376	15.162	19.538
Aquisições	–	8.410	8.410
Capitalizações para intangível em serviço	8.261	(8.261)	–
Quotas de amortização (a)	(5.316)	–	(5.316)
Em 31.12.2023	7.321	15.311	22.632
Aquisições	–	19.307	19.307
Transferências do imobilizado	–	(3.339)	(3.339)
Transferências do ativo de contrato	–	52	52
Capitalizações para intangível em serviço	9.786	(9.786)	–
Quotas de amortização (a)	(6.369)	–	(6.369)
Baixas	–	(498)	(498)
(-) Reclassificação (b)	(277)	(2.437)	(2.714)
Em 31.12.2024	10.461	18.610	29.071

(a) Taxa anual de amortização: 20%.

(b) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 36).

Notas Explicativas

Consolidado	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2023	7.854	18.249	26.103
Efeito de combinação de negócios	4	–	4
Aquisições	–	10.243	10.243
Transferências para imobilizado	4.570	–	4.570
Capitalizações para intangível em serviço	8.261	(8.261)	–
Quotas de amortização (a)	(5.618)	–	(5.618)
(-) Reclassificação (b)	(34)	–	(34)
Em 31.12.2023	15.037	20.231	35.268
Aquisições	–	20.329	20.329
Transferências para imobilizado	–	(3.339)	(3.339)
Transferências do ativo de contrato	–	52	52
Capitalizações para intangível em serviço	9.932	(9.932)	–
Quotas de amortização (a)	(6.772)	–	(6.772)
Baixas	–	(498)	(498)
(-) Reclassificação (b)	(277)	(2.437)	(2.714)
Em 31.12.2024	17.920	24.406	42.326

(a) Taxa anual de amortização: 20%.

(b) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 36).

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização.

16. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Obrigações sociais				
Impostos e contribuições sociais	11.111	15.080	11.111	15.113
Encargos sociais	6.403	9.451	6.404	9.454
	17.514	24.531	17.515	24.567
Obrigações trabalhistas				
Folha de pagamento, líquida	4.776	–	4.776	–
Férias	18.044	26.736	18.044	26.736
Provisões por desempenho e participação nos lucros	55.946	49.029	55.946	49.060
Programa de desligamentos voluntários (16.1)	23.428	190.305	23.427	190.304
Outros	4	–	4	–
	102.198	266.070	102.197	266.100
	119.712	290.601	119.712	290.667

16.1. Programa de Desligamentos Voluntários - PDV

Do total de empregados que aderiram ao PDV instituído em 24.08.2023, 351 se desligaram da Companhia até 31.12.2024 e os demais deixarão a Companhia até agosto de 2025.

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Materiais e serviços	104.052	108.749	160.396	173.349
Energia elétrica	239.069	229.462	239.735	231.092
Encargos de uso da rede elétrica	118.637	111.532	138.662	131.915
	461.758	449.743	538.793	536.356
Circulante	319.382	318.600	396.417	405.213
Não circulante	142.376	131.143	142.376	131.143

Notas Explicativas

18. Empréstimos e Financiamentos

Consolidado				
Empresa	Banco	Garantias (a)	31.12.2024	31.12.2023
Copel GET	Itaú Unibanco S.A	Fidejussória	1.036.260	1.039.097
	Banco do Brasil – Repasse BNDES	Receita de comercialização de energia.	37.507	49.263
	BNDES	Receita de comercialização de energia; receita de serviços de transmissão de energia; cessão fiduciária de direitos creditórios.	597.912	1.206.251
			1.671.679	2.294.611
Complexo Jandaíra	Banco do Nordeste do Brasil	Fiança bancária	178.407	191.532
Complexo Vilas	Banco do Nordeste do Brasil	Fiança bancária	505.155	524.162
Complexo Aventura	Banco do Nordeste do Brasil	Fiança bancária	313.777	324.309
Complexo SRMN	Banco do Nordeste do Brasil	Fiança bancária	531.766	544.563
Complexo Brisa	BNDES	Fiança da Copel; penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios e de receitas.	56.551	63.572
Complexo São Bento	BNDES	Penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis de venda de energia; cessão fiduciária de máquinas e equipamentos.	116.679	136.448
Cutia	BNDES	Cessão fiduciária de direitos creditórios; 100% das ações penhoradas.	497.199	521.972
Costa Oeste	BNDES	Cessão fiduciária de direitos creditórios; 100% das ações penhoradas.	8.657	10.778
Marumbi	BNDES	Cessão fiduciária de direitos creditórios; 100% das ações penhoradas.	11.972	15.267
		Dívida bruta	3.891.842	4.627.214
		(-) Custo de transação	(26.752)	(34.717)
		Dívida líquida	3.865.090	4.592.497
		Circulante	1.228.234	300.845
		Não Circulante	2.636.856	4.291.652

(a) Para todos os contratos há garantia Fidejussória da Copel ou Copel GET.

O custo médio da dívida está divulgado na NE nº 31.3.

18.1. Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2024	Controladora			Consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2026	60.432	(442)	59.990	191.704	(2.053)	189.651
2027	59.640	(442)	59.198	197.461	(2.054)	195.407
2028	37.321	(444)	36.877	183.002	(2.066)	180.936
2029	34.782	(442)	34.340	184.589	(2.058)	182.531
2030	32.702	(392)	32.310	179.263	(2.012)	177.251
Após 2030	346.657	(2.648)	344.009	1.723.052	(11.972)	1.711.080
	571.534	(4.810)	566.724	2.659.071	(22.215)	2.636.856

Notas Explicativas

18.2. Mutação de empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2023	2.388.924	3.892.355
Efeito de combinação de negócios	–	875.738
Ingressos	–	45.325
(-) Custos de transação (a)	(4.251)	(4.251)
Encargos	233.940	413.489
Variação monetária	27.451	35.184
Amortização - principal	(134.972)	(251.244)
Pagamento - encargos	(230.557)	(414.099)
Em 31.12.2023	2.280.535	4.592.497
Ingressos	1.757	5.051
(-) Custos de transação	(33)	(33)
Encargos	202.354	381.788
Variação monetária	25.150	31.156
Amortização - principal	(136.830)	(255.935)
Pagamento - encargos	(201.301)	(381.758)
Reclassificação (b)	(507.676)	(507.676)
Em 31.12.2024	1.663.956	3.865.090

(a) O saldo contempla as contraprestações financeiras (waiver) pagas em decorrência do processo de transformação da Copel em Corporação.
(b) O saldo foi reclassificado para Passivos classificados como mantidos para venda (NE nº 36).

18.3. Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

Os contratos de empréstimos e financiamentos contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar na necessidade de cumprimento de obrigações acessórias, em multas ou até na declaração de vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2024, todos os indicadores e condições contratuais acordados foram integralmente atendidos. No âmbito do contrato de financiamento do Complexo Eólico de Cutia, a Companhia recebeu, em 23.12.2024, conforme carta do BNDES AEC/DEENE2 nº 49/2024, autorização para substituição temporária, até o exercício de 2029, do procedimento de cálculo do ICSD atual pelo cálculo do ICSD e de Índice de Alavancagem com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel GeT	BNDES Finem nº 820989.1 - Mauá	Ebitda / Resultado Financeiro Líquido	≥ 1,3
	Banco do Brasil nº 21/02000-0 - Mauá		
	Nota Comercial	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,5
Cutia	BNDES Finem nº 18204611	Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado	≤ 3,5
Santa Maria	BNDES Finem nº 14212711	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Santa Helena	BNDES Finem nº 14212721		
São Bento Energia, Investimento e Participações	Contrato de Cessão BNDES	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
GE Boa Vista S.A.	BNDES Finem nº 11211531		
GE Farol S.A.	BNDES Finem nº 11211521		
GE Olho D'Água S.A.	BNDES Finem nº 11211551		
GE São Bento do Norte S.A.	BNDES Finem nº 11211541		
Costa Oeste	BNDES Finem nº 13212221	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Marumbi	BNDES Finem nº 14205851	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3

Financiamento a empreendimentos - Finem

Notas Explicativas

19. Debêntures

Consolidado				
Empresa	Emissão	Garantia (a)	31.12.2024	31.12.2023
Copel GeT	5ª	Fidejussória	82.619	157.327
	6ª		276.193	687.405
	7ª		1.598.771	1.579.711
	8ª		1.386.822	1.382.891
	9ª		1.637.685	—
			4.982.090	3.807.334
Complexo Brisa	2ª	Real e fidejussória e penhor de ações da Copel GeT	183.225	200.890
Cutia	1ª	Real e fidejussória e penhor de ações da Copel GeT	327.685	349.555
		Dívida bruta	5.493.000	4.357.779
		(-) Custo de transação	(50.731)	(58.849)
		Dívida líquida	5.442.269	4.298.930
		Circulante	1.115.198	655.949
		Não Circulante	4.327.071	3.642.981

(a) A Copel é interveniente garantidora de todas as emissões apresentadas no quadro.

O custo médio da dívida está divulgado na NE nº 31.3.

Em 15.10.2024, a Copel GeT efetuou a 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com a Copel como interveniente garantidora, em três séries, nos montantes de R\$ 800.000, R\$ 500.000 e R\$ 300.000. A remuneração corresponde à variação acumulada do DI acrescida de 0,52%a.a., 0,65%a.a. e 0,95%a.a. e o prazo de vencimento é de 5, 7 e 10 anos, em cada série, respectivamente.

19.1. Vencimentos das parcelas de longo prazo

	Controladora			Consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
31.12.2024						
2026	566.682	(5.756)	560.926	638.138	(8.303)	629.835
2027	266.667	(3.714)	262.953	333.385	(6.275)	327.110
2028	266.667	(3.732)	262.935	333.385	(6.313)	327.072
2029	960.670	(3.614)	957.056	1.034.495	(6.201)	1.028.294
2030	944.003	(2.821)	941.182	1.020.197	(5.421)	1.014.776
Após 2030	912.333	(4.787)	907.546	1.007.306	(7.322)	999.984
	3.917.022	(24.424)	3.892.598	4.366.906	(39.835)	4.327.071

19.2. Mutação das debêntures

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2023	3.228.517	3.787.248
Ingressos	1.300.000	1.300.000
(-) Custos de transação (a)	(24.688)	(27.705)
Encargos e variação monetária	564.981	633.156
Amortização - principal	(809.646)	(860.576)
Pagamento - encargos	(490.206)	(533.193)
Em 31.12.2023	3.768.958	4.298.930
Ingressos	1.600.000	1.600.000
(-) Custos de transação	(5.011)	(5.011)
Encargos e variação monetária	457.952	511.866
Amortização - principal	(479.546)	(529.912)
Pagamento - encargos	(393.048)	(433.603)
Em 31.12.2024	4.949.305	5.442.270

(a) O saldo contempla as contraprestações financeiras (waiver) pagas em decorrência do processo de transformação da Copel em Corporação.

19.3. Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

Notas Explicativas

As debêntures emitidas contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar na necessidade de solicitação de anuência aos debenturistas ou na declaração de vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2024, todos os indicadores financeiros medidos anualmente foram integralmente atendidos, exceto nas controladas Asa Branca I, Asa Branca II, Asa Branca III, Ventos de Santo Uriel e Nova Eurus IV, dispensadas do cumprimento do ICSD no exercício de 2024, conforme carta do BNDES AEC/DEENE2 nº 51/2024. No âmbito do 1ª Emissão de Debêntures do Complexo Eólico de Cutia a Companhia recebeu em 23.12.2024, conforme Ata da Assembleia Geral de Debenturistas - AGD, autorização para substituição temporária, até o exercício de 2029, do procedimento de cálculo do ICSD atual pelo cálculo com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Paranaense de Energia - Copel. Em 31.12.2024, todos os demais indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.

Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de debêntures:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel GeT	5ª Emissão de Debêntures	Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≤ 3,5 ≥ 1,5
	6ª Emissão de Debêntures		
	7ª Emissão de Debêntures		
	8ª Emissão de Debêntures		
	9ª Emissão de Debêntures		
Nova Asa Branca I	2ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Nova Asa Branca II			
Nova Asa Branca III			
Nova Eurus IV			
Ventos de Santo Uriel			
Cutia	1ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≥ 1,2

(a) Indicador calculado com os valores da demonstração financeira consolidada da Copel.

20. Benefícios Pós-emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão e plano assistencial para assistência médica e odontológica para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II. A Fundação Copel de Previdência e Assistência é a entidade que administra estes planos.

20.1. Plano de benefício previdenciário e Plano Assistencial

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido – BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III é um plano de Contribuição Definida – CD na fase contributiva e, após a aposentadoria, torna-se um plano de Benefício Definido – BD.

O Plano IV, único plano disponível para novos participantes, é um plano de Contribuição Definida - CD em que a obrigação legal ou construtiva da entidade está limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo. Assim, o valor do benefício pós-emprego recebido pelo empregado deve ser determinado pelo montante de contribuições pagas pela entidade patrocinadora e também pelo empregado, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes das contribuições. Em consequência, o risco atuarial (risco de que os benefícios sejam inferiores ao esperado) e o risco de investimento (risco de que os ativos investidos venham a ser insuficientes para cobrir os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

A Companhia e suas controladas alocam recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

Notas Explicativas

20.2. Balanço patrimonial e resultado

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Planos previdenciários	137	215	137	215
Planos assistenciais	328.840	420.503	328.840	420.503
	328.977	420.718	328.977	420.718
Circulante	24.557	22.124	24.557	22.124
Não circulante	304.420	398.594	304.420	398.594

Os valores reconhecidos no resultado (NE nº 28) estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Empregados				
Planos previdenciários	18.230	20.733	19.443	22.034
Plano assistencial - pós-emprego	37.759	38.549	37.759	38.549
Plano assistencial - funcionários ativos	19.226	19.367	20.680	20.763
	75.215	78.649	77.882	81.346
Administradores				
Planos previdenciários	242	219	312	284
Plano assistencial	58	49	77	74
	300	268	389	358
	75.515	78.917	78.271	81.704

20.3. Mutação dos benefícios pós-emprego

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2023	319.774	320.675
Apropriação do cálculo atuarial	38.549	38.669
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	47.631	48.243
Perdas atuariais	84.096	83.792
Amortizações	(69.332)	(69.943)
Reclassificação (a)	–	(718)
Em 31.12.2023	420.718	420.718
Apropriação do cálculo atuarial	37.759	37.759
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	42.490	42.490
Ganhos atuariais	(104.754)	(104.754)
Amortizações	(67.236)	(67.236)
Em 31.12.2024	328.977	328.977

(a) Reclassificação para Passivos classificados como mantidos para venda (NE nº 36).

Notas Explicativas

20.4. Avaliação atuarial

20.4.1. Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos estão demonstradas a seguir.

Consolidado	2024		2023	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	–	3,50%	–	3,00%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos Unificado - Benefício Definido	7,66%	11,42%	5,33%	8,49%
Planos Unificado - Saldado	7,40%	11,15%	5,36%	8,52%
Planos III	7,36%	11,12%	5,37%	8,53%
Planos Assistencial	7,44%	11,20%	5,48%	8,64%
Crescimento salarial/custos médicos				
Plano Unificado a.a.	1,00%	4,54%	1,00%	4,03%
Plano III a.a.	1,00%	4,54%	1,00%	4,03%
Plano Assistencial - Aging Factor	3,30%	–	3,30%	–
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927

20.4.2. Expectativa de vida a partir da idade média - Tábua AT-2000 (em anos)

	Plano Unificado	Plano III
Em 31.12.2023		
Participantes aposentados	12,73	21,35
Participantes pensionistas	13,99	24,67
Em 31.12.2024		
Participantes aposentados	12,13	22,17
Participantes pensionistas	13,99	24,67

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica é, respectivamente, de 68,01 e 68,33 anos.

20.4.3. Avaliação atuarial

O Plano Unificado e o Plano III apresentaram superávit em 31.12.2024. Contudo, pela legislação atual, inexistente direito da Companhia em registrar ativos em seu balanço.

Consolidado	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2024	31.12.2023
Obrigações total ou parcialmente cobertas	2.200.786	1.270.318	382.757	3.853.861	4.265.074
Valor justo dos ativos do plano	(2.538.553)	(1.400.225)	(53.917)	(3.992.695)	(4.185.426)
Estado de cobertura do plano	(337.767)	(129.907)	328.840	(138.834)	79.648
Ativo não reconhecido	337.767	129.907	–	467.674	340.855
	–	–	328.840	328.840	420.503

Os ajustes nos passivos assistenciais com base no relatório atuarial estão apresentados na Demonstração de Resultados Abrangentes.

Notas Explicativas

20.4.4. Movimentação do passivo atuarial

Consolidado	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2023	2.404.265	1.090.599	369.076
Custo de serviço	1.620	1.977	1.651
Custo dos juros	279.210	125.277	42.484
Benefícios pagos	(222.036)	(90.555)	(1.996)
Perdas atuariais	127.843	81.583	59.280
Ajustes de saldo de Operações Descontinuadas	(354)	(4.132)	(718)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2023	2.590.548	1.204.749	469.777
Custo de serviço	(1.447)	1.336	2.136
Custo dos juros	210.999	98.852	39.883
Benefícios pagos	(229.305)	(109.908)	(24.677)
(Ganhos) / perdas atuariais	(370.009)	75.289	(104.362)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2024	2.200.786	1.270.318	382.757

20.4.5. Movimentação do ativo atuarial

Consolidado	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2023	2.634.712	1.114.067	48.573
Retorno esperado dos ativos	306.052	129.390	5.464
Contribuições e aportes	4.531	2.927	17.117
Benefícios pagos	(222.035)	(90.554)	(1.996)
Ganhos / (perdas) atuariais	182.112	78.981	(19.884)
Ajustes de saldo de Operações Descontinuadas	(365)	(3.666)	—
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2023	2.905.007	1.231.145	49.274
Retorno esperado dos ativos	237.951	101.236	4.259
Contribuições e aportes	13.244	3.591	24.677
Benefícios pagos	(229.305)	(109.907)	(24.677)
Ganhos / (perdas) atuariais	(388.344)	174.160	384
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2024	2.538.553	1.400.225	53.917

20.4.6. Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2025 para cada plano estão demonstrados a seguir:

Consolidado	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Custo do serviço corrente	(12.256)	(1.313)	1.800
Custo estimado dos juros	274.423	149.638	41.954
Rendimento esperado do ativo do plano	(275.242)	(149.854)	(6.039)
Custos (receitas)	(13.075)	(1.529)	37.715

Tendo em vista o superávit atual dos planos previdenciários, a Companhia não registrará as receitas e custos estimados apresentados no quadro acima para o Plano Unificado e Plano III, conforme legislação que não permite redução nas contribuições ou reembolsos à Companhia.

20.4.7. Análise de sensibilidade

A tabela a seguir demonstra o saldo das obrigações e do custo do serviço dos planos previdenciários e assistencial com o impacto de alterações nas premissas atuariais significativas.

Notas Explicativas

Consolidado	Cenários projetados	
	Aumento 0,5%	Redução 0,5%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo nas obrigações		
Obrigações dos planos previdenciários	3.342.192	4.892.475
Obrigações do plano assistencial	360.221	407.702
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos		
Obrigações do plano assistencial	408.227	359.633
Custo do serviço do plano assistencial	1.876	1.400
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo no custo do serviço		
Custo do serviço dos planos previdenciários	388	567
Custo do serviço do plano assistencial	1.409	1.866

20.4.8. Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos nos exercícios fiscais subsequentes, estão apresentados abaixo:

Consolidado	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	Total
2025	229.340	111.482	16.801	357.623
2026	233.414	114.655	18.946	367.015
2027	237.152	117.831	21.419	376.402
2028	240.498	120.994	23.977	385.469
2029	243.489	124.124	26.835	394.448
2030 a 2054	4.885.754	3.542.193	1.536.347	9.964.294

20.4.9. Alocação de ativos e estratégia de investimentos

O quadro a seguir apresenta a alocação de ativos para os planos previdenciários e assistencial ao final deste exercício e a meta para o próximo ano.

Consolidado	Meta para 2025 (a)	2024
Renda fixa	84,3 %	80,4 %
Renda variável	3,0 %	4,8 %
Empréstimos	1,3 %	1,3 %
Investimentos imobiliários	2,4 %	3,7 %
Investimentos estruturados	7,0 %	8,3 %
Investimentos no exterior	2,0 %	1,5 %
	100,00 %	100,00 %

(a) Alocação Estratégica baseada no total de investimentos de cada plano.

Adicionalmente, seguem informações referentes à alocação de ativos de planos previdenciários patrocinados pela Companhia:

	Plano Unificado		Plano III	
	meta para 2025	mínimo	meta para 2025	mínimo
Renda fixa	88,0%	80,0%	81,0%	72,0%
Renda variável	2,0%	0,5%	4,0%	2,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	2,0%	2,0%
Investimentos imobiliários	2,5%	2,5%	2,0%	1,0%
Investimentos estruturados	7,0%	3,5%	9,0%	7,0%
Investimentos no exterior	0,0%	0,0%	2,0%	1,0%

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

21. Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Notas Explicativas

Os saldos registrados de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D estão demonstrados no quadro a seguir:

Controladora	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	31.12.2024	31.12.2023
FNDCT	–	2.014	2.014	1.146
MME	–	1.007	1.007	573
P&D	10.546	–	10.546	53.411
	10.546	3.021	13.567	55.130

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

Consolidado	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	31.12.2024	31.12.2023
FNDCT	–	2.399	–	2.399	1.374
MME	–	1.199	–	1.199	687
P&D	15.712	114	5.564	21.390	62.501
	15.712	3.712	5.564	24.988	64.562
Circulante				17.971	56.080
Não circulante				7.017	8.482

21.1. Mutação dos saldos de P&D

Controladora	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 1º.01.2023	2.077	1.038	86.434	89.549
Constituições	11.958	5.978	11.958	29.894
Juros (NE nº 29)	–	–	(276)	(276)
Recolhimentos	(12.889)	(6.443)	–	(19.332)
Conclusões	–	–	(44.705)	(44.705)
Em 31.12.2023	1.146	573	53.411	55.130
Constituições	11.399	5.699	11.399	28.497
Juros (NE nº 29)	–	–	1	1
Recolhimentos	(10.531)	(5.265)	–	(15.796)
Conclusões	–	–	(54.265)	(54.265)
Em 31.12.2024	2.014	1.007	10.546	13.567

Consolidado	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 1º.01.2023	2.576	1.294	101.311	105.181
Constituições	15.089	7.543	15.095	37.727
Juros (NE nº 29)	–	–	457	457
Recolhimentos	(16.291)	(8.150)	(1.026)	(25.467)
Conclusões	–	–	(45.638)	(45.638)
Reclassificação (a)	–	–	(7.698)	(7.698)
Em 31.12.2023	1.374	687	62.501	64.562
Constituições	13.725	6.860	13.726	34.311
Juros (NE nº 29)	–	–	622	622
Recolhimentos	(12.700)	(6.348)	(1.194)	(20.242)
Conclusões	–	–	(54.265)	(54.265)
Em 31.12.2024	2.399	1.199	21.390	24.988

(a) Reclassificação para Passivos classificados como mantidos para venda (NE nº 36).

Notas Explicativas

22. Contas a Pagar Vinculadas à Concessão

Consolidado	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	31.12.2024	31.12.2023
UHE Mauá	29.06.2007	03.07.2007	06.2049	5,65% a.a.	23.733	23.005
UHE Colíder (a)	29.12.2010	17.01.2011	01.2046	7,74% a.a.	–	31.493
UHE Baixo Iguaçu	19.07.2012	20.08.2012	01.2047	7,74% a.a.	9.686	9.337
UHE Guaricana (a)	03.03.2020	03.03.2020	03.2025	7,74% a.a.	–	1.325
UHE Salto Caxias	19.11.2024	19.11.2024	10.2030	8,23% a.a.	69.404	–
UHE Segredo	19.11.2024	19.11.2024	10.2030	8,23% a.a.	69.341	–
UHE Foz do Areia	19.11.2024	19.11.2024	10.2030	8,23% a.a.	71.198	–
					243.362	65.160
				Circulante	6.759	2.170
				Não circulante	236.603	62.990

(a) O saldo foi reclassificado para Passivos classificados como mantidos para venda (NE nº 36).

Taxa de desconto no cálculo do valor presente

Taxa desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Pagamento à União

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual corrigido pelo IPCA, conforme definido no contrato de concessão.

Os novos contratos de concessão das usinas Foz do Areia (FDA), Segredo e Salto Caxias celebrados em 19.11.2024 foram pactuados pelo regime de exploração de Produção Independente de Energia (PIE) e terão pagamentos mensais pelo Uso do Bem Público – UBP por cinco anos (NE nº 1). Deste modo, na data da assinatura dos contratos de concessão foi registrado a obrigação em contrapartida ao ativo intangível, correspondente ao valor presente do fluxo de caixa da estimativa de pagamentos futuros.

22.1. Mutação de contas a pagar vinculadas à concessão

Consolidado	Total
Em 1º.01.2023	63.355
Adição	894
Ajuste a valor presente	1.471
Variação monetária	5.495
Pagamentos	(6.055)
Em 31.12.2023	65.160
Adição (NE nº 15.1)	205.201
Ajuste a valor presente	3.349
Variação monetária	8.780
Pagamentos	(6.344)
Reclassificação (a)	(32.784)
Em 31.12.2024	243.362

(a) Reclassificação para Passivos classificados como mantidos para venda (NE nº 36).

22.2. Valor nominal e valor presente das contas a pagar vinculadas à concessão

Consolidado	Valor nominal	Valor presente
2025	11.684	6.759
2026	57.108	36.246
2027	57.108	39.459
2028	57.108	42.936
Após 2028	154.041	117.962
	337.049	243.362

Notas Explicativas

23. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos

23.1. Direito de uso de ativos

Controladora	Saldo em 1º.01.2024	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2024
Imóveis	52.278	3.894	(3.452)	(49)	52.671
Veículos	11.269	32.159	(11.445)	(4.354)	27.629
Equipamentos	794	8.644	(2.386)	–	7.052
	64.341	44.697	(17.283)	(4.403)	87.352

Controladora	Saldo em 1º.01.2023	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2023
Imóveis	42.369	13.101	(3.192)	–	52.278
Veículos	15.619	7.621	(11.971)	–	11.269
Equipamentos	2.328	450	(1.984)	–	794
	60.316	21.172	(17.147)	–	64.341

Consolidado	Saldo em 1º.01.2024	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2024
Imóveis	95.516	6.047	(4.839)	(50)	96.674
Veículos	11.269	32.540	(11.589)	(4.355)	27.865
Equipamentos	794	8.644	(2.386)	–	7.052
	107.579	47.231	(18.814)	(4.405)	131.591

Consolidado	Saldo em 1º.01.2023	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2023
Imóveis	64.875	37.415	(4.584)	(2.190)	95.516
Veículos	15.619	7.621	(11.971)	–	11.269
Equipamentos	2.328	450	(1.984)	–	794
	82.822	45.486	(18.539)	(2.190)	107.579

23.2. Passivo de arrendamentos

23.2.1. Mutação do passivo de arrendamentos

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2023	63.625	86.800
Adições	21.172	45.486
Encargos	6.541	9.642
Pagamento - principal	(15.672)	(16.348)
Pagamento - encargos	(6.541)	(9.641)
Baixas	–	(546)
Em 31.12.2023	69.125	115.393
Adições	44.697	47.231
Encargos	9.640	12.679
Pagamento - principal	(15.156)	(15.775)
Pagamento - encargos	(9.640)	(12.678)
Baixas	(4.911)	(4.995)
Em 31.12.2024	93.755	141.855
	Circulante	13.697
	N��o circulante	80.058
		127.401

A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal praticada na   ltima captação de recursos, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas. As taxas de juros aplicadas variam de 3,58% a 15,55% a.a.

Notas Explicativas

23.2.2. Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2024	Controladora	Consolidado
2026	20.208	23.842
2027	16.988	20.585
2028	11.673	15.270
2029	7.019	10.616
2030	7.008	10.605
Após 2030	71.838	163.455
Valores não descontados	134.734	244.373
Juros embutidos	(54.676)	(116.972)
Saldo passivo arrendamento	80.058	127.401

23.2.3. Direito potencial de PIS/Cofins a recuperar

Segue quadro indicativo do direito potencial de PIS/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos conforme os períodos previstos para pagamento.

Fluxos de caixa	Controladora		Consolidado	
	Nominal	Valor Presente	Nominal	Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	157.758	93.755	271.227	141.855
Pis/Cofins potencial	14.588	8.668	14.610	8.689

23.3. Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Controladora	Saldo conforme o CPC 06 (R2) - IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	93.755	84.824	-9,53%
Direito de uso de ativos	87.352	69.086	-20,91%
Despesa Financeira	9.640	8.141	-15,55%
Despesa de amortização	17.283	14.056	-18,67%

Consolidado	Saldo conforme o CPC 06 (R2) - IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	141.855	149.397	5,32%
Direito de uso de ativos	131.591	121.909	-7,36%
Despesa Financeira	12.679	12.181	-3,93%
Despesa de amortização	18.814	15.855	-15,73%

Na mensuração e na remensuração do Passivo de arrendamento e do Direito de uso, é utilizada a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada, em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16. Tendo em vista a imprevisibilidade das taxas de juros de longo prazo no cenário econômico brasileiro, a Companhia apresenta no quadro acima os saldos comparativos entre o registrado conforme a norma, e o valor que seria registrado se considerada a inflação projetada.

23.4. Compromissos de arrendamentos e aluguéis

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2024
Compromissos de arrendamentos e aluguéis	12.037	51.780	258.708	322.525

Saldo de compromissos de arrendamentos e aluguéis. Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e móveis, arrendamento de curto prazo, bem como para os contratos de arrendamento de terrenos para desenvolvimento de projetos de geração de energia eólica, cujo pagamento é feito com base em remuneração variável, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE nº 28.6).

Notas Explicativas

23.5. Recebíveis de arrendamentos

Controladora e Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	31.12.2024			31.12.2024
Compartilhamento de instalações	2.148	8.592	25.443	36.183

24. Outras Contas a Pagar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Desvio de geração - empreendimentos eólicos (NE nº 31.2.7)	—	—	498.666	299.264
Acordo judicial (NE nº 25.2).	75.600	—	75.600	—
Provisão Despacho Aneel nº 084/2017	46.690	42.164	46.690	42.164
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	21.682	20.349	30.491	29.433
Reembolso - participação em consórcios	9.198	11.441	9.198	11.441
Cauções em garantia	4.123	2.953	4.224	3.042
Outras obrigações (a)	57.940	70.180	110.660	90.441
	215.233	147.087	775.529	475.785
Circulante	161.869	97.548	537.964	330.211
Não circulante	53.364	49.539	237.565	145.574

(a) No saldo de 2024, está incluído o adiantamento de R\$ 45.000 recebido pela venda dos Ativos de Geração de Pequeno Porte. Em 2023, o saldo inclui o adiantamento de R\$ 43.599 referente à venda da UEGA, liquidado em 1º.07.2024 com a conclusão da operação (NE nº 36).

25. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia e suas controladas respondem por diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis quando os critérios de reconhecimento de provisão, descritos na NE nº 4.9 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiros, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

25.1. Mutação das provisões para litígios

Controladora	Resultado					Adições / (Reversões) no ativo	Quitações	Reclassificação (a)	Saldo em 31.12.2024
	Saldo em 1º.01.2024	Provisões para litígios		Custo de construção	Atualização monetária				
		Adições	Reversões	Reversões					
Fiscais	1.004	536	(345)	—	(271)	—	(432)	—	492
Trabalhistas	101.470	41.060	(24.643)	—	(4.266)	—	(38.153)	—	75.468
Benefícios a empregados	11.104	4.429	(1.311)	—	—	—	(1.146)	—	13.076
Cíveis									
Cíveis e direito administrativo	120.857	24.932	(2.272)	—	48.405	8	(7.725)	(171.600)	12.605
Servidões de passagem	88.711	286	(1.977)	(15.308)	—	(1.056)	8	—	70.664
Desapropriações e patrimoniais	111.081	492	(1.967)	3.091	213	(6.136)	(396)	(951)	105.427
Ambientais	544	31	(455)	—	(66)	—	—	—	54
	321.193	25.741	(6.671)	(12.217)	48.552	(7.184)	(8.113)	(172.551)	188.750
Regulatórias	724	5.013	(4.792)	—	514	—	(5)	—	1.454
	435.495	76.779	(37.762)	(12.217)	44.529	(7.184)	(47.849)	(172.551)	279.240

(a) Reclassificação principalmente para Outras contas a pagar (NE nº 24).

Notas Explicativas

Controladora	Resultado					Adições no ativo	Quitações	Saldo em 31.12.2023
	Saldo em 1º.01.2023	Provisões para litígios		Custo de construção	Atualização Monetária			
		Adições	Reversões	Reversões				
Fiscais	7.084	1.264	(2.070)	—	(4.560)	—	(714)	1.004
Trabalhistas	138.003	34.908	(34.075)	—	6.663	—	(44.029)	101.470
Benefícios a empregados	8.264	3.883	(1.101)	—	—	—	58	11.104
Cíveis								
Cíveis e direito administrativo	115.982	13.519	(1.245)	—	11.909	6	(19.314)	120.857
Servidões de passagem	111.722	1.748	—	(21.596)	—	163	(3.326)	88.711
Desapropriações e patrimoniais	149.466	5.074	(335)	(4.349)	25	(38.792)	(8)	111.081
Ambientais	1.158	194	(529)	—	(140)	—	(139)	544
	378.328	20.535	(2.109)	(25.945)	11.794	(38.623)	(22.787)	321.193
Regulatórias	749	83.009	(83.088)	—	54	—	—	724
	532.428	143.599	(122.443)	(25.945)	13.951	(38.623)	(67.472)	435.495

Consolidado	Resultado					Adições / (Reversões) no ativo	Quitações	Transferências/ Outros (a)	Saldo em 31.12.2024
	Saldo em 1º.01.2024	Provisões para litígios		Custo de construção	Atualização monetária				
		Adições	Reversões	Reversões					
Fiscais	20.612	(4.870)	(345)	—	(270)	—	(610)	173	14.690
Trabalhistas	101.952	41.093	(24.646)	—	(4.230)	—	(38.186)	—	75.983
Benefícios a empregados	11.105	4.429	(1.311)	—	—	—	(1.147)	—	13.076
Cíveis									
Cíveis e direito administrativo	121.142	25.211	(2.515)	—	48.361	(268)	(7.730)	(171.600)	12.601
Servidões de passagem	97.297	285	(1.978)	(15.308)	—	(4.311)	9	—	75.994
Desapropriações e patrimoniais	112.536	491	(2.014)	3.091	214	(6.136)	(395)	(951)	106.836
Ambientais	543	31	(455)	—	(66)	—	—	—	53
	331.518	26.018	(6.962)	(12.217)	48.509	(10.715)	(8.116)	(172.551)	195.484
Regulatórias	725	5.013	(4.793)	—	514	—	(5)	—	1.454
	465.912	71.683	(38.057)	(12.217)	44.523	(10.715)	(48.064)	(172.378)	300.687

(a) Reclassificação principalmente para Outras contas a pagar (NE nº 24).

Consolidado	Resultado					Adições / (Reversões) no ativo	Quitações	Transferências/ Outros	Saldo em 31.12.2023
	Saldo em 1º.01.2023	Provisões para litígios		Custo de construção	Atualização Monetária				
		Adições	Reversões	Reversões					
Fiscais	19.664	(4.763)	(2.070)	—	(4.559)	—	(713)	13.053	20.612
Trabalhistas	138.998	34.919	(34.086)	—	6.702	(91)	(44.490)	—	101.952
Benefícios a empregados	8.265	3.883	(1.101)	—	—	—	58	—	11.105
Cíveis									
Cíveis e direito administrativo	123.631	14.125	(7.952)	—	10.738	284	(19.675)	(9)	121.142
Servidões de passagem	119.160	1.748	—	(21.596)	—	1.312	(3.327)	—	97.297
Desapropriações e patrimoniais	151.924	5.122	(376)	(4.349)	26	(39.803)	(8)	—	112.536
Ambientais	1.157	194	(529)	—	(140)	—	(139)	—	543
	395.872	21.189	(8.857)	(25.945)	10.624	(38.207)	(23.149)	(9)	331.518
Regulatórias	750	83.009	(83.088)	—	54	—	—	—	725
	563.549	138.237	(129.202)	(25.945)	12.821	(38.298)	(68.294)	13.044	465.912

25.2. Detalhamento das provisões para litígios e passivos contingentes

O quadro a seguir apresenta o detalhamento das provisões para litígios registradas e, adicionalmente, os valores de passivos contingentes, os quais são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, porém sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Notas Explicativas

Natureza	Descrição	Controladora				Consolidado			
		Provisões para litígios		Passivo contingente		Provisões para litígios		Passivo contingente	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Fiscais									
Impostos federais	Exigências e questionamentos administrativos da Receita Federal do Brasil.	—	—	299	290	—	—	331	320
IPTU	Exigência de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU sobre imóveis afetados ao serviço público de energia elétrica.	9	734	54.993	49.410	9	734	54.993	49.410
ISS	Exigência fiscal das prefeituras a título de ISS em serviços de construção civil prestado por terceiro.	205	189	—	—	205	189	65.915	58.032
Outras	Impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento.	278	81	27.320	27.763	14.476	19.689	35.821	35.390
		492	1.004	82.612	77.463	14.690	20.612	157.060	143.152
Trabalhistas	Cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial, entre outras, por empregados e ex-empregados da Copel; cobranças de parcelas indenizatórias e outras, por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária).	75.468	101.470	58.261	72.836	75.983	101.952	58.350	78.831
Benefícios a empregados	Reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados contra a Fundação Copel, que causarão, consequentemente, reflexos para a Companhia e suas subsidiárias integrais, na medida em que forem necessários aportes complementares.	13.076	11.104	6.007	5.993	13.076	11.105	6.007	5.993
Regulatórias									
Excludente Colíder	Discussão sobre o valor de Tarifa de uso do sistema de transmissão – TUST e atualização monetária sobre valores de energia referente ao período de excludente de responsabilidade. Em decorrência da limiar judicial que excluiu o período de atraso da obra de UHE Colíder da responsabilidade pela entrega de energia contratada no Ambiente de Contratação Regulado – ACR, a CCEE procedeu o crédito, valorado ao PLD, da energia anteriormente lastreada para cumprir os contratos de ACR. Contudo, em caso de insucesso na ação judicial, a Companhia deverá devolver os valores creditados, atualizados pelo IGPM.	—	—	351.542	307.285	—	—	351.542	307.285
Outras	Notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias	1.454	724	16.757	2.816	1.454	725	16.757	2.816
		1.454	724	368.299	310.101	1.454	725	368.299	310.101
Cíveis									
Cíveis e direito administrativo	Outras ações que envolvem faturamento, supostos procedimentos irregulares, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.	12.603	13.876	75.974	35.192	12.600	14.159	76.082	35.832
Indenização a terceiros (cíveis)	Ação de indenização por danos causados em razão de construção de usina. Foi realizado acordo judicial para o encerramento do litígio, mediante concessões e quitações recíprocas, compreendendo pagamento de indenização e encargos sucumbenciais, em duas parcelas, com vencimentos em dezembro/24 e junho/25. O saldo foi transferido para outras contas a pagar (NE nº 24).	—	106.986	—	104.192	—	106.986	—	104.192
Servidões de passagem	Discussão entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula, entre outras); intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou em caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.	70.661	88.708	3.231	8.442	75.992	97.295	3.808	8.520
Desapropriações e patrimoniais	Discussão entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário, e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula entre outras); ações de reintegrações de posse de imóveis de propriedade da concessionária; intervenção no usucapião de terceiros, na qualidade de confrontante, a fim de preservar os limites e confrontações das áreas desapropriadas.	105.432	111.079	53.790	126.265	106.839	112.535	53.790	126.265
Ambientais	Ações civis públicas e ações populares que têm como finalidade obstaculizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas utilizadas indevidamente por particulares. Em caso de eventual condenação, estima-se somente o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Copel GeT. Contemplam também os Termos de Ajuste de Conduta - TAC, que se referem aos compromissos acordados e aprovados entre a Companhia e os órgãos competentes, pelo descumprimento de alguma condicionante concluída nas Licenças de Instalação e Operação.	54	544	148.349	226.530	53	543	148.377	226.554
		188.750	321.193	281.344	500.621	195.484	331.518	282.057	501.363
		279.240	435.495	796.523	967.014	300.687	465.912	871.773	1.039.440

Notas Explicativas

26. Patrimônio Líquido

26.1. Capital social

Em 31.12.2024, o capital social integralizado é de R\$ 6.242.757 (R\$ 6.242.757 em 31.12.2023), composto por 6.242.757.424 ações ordinárias sem valor nominal, pertencentes à Copel.

26.2. Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2023	586.053	586.053
Passivos atuariais		
Benefícios pós-emprego	(84.096)	(83.792)
Tributos sobre os ajustes	28.593	28.593
Benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial, líquida de tributos.	185	–
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		
Custo atribuído do imobilizado	(49.321)	(49.321)
Tributos sobre a realização dos ajustes	16.769	16.769
Atribuível aos acionistas não controladores	–	(119)
Em 31.12.2023	498.183	498.183
Passivos atuariais		
Benefícios pós-emprego	104.752	104.752
Tributos sobre os ajustes	(35.616)	(35.616)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		
Custo atribuído do imobilizado	(50.551)	(50.551)
Tributos sobre a realização dos ajustes	17.188	17.188
Variação de participação societária em Controlada		
Passivo atuarial - realização de investimento	3.390	3.390
Em 31.12.2024	537.346	537.346

O saldo de 31.12.2023 contempla R\$ 441 de ajuste de avaliação patrimonial da operação descontinuada (R\$ 269 na Controladora). A variação do ajuste de avaliação patrimonial da operação descontinuada no exercício de 2023 decorrente dos ajustes de passivos atuariais foi de R\$ 304 (R\$ 185 na Controladora). Em 2024 não houve variação do ajuste de avaliação patrimonial da operação descontinuada até a data da conclusão do desinvestimento (NE nº 36).

Na adoção inicial das IFRS, foram reconhecidos os valores justos do ativo imobilizado - custo atribuído, com contrapartida na conta de Ajustes de avaliação patrimonial, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos, inclusive por equivalência patrimonial. A realização de tais ajustes é contabilizada na conta de lucros acumulados, na medida em que ocorra a depreciação ou eventual baixa dos itens avaliados. Nessa conta também são registrados os ajustes decorrentes das variações de valor justo envolvendo ativos financeiros, bem como os ajustes dos passivos atuariais.

26.3. Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, e é constituída com base em Orçamento de Capital proposto pelos órgãos da Administração para deliberação da Assembleia Geral.

Em 31.12.2024 o total das reservas de lucros é superior ao capital social da Companhia, porém foi proposto aumento de capital com integralização do adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC de R\$ 600.000 para deliberação na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em abril de 2025.

Notas Explicativas

26.4. Proposta de distribuição de dividendos

Controladora	31.12.2024	31.12.2023
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	1.322.111	1.681.170
Reserva legal (5%)	(66.105)	(84.059)
	1.256.006	1.597.111
Dividendos propostos		
Juros sobre o capital próprio (JSCP) - valor bruto	500.000	825.600
Dividendo adicional proposto	591.866	—
	1.091.866	825.600
Valor bruto dos dividendos por ação:		
Dividendos por ação (em R\$)	0,09481	—
Juros sobre o capital próprio por ação (em R\$)	0,08009	0,13225

Durante o primeiro semestre de 2024 o Conselho de Administração - CAD da Companhia aprovou a distribuição de Juros sobre Capital Próprio - JSCP, no montante total de R\$ 300.000, com base no saldo de reserva de retenção de lucros de exercícios anteriores não capitalizados. Em dezembro de 2024 o CAD aprovou a distribuição de JSCP, no montante de R\$ 200.000, com base no resultado do primeiro semestre de 2024. A data do pagamento do valor total aprovado pelo CAD, de R\$ 500.000, será definida na Assembleia Geral Ordinária que deliberar a destinação do resultado de 2024. Estes valores de JSCP, líquidos dos tributos retidos na fonte, foram imputados ao dividendo obrigatório do exercício de 2024, conforme critérios estabelecidos no Estatuto Social da Companhia.O montante de R\$ 591.866 de dividendo adicional será proposto em Assembleia Geral Ordinária que irá deliberar sobre a destinação do resultado de 2024.

26.5. Lucro por ação – básico e diluído

Controladora	Operações continuadas	Operações descontinuadas	31.12.2024	Operações continuadas	Operações descontinuadas	31.12.2023
Numerador básico e diluído						
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído à acionista controladora						
Ações ordinárias	1.333.697	(11.586)	1.322.111	1.651.036	30.134	1.681.170
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)						
Ações ordinárias	6.242.757.424	6.242.757.424	6.242.757.424	6.242.757.424	6.242.757.424	6.242.757.424
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora						
Ações ordinárias	0,21364	(0,00186)	0,21178	0,26447	0,00483	0,26930

27. Receita Operacional Líquida

Controladora	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais	ISSQN	Receita líquida	
						31.12.2024	31.12.2023
Suprimento de energia elétrica	2.339.414	(200.941)	—	(48.874)	—	2.089.599	2.463.377
Disponibilidade da rede elétrica	1.123.845	(106.576)	—	(101.026)	—	916.243	908.902
Receita de construção	115.891	—	—	—	—	115.891	99.549
Outras receitas operacionais	88.940	(8.226)	(12)	—	(3.534)	77.168	86.076
	3.668.090	(315.743)	(12)	(149.900)	(3.534)	3.198.901	3.557.904

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais	ISSQN	Receita líquida	
						31.12.2024	31.12.2023
Suprimento de energia elétrica	3.744.688	(294.116)	(17.461)	(59.265)	—	3.373.846	4.022.079
Disponibilidade da rede elétrica	1.204.097	(109.397)	—	(104.023)	—	990.677	966.844
Receita de construção	123.512	—	—	—	—	123.512	99.248
Outras receitas operacionais	45.478	(8.448)	(12)	—	(3.534)	33.484	29.552
	5.117.775	(411.961)	(17.473)	(163.288)	(3.534)	4.521.519	5.117.723

Notas Explicativas

27.1. Detalhamento da receita

Controladora	31.12.2024	31.12.2023
Suprimento de energia elétrica	2.339.414	2.752.228
Contratos bilaterais	1.353.866	1.422.401
Contratos regulados	693.977	1.052.010
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	170.772	163.446
Juros efetivos - bonificação de outorga (NE nº 8.1)	120.799	114.371
Disponibilidade da rede elétrica	1.123.845	1.100.179
Receita de operação e manutenção - O&M	473.624	439.522
Receita de juros efetivos	650.221	660.657
Receita de construção (a)	115.891	99.549
Outras receitas operacionais	88.940	99.249
Arrendamentos e aluguéis (27.2)	7.186	7.223
Renda da prestação de serviços	80.557	91.781
Outras receitas	1.197	245
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	3.668.090	4.051.205
(-) Pis/Pasep e Cofins	(315.743)	(351.875)
(-) ICMS	(12)	(35)
(-) ISSQN	(3.534)	(3.995)
(-) Encargos setoriais (27.3)	(149.900)	(137.396)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.198.901	3.557.904

(a) No saldo está contido o valor da receita de construção, a margem de construção e o ganho ou perda por eficiência conforme detalhado na NE nº 9.

Consolidado	31.12.2024	31.12.2023
Suprimento de energia elétrica	3.744.688	4.454.686
Contratos bilaterais	2.072.825	2.476.056
Contratos regulados	1.263.727	1.647.048
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	287.337	217.211
Juros efetivos - bonificação de outorga (NE nº 8.1)	120.799	114.371
Disponibilidade da rede elétrica	1.204.097	1.163.423
Receita de operação e manutenção - O&M	490.714	453.462
Receita de juros efetivos	713.383	709.961
Receita de construção (a)	123.512	99.248
Outras receitas operacionais	45.478	42.749
Arrendamentos e aluguéis (27.2)	7.225	7.266
Renda da prestação de serviços	31.027	34.638
Outras receitas	7.226	845
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	5.117.775	5.760.106
(-) Pis/Pasep e Cofins	(411.961)	(467.937)
(-) ICMS	(17.473)	(17.074)
(-) ISSQN	(3.534)	(3.995)
(-) Encargos setoriais (27.3)	(163.288)	(153.377)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.521.519	5.117.723

(a) No saldo está contido o valor da receita de construção, a margem de construção e o ganho ou perda por eficiência conforme detalhado na NE nº 9.

27.2. Arrendamentos e aluguéis

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Equipamentos e estruturas	4.592	4.838	4.592	4.839
Compartilhamento de instalações e Imóveis	2.594	2.385	2.633	2.427
	7.186	7.223	7.225	7.266

Notas Explicativas

27.3. Encargos setoriais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Conta de desenvolvimento energético - CDE	78.500	68.901	78.500	68.901
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D	28.497	29.894	34.311	37.727
Quota para reserva global de reversão - RGR	42.903	38.601	50.477	46.749
	149.900	137.396	163.288	153.377

28. Custos e Despesas Operacionais

Controladora	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2024	31.12.2023
Custos e despesas não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda (28.1)	(115.304)	—	—	—	(115.304)	(138.667)
Encargos de uso da rede elétrica	(355.610)	—	—	—	(355.610)	(373.875)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(936)	—	—	—	(936)	(17.654)
	(471.850)	—	—	—	(471.850)	(530.196)
Custos e despesas gerenciáveis						
Pessoal e administradores (28.2)	(232.261)	—	(100.227)	—	(332.488)	(580.673)
Planos previdenciário e assistencial (20.3)	(50.199)	—	(25.316)	—	(75.515)	(78.917)
Material	(13.324)	—	(2.522)	—	(15.846)	(16.306)
Serviços de terceiros (28.3)	(95.858)	—	(52.539)	—	(148.397)	(153.764)
Perdas estimadas, provisões e reversões (28.4)	(24.163)	(21.497)	—	(36.974)	(82.634)	147.548
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (28.6)	(135.496)	—	(3.681)	189.327	50.150	(121.519)
	(551.301)	(21.497)	(184.285)	152.353	(604.730)	(803.631)
Outros custos e despesas						
Depreciação e amortização	(369.144)	—	(13.519)	(14.232)	(396.895)	(394.279)
Custo de construção (28.5)	(88.565)	—	—	—	(88.565)	(85.482)
	(457.709)	—	(13.519)	(14.232)	(485.460)	(479.761)
	(1.480.860)	(21.497)	(197.804)	138.121	(1.562.040)	(1.813.588)
Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2024	31.12.2023
Custos e despesas não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda (28.1)	(184.712)	—	—	—	(184.712)	(216.565)
Encargos de uso da rede elétrica	(572.982)	—	—	—	(572.982)	(589.428)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(936)	—	—	—	(936)	(17.654)
	(758.630)	—	—	—	(758.630)	(823.647)
Custos e despesas gerenciáveis						
Pessoal e administradores (28.2)	(232.261)	—	(118.638)	—	(350.899)	(604.808)
Planos previdenciário e assistencial (20.3)	(50.199)	—	(28.072)	—	(78.271)	(81.704)
Material	(18.025)	—	(2.610)	—	(20.635)	(26.246)
Serviços de terceiros (28.3)	(228.835)	—	(57.142)	—	(285.977)	(269.711)
Perdas estimadas, provisões e reversões (28.4)	(24.163)	(24.227)	—	(31.582)	(79.972)	159.214
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (28.6)	(214.191)	—	(14.073)	198.083	(30.181)	(219.673)
	(767.674)	(24.227)	(220.535)	166.501	(845.935)	(1.042.928)
Outros custos e despesas						
Depreciação e amortização	(775.767)	—	(13.740)	(43.633)	(833.140)	(820.188)
Custo de construção (28.5)	(95.610)	—	—	—	(95.610)	(85.181)
	(871.377)	—	(13.740)	(43.633)	(928.750)	(905.369)
	(2.397.681)	(24.227)	(234.275)	122.868	(2.533.315)	(2.771.944)

Notas Explicativas

28.1. Energia elétrica comprada para revenda

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	23.860	49.931	63.893	90.336
Contratos bilaterais	80.974	81.348	111.373	125.157
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	17.607	14.741	17.607	14.741
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(7.137)	(7.353)	(8.161)	(13.669)
	115.304	138.667	184.712	216.565

328.2. Pessoal e administradores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Pessoal				
Remunerações (a)	183.299	236.545	196.181	252.908
Encargos sociais	59.739	70.214	64.078	75.082
Auxílio alimentação e educação	28.970	31.838	29.060	31.925
Programa de desligamentos voluntários (NE nº 16.1)	4.046	190.305	4.046	190.305
	276.054	528.902	293.365	550.220
Administradores				
Honorários	2.128	2.104	3.003	4.307
Encargos sociais	704	596	942	1.184
Outros gastos	58	42	57	37
	2.890	2.742	4.002	5.528
Provisões por desempenho e participação nos lucros de empregados e administradores	53.544	49.029	53.532	49.060
	332.488	580.673	350.899	604.808

(a) Em 2023 foram registrados R\$42.358 referente à indenização do segundo terço adicional de férias aprovado em Acordo Coletivo de Trabalho em 19.01.2023.

28.3. Serviços de terceiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Manutenção de instalações	44.586	41.501	61.900	55.545
Manutenção do sistema elétrico	24.325	32.774	133.690	124.816
Comunicação, processamento e transmissão de dados	20.621	21.255	21.244	22.356
Consultoria e auditoria	12.103	10.794	14.418	14.670
Outros serviços	46.762	47.440	54.725	52.324
	148.397	153.764	285.977	269.711

28.4. Perdas de crédito, provisões e reversões

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Provisão para litígios	39.017	21.156	33.626	9.035
Perdas (reversão de perdas) estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos				
Contrato de concessão de geração de energia elétrica (8.2)	(3.591)	(3.193)	(3.591)	(3.193)
Imobilizado (14.4)	27.754	(174.500)	27.754	(174.500)
Perdas de créditos esperadas (Clientes e Outros créditos)	21.498	6.164	24.227	6.619
Perdas (reversão de perdas) estimadas em créditos tributários	(2.044)	2.825	(2.044)	2.825
	82.634	(147.548)	79.972	(159.214)

Notas Explicativas

28.5. Custo de construção

Consolidado	31.12.2024	31.12.2023
Material	53.768	50.917
Serviços de terceiros	37.175	26.845
Pessoal	16.229	16.103
Outros (a)	(11.562)	(8.684)
	95.610	85.181

(a) No saldo está contido o valor de reversão de provisões para litígios de servidões de passagem e desapropriações.

28.6. Outros custos e despesas operacionais, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	118.528	102.904	166.235	143.935
Seguros	10.399	15.811	33.030	36.533
Arrendamentos e aluguéis	4.561	4.873	17.745	18.981
Taxa de fiscalização da Aneel	11.524	10.720	18.473	17.332
Tributos	11.040	11.984	14.588	16.156
Perdas (ganhos) na desativação e alienação de bens (28.6.1)	(262.025)	(36.212)	(286.400)	(34.641)
Outras receitas, custos e despesas, líquidos (a)	55.823	11.439	66.510	21.377
	(50.150)	121.519	30.181	219.673

(a) A variação se refere principalmente ao aumento de recuperação de despesas no ano de 2023, não recorrente em 2024.

28.6.1. Perdas (ganhos) na desativação e alienação de bens, líquidas

No total apresentado no quadro está contemplado o montante de R\$ 264.434 referente ao ganho decorrente do processo de alienação de ativos inservíveis às concessões da Copel GeT e FDA. A operação, concluída em setembro de 2024 com a assinatura dos contratos de compra e venda, foi realizada em dois blocos: venda de terrenos e edificações localizados em Curitiba e venda de imóveis localizados próximos de usinas hidrelétricas no interior do Estado do Paraná.

O valor total da operação comercial de venda dos ativos foi de R\$ 286.000, dos quais R\$ 11.440 foram recebidos em 2024, e o saldo, acrescido de juros e correção monetária, será recebido em até 10 anos, podendo ser antecipado tendo em vista a prioridade das vendedoras na geração de caixa dos empreendimentos, conforme previsto em contrato.

O saldo a receber, registrado na rubrica de outros créditos (NE nº 10), está garantido pela alienação fiduciária dos respectivos imóveis.

Notas Explicativas

29. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	181.761	123.037	345.937	293.862
Acréscimos moratórios sobre faturas	16.679	2.528	17.946	2.808
Atualização de depósitos judiciais	5.119	6.176	5.121	6.179
Juros sobre liquidações na CCEE	3.788	5.155	5.072	5.732
(-) Pis e Cofins	(10.321)	(7.934)	(12.780)	(10.125)
Outras receitas financeiras	15.766	35.170	25.316	35.564
	212.792	164.132	386.612	334.020
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária e encargos da dívida	677.593	795.079	916.949	1.044.171
Atualização monetária de litígios (NE nº 25.1)	44.529	13.951	44.523	12.821
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 22.1)	10.522	6.966	12.129	6.966
Juros sobre P&D (NE nº 21.1)	1	(276)	622	457
Outras despesas financeiras	14.574	13.940	18.901	17.014
	747.219	829.660	993.124	1.081.429
Líquido	(534.427)	(665.528)	(606.512)	(747.409)

30. Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelas diretorias executivas da Controladora e das controladas, principais tomadoras de decisões estratégicas, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho.

30.1. Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

A Companhia atua nos segmentos reportáveis identificados pela diretoria, considerando os ambientes regulatórios, as unidades estratégicas de negócios e os diferentes produtos e serviços. Os segmentos são gerenciados separadamente, tendo em vista que cada negócio e cada empresa exigem diferentes tecnologias e estratégias.

Até 31.12.2024, todas as vendas foram realizadas em território brasileiro, bem como todos os ativos não correntes estão localizados em território nacional. Não foi identificado cliente da Companhia ou de suas controladas que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total registrada até 31.12.2024

A Companhia avalia o desempenho de cada segmento, com base em informações derivadas dos registros contábeis. As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas descritas na NE nº 4.

30.2. Segmentos reportáveis da Companhia

Geração e transmissão de energia elétrica (GET) – tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica, eólica e térmica (**GER**), e prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia (**TRA**). Para os gestores, os ativos e passivos dos segmentos de geração e de transmissão de energia são apresentados de forma agregada e o resultado é apresentado de forma segregada;

Notas Explicativas

30.3. Demonstração do resultado por segmento reportável

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
31.12.2024	GER	TRA	Reclassificações NE nº 36	Operações inter- segmento	Consolidado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.387.101	1.144.481	–	(10.063)	4.521.519
Receita operacional líquida com terceiros	3.387.101	1.144.481	–	(10.063)	4.521.519
Receita operacional líquida entre segmentos	–	–	–	–	–
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.276.191)	(294.568)	27.381	10.063	(2.533.315)
Energia elétrica comprada para revenda	(184.712)	–	–	–	(184.712)
Encargos de uso da rede elétrica	(600.632)	–	17.587	10.063	(572.982)
Pessoal e administradores	(212.982)	(141.041)	3.124	–	(350.899)
Planos previdenciário e assistencial	(46.594)	(32.041)	364	–	(78.271)
Material	(14.943)	(5.711)	19	–	(20.635)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(1.880)	–	944	–	(936)
Serviços de terceiros	(234.637)	(55.005)	3.665	–	(285.977)
Depreciação e amortização	(816.071)	(17.069)	–	–	(833.140)
Provisão para litígios	(24.459)	(9.343)	176	–	(33.626)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável de ativos	(24.163)	–	–	–	(24.163)
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	(13.173)	(9.010)	–	–	(22.183)
Custo de construção	–	(95.610)	–	–	(95.610)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(101.945)	70.262	1.502	–	(30.181)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	14.431	262.464	–	–	276.895
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	1.125.341	1.112.377	27.381	–	2.265.099
Receitas financeiras	297.303	90.377	(1.068)	–	386.612
Despesas financeiras	(695.708)	(301.485)	4.069	–	(993.124)
LUCRO OPERACIONAL	726.936	901.269	30.382	–	1.658.587
Imposto de renda e contribuição social	(239.322)	(93.924)	–	–	(333.246)
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	487.614	807.345	30.382	–	1.325.341
Resultado de operações descontinuadas	12.005	–	(30.382)	–	(18.377)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	499.619	807.345	–	–	1.306.964

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
31.12.2023	GER	TRA	Reclassificações NE nº 36	Operações inter- segmento	Consolidado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.032.121	1.096.350	–	(10.748)	5.117.723
Receita operacional líquida com terceiros	4.032.121	1.085.602	–	–	5.117.723
Receita operacional líquida entre segmentos	–	10.748	–	(10.748)	–
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.284.691)	(474.508)	(23.493)	10.748	(2.771.944)
Energia elétrica comprada para revenda	(205.106)	(14.741)	3.282	–	(216.565)
Encargos de uso da rede elétrica	(634.049)	–	33.873	10.748	(589.428)
Pessoal e administradores	(363.796)	(247.393)	6.381	–	(604.808)
Planos previdenciário e assistencial	(49.434)	(33.003)	733	–	(81.704)
Material	(20.704)	(5.583)	41	–	(26.246)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(19.113)	–	1.459	–	(17.654)
Serviços de terceiros	(228.612)	(50.021)	8.922	–	(269.711)
Depreciação e amortização	(820.413)	(16.207)	16.432	–	(820.188)
Provisão para litígios	(6.579)	(12.777)	10.321	–	(9.035)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável de ativos	285.825	–	(108.132)	–	177.693
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	(7.110)	(2.334)	–	–	(9.444)
Custo de construção	–	(85.181)	–	–	(85.181)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(215.600)	(7.268)	3.195	–	(219.673)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	16.651	283.938	–	–	300.589
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	1.764.081	905.780	(23.493)	–	2.646.368
Receitas financeiras	276.901	66.922	(9.803)	–	334.020
Despesas financeiras	(740.820)	(344.524)	3.915	–	(1.081.429)
LUCRO OPERACIONAL	1.300.162	628.178	(29.381)	–	1.898.959
Imposto de renda e contribuição social	(229.599)	1.780	(36.795)	–	(264.614)
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	1.070.563	629.958	(66.176)	–	1.634.345
Resultado de operações descontinuadas	–	–	66.176	–	66.176
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.070.563	629.958	–	–	1.700.521

Notas Explicativas

31. Instrumentos Financeiros

31.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Controladora	NE nº	Nível	31.12.2024		31.12.2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	2	511.790	511.790	1.008.767	1.008.767
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	149.368	149.368	136.591	136.591
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (c)	8.2	3	75.425	75.425	71.835	71.835
			736.583	736.583	1.217.193	1.217.193
Custo amortizado						
Clientes (a)	7		379.135	379.135	425.448	425.448
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (d)	8.1		821.804	923.084	792.741	893.275
			1.200.939	1.302.219	1.218.189	1.318.723
Total dos ativos financeiros			1.937.522	2.038.802	2.435.382	2.535.916
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	17		461.758	461.758	449.743	449.743
Empréstimos e financiamentos¹ (e)	18		2.179.355	2.161.021	2.294.611	2.127.880
Debêntures (f)	19		4.982.090	4.919.743	3.807.334	3.811.044
Contas a pagar vinculadas à concessão¹ (g)	22		204.948	198.387	65.160	58.841
			7.828.151	7.740.909	6.616.848	6.447.508
Total dos passivos financeiros			7.828.151	7.740.909	6.616.848	6.447.508

¹O saldo contempla os empréstimos e contas a pagar vinculadas à concessão que foram reclassificados para Passivos classificados como mantidos para venda (NE nº 36).

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

Consolidado	NE nº	Nível	31.12.2024		31.12.2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	1	1.682.854	1.682.854	2.311.905	2.311.905
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	525.926	525.926	487.790	487.790
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (c)	8.2	3	75.425	75.425	71.835	71.835
			2.284.205	2.284.205	2.871.530	2.871.530
Custo amortizado						
Clientes (a)	7		562.023	562.023	635.495	635.495
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (d)	8.1		821.804	923.084	792.741	893.275
			1.383.827	1.485.107	1.428.236	1.528.770
Total dos ativos financeiros			3.668.032	3.769.312	4.299.766	4.400.300
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	17		538.793	538.793	536.356	536.356
Empréstimos e financiamentos¹ (e)	18		4.399.518	4.374.317	4.627.214	4.386.910
Debêntures (f)	19		5.493.000	5.425.408	4.357.779	4.354.139
Contas a pagar vinculadas à concessão¹ (g)	22		276.146	269.538	65.160	58.841
			10.707.457	10.608.056	9.586.509	9.336.246
Total dos passivos financeiros			10.707.457	10.608.056	9.586.509	9.336.246

¹O saldo contempla os empréstimos e contas a pagar vinculadas à concessão que foram reclassificados para Passivos classificados como mantidos para venda (NE nº 36).

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

Notas Explicativas

Apuração dos valores justos

- a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- c) Os ativos e passivos equivalem ao seu respectivo valor contábil (NE nº 4.3).
- d) Créditos a receber relacionados ao contrato de concessão de prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas, tendo seu valor justo calculado pelo fluxo de entradas de caixa esperado, descontado à taxa estipulada no edital do leilão nº 12/2015 Aneel (9,04%).
- e) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, CDI + spread de 1,12%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado, exceto para os contratos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB que tem o valor justo similar ao valor contábil, tendo em vista as características contratuais para construção de infraestrutura específica.
- f) Calculado conforme cotação da última negociação no mercado secundário através do preço médio do Preço Unitário – PU em 31.12.2024, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima.
- g) Utilizada a taxa de desconto real e antes dos impostos, de 8,23% a.a., compatível com a taxa estimada pela Companhia para projetos de longo prazo.

31.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

31.2.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa (a)	511.790	1.008.767	1.682.854	2.311.905
Títulos e valores mobiliários (a)	149.368	136.591	525.926	487.790
Clientes (b)	379.135	425.448	562.023	635.495
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (c)	821.804	792.741	821.804	792.741
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (d)	75.425	71.835	75.425	71.835
	1.937.522	2.435.382	3.668.032	4.299.766

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar os recursos financeiros em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme rating local das principais agências classificadoras.
- b) Risco de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados aos clientes, relacionado a fatores internos e externos. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, detectando clientes com maior possibilidade de inadimplência, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.
- c) A Administração considera reduzido o risco desse crédito visto que o contrato celebrado de venda da energia por cotas garante o recebimento de Receita Anual de Geração – RAG, que inclui a amortização anual desse valor durante o prazo da concessão.

Notas Explicativas

- d) Para os ativos de concessão de geração, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 596/2013, que trata da definição de critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição – VNR, para fins de indenização. Em julho de 2021 foi publicada a Resolução Normativa nº 942/2021, posteriormente abarcada pela Resolução Normativa nº 1027/2022, na qual disciplinou-se a apuração destes valores por meio da apresentação de laudos de avaliação a serem elaborados por empresas credenciadas. Em 2022 a Copel protocolou na Aneel os laudos de avaliação relativos aos valores residuais para as UHEs Governador Parigot de Souza – GPS e Mourão – MOU, que estão em fiscalização por parte da Aneel, conforme descrito na NE nº 8.2. A expectativa da Administração sobre a indenização destes ativos indica a recuperabilidade dos saldos registrados.

31.2.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração desse risco com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias, enquanto que as de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil – Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2029, repetem-se os indicadores de 2028 até o horizonte da projeção.

Controladora	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.12.2024							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 18	18.571	606.751	704.358	744.250	843.775	2.917.705
Debêntures	NE nº 19	81.043	3.037	1.435.405	3.423.527	2.320.543	7.263.555
Contas a pagar vinculadas à concessão	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	540	1.101	10.340	184.710	202.515	399.206
Fornecedores	—	178.057	220.236	7.759	55.706	—	461.758
Passivo de arrendamentos	NE nº 23	1.398	2.822	12.711	41.043	101.610	159.584
		279.609	833.947	2.170.573	4.449.236	3.468.443	11.201.808

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Consolidado	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.12.2024							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 18	40.950	654.498	906.970	1.760.420	3.082.966	6.445.804
Debêntures	NE nº 19	198.579	5.755	1.504.555	3.749.749	2.501.045	7.959.683
Contas a pagar vinculadas à concessão	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	540	1.101	13.535	266.914	221.206	503.296
Fornecedores	—	250.158	221.511	11.418	55.706	—	538.793
Passivo de arrendamentos	NE nº 23	1.678	3.384	15.295	55.114	269.802	345.273
		491.905	886.249	2.451.773	5.887.903	6.075.019	15.792.849

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado nas NEs nºs 18.3 e 19.3, a Companhia e suas controladas têm empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (covenants) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

Notas Explicativas

31.2.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável a Companhia considera os saldos atualizados com a variação dos indicadores (CDI/Selic – 15,00%, IPCA – 5,50%), previstos na mediana das expectativas de mercado para 2025 do Relatório Focus do Bacen, e TJLP de 8,79% calculado por projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários “1” e “2”, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Controladora		Base	Cenários projetados		
Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	31.12.2024	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	149.368	22.032	16.520	11.023
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	821.804	45.199	33.899	22.600
Contas a receber vinculadas à concessão de geração	Baixa IPCA	75.425	4.148	3.111	2.074
		1.046.597	71.379	53.530	35.697
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
BNDES (a)	Alta TJLP	(710.462)	(62.469)	(78.086)	(93.703)
BNDES	Alta IPCA	(395.126)	(21.732)	(27.165)	(32.598)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(37.507)	(3.298)	(4.122)	(4.947)
Banco Itaú	Alta CDI	(1.036.260)	(155.439)	(194.299)	(233.159)
Debêntures	Alta CDI/Selic	(3.961.102)	(594.165)	(742.707)	(891.248)
Debêntures	Alta IPCA	(1.020.988)	(56.154)	(70.193)	(84.232)
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IPCA	(204.948)	(11.272)	(14.090)	(16.908)
		(7.366.393)	(904.529)	(1.130.662)	(1.356.795)

(a) O saldo contempla o empréstimo de Colíder e de Cavernoso II que foram reclassificados para Passivos classificados como mantidos para venda (NE nº 36).

Notas Explicativas

Consolidado Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2024	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	525.926	77.571	58.165	38.810
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	821.804	45.199	33.899	22.600
Contas a receber vinculadas à concessão de geração	Baixa IPCA	75.425	4.148	3.111	2.074
		1.423.155	126.918	95.175	63.484
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
BNDES (a)	Alta TJLP	(1.401.520)	(123.232)	(154.040)	(184.848)
BNDES	Alta IPCA	(395.126)	(21.732)	(27.165)	(32.598)
Banco do Nordeste	Alta IPCA	(1.529.105)	(84.101)	(105.126)	(126.151)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(37.507)	(3.298)	(4.122)	(4.947)
Banco Itaú	Alta CDI	(1.036.260)	(155.439)	(194.299)	(233.159)
Debêntures	Alta CDI/Selic	(2.799.465)	(419.920)	(524.900)	(629.880)
Debêntures	Alta IPCA	(2.619.826)	(144.090)	(180.113)	(216.136)
Debêntures	Alta TJLP	(73.709)	(6.481)	(8.101)	(9.722)
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IPCA	(276.146)	(15.188)	(18.985)	(22.782)
		(10.168.664)	(973.481)	(1.216.851)	(1.460.223)

(a) O saldo contempla o empréstimo de Colíder e de Cavernoso II que foram reclassificados para Passivos classificados como mantidos para venda (NE nº 36).

31.2.4. Risco quanto à escassez de energia

A maior parte da capacidade instalada no País atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

Considerando a forte geração eólica no Nordeste, a geração de biomassa no Sudeste e o período chuvoso com energias naturais afluentes que elevaram os reservatórios para valores confortáveis, estima-se que o risco de falta energia em 2025 esteja minimizado.

Os critérios de garantia de suprimento de energia estão atualmente estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE. Com fundamento, os órgãos responsáveis mantêm os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança em todos os subsistemas.

31.2.5. Risco quanto aos impactos do GSF (Generation Scaling Factor)

O Mecanismo de Realocação de Energia - MRE é um sistema de redistribuição de energia gerada, característico do setor elétrico brasileiro, que deve sua existência ao entendimento, à época, de haver necessidade de operação centralizada associada a preço ótimo calculado centralmente, conhecido como PLD. Como os geradores não possuem controle sobre sua produção, cada usina recebe determinada quantidade virtual de energia, a qual pode ser comprometida por meio de contratos. Esse valor, que possibilita registros de contratos, é conhecido como Garantia Física - GF e é calculado centralmente. Diferentemente do PLD, que é calculado semanalmente, a GF é recalculada, por lei, a cada cinco anos, com limite de aumento ou redução, restringido a 5% por revisão ou a 10% no período da concessão.

Os contratos necessitam ter lastro. Isto é realizado, sobretudo, por meio de alocação de energia gerada, recebimento do MRE ou compra. O GSF é a relação entre toda a geração hidrelétrica dos participantes do MRE e o somatório da GF de todas as usinas do MRE. Basicamente, o GSF é utilizado para calcular quanto cada usina receberá de geração para lastrear sua GF. Assim, conhecendo o GSF de um dado mês, a Companhia poderá saber se necessitará lastrear seus contratos com compras.

Sempre que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for menor que o somatório dos contratos, será necessário efetuar compra no curto prazo. No entanto, para a situação em que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for maior que o total dos contratos, será recebida a diferença valorada ao PLD.

Para as usinas com contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a principal forma de gerenciar o risco de GSF baixo é não comprometer toda a GF com contratos, bem como a recompra oportuna de energia intra-anual, abordagens atualmente adotadas pela Companhia.

Notas Explicativas

Para os contratos no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, a Lei nº 13.203/2015 permitiu aos geradores contratarem seguro, mediante pagamento de um prêmio de risco. A Copel adotou esta abordagem para proteção dos contratos vinculados a energia produzida pelas UHEs Mauá, Baixo Iguaçu, Colíder e PCH Cavernoso II.

31.2.6. Risco de não prorrogação das concessões de geração e transmissão

A prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia, alcançadas pela Lei nº 9.074/1995, é disciplinada pela Lei nº 12.783/2013, a qual foi alterada pela Lei nº 14.052/2020.

As concessões de geração de energia hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos. As concessões de geração de energia termelétrica têm o prazo de prorrogação limitado a 20 anos.

De acordo com a referida lei, a concessionária deve solicitar a prorrogação da concessão com antecedência mínima de 36 meses da data final do contrato ou ato de outorga para usinas de geração de energia hidrelétrica e empreendimentos de transmissão de energia elétrica, e de 24 meses, para as usinas de geração termelétrica. O Poder Concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até 60 meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga, inclusive, definindo a tarifa ou as receitas iniciais para os empreendimentos de geração (RAG – Receita Anual de Geração) e transmissão (RAP – Receita Anual Permitida).

Em 2018 foi publicado o Decreto nº 9.271/2018, alterado pelos Decretos nº 10.135/2019, nº 10.893/2021 e nº 11.307/2022, que regulamentou a outorga de novo contrato de concessão de geração de energia elétrica associada à privatização de concessionária sob controle direto ou indireto da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município.

Em 19.11.2024, foram celebrados com o Poder Concedente os novos Contratos de Concessão nº(s) 01/2024 e 02/2024 das Usinas Hidrelétricas Governador Bento Munhoz da Rocha Netto - GBM ("Foz do Areia"), Governador Ney Braga - GNB ("Segredo") e Governador José Richa - GJR ("Salto Caxias") pelo prazo de 30 anos, decorrente do processo de transformação da Copel em "Corporação" (NE nº 1).

As concessões de geração e transmissão a vencer nos próximos dez anos são as relacionadas a UHE Derivação do Rio Jordão, PCH Arturo Andreoli e a Linha de Transmissão Bateias-Jaguariaíva 230 kV (NE nº 2).

Adicionalmente, quanto à prorrogação dos contratos de concessão de transmissão, em 29.12.2022 foi publicado o Decreto nº 11.314 que determina que a prorrogação das concessões de transmissão poderá ser realizada somente quando a licitação for inviável ou resultar em prejuízo ao interesse público e será realizada sem a indenização antecipada dos bens vinculados à prestação do serviço, condicionada à aceitação por parte da concessionária em relação à receita e demais condições do termo aditivo a ser elaborado pela Aneel. Atualmente, a regulamentação do Decreto está em discussão, por meio de Tomadas de Subsídios disponibilizadas à sociedade pela Aneel.

31.2.7. Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica, comercializados por meio de leilões regulados, possuem cláusulas de performance de geração, as quais estabelecem um montante mínimo de entrega de energia, com periodicidade anual e/ou quadrienal. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento, o que pode implicar em produção de energia inferior ao montante mínimo de energia contratada. Tal descumprimento contratual pode comprometer receitas futuras da Companhia.

O saldo registrado no passivo referente a não performance está demonstrado na NE nº 24. O aumento do passivo se deve ao fato de que os montantes a pagar estavam suspensos até 31.12.2024 em virtude das discussões no setor a respeito das restrições de geração dos parques eólicos (constrained-off). Além disso, após perturbação ocorrida no Sistema Interligado Nacional - SIN em 15.08.2023, o ONS, de forma preventiva, elevou a frequência das restrições, o que aumentou a restrição de geração de empreendimentos eólicos situados na região Nordeste. Estes eventos, de redução ou corte da geração de energia, principalmente em usinas eólicas e solares, se dão quando a produção supera a capacidade de consumo ou de transmissão do sistema elétrico. A questão é conhecida no setor elétrico como curtailment.

Notas Explicativas

Em dezembro de 2023, o Tribunal Regional Federal da 1ª região (TRF1) acatou os argumentos da ABEEólica – Associação Brasileira de Energia Eólica e ABSOLAR – Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica e determinou que a CCEE realizasse os pagamentos de compensações aos geradores na liquidação do mercado de curto prazo subsequente. Essa medida não foi cumprida pois a CCEE justificou que aguardava a definição das regras por parte da Aneel. Em julho, antes de qualquer regulamentação, a Aneel conseguiu a suspensão da decisão, argumentando ausência de urgência que justificasse a liminar. Em dezembro de 2024, o Tribunal Regional Federal da 1ª região (TRF1) decidiu liminarmente que os geradores têm direito ao ressarcimento pela energia não gerada devido a determinações do ONS (curtailment), restabelecendo a liminar anterior, porém sem retroagir ao momento em que foi suspensa anteriormente. Essa decisão dispõe que os geradores das fontes eólicas e solar voltem a ser compensados por eventos por restrição de operação, com efeitos futuros.

A Aneel recorreu da decisão e, em 22.01.2025, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou procedente o pedido e suspendeu novamente a liminar concedida. Na decisão, o STJ argumenta que os prejuízos decorrentes do curtailment não podem ser repassados aos consumidores sem um exame mais aprofundado a respeito da tese relativa aos riscos inerentes da atividade empresarial. Considerando que a liminar foi derrubada antes da primeira liquidação financeira (que ocorreria no início de fevereiro), os geradores não chegaram a ser ressarcidos pelos cortes de geração realizados desde então. A ação judicial aguarda o julgamento do mérito.

31.3. Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

Adicionalmente, a Companhia monitora o endividamento em relação ao patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir.

Endividamento	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Empréstimos e financiamentos	1.663.956	2.280.535	3.865.090	4.592.497
Debêntures	4.949.305	3.768.958	5.442.269	4.298.930
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(511.790)	(1.008.767)	(1.682.854)	(2.311.905)
(-) Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	(79.805)	(74.200)	(434.379)	(405.249)
Dívida líquida ajustada	6.021.666	4.966.526	7.190.126	6.174.273
Patrimônio líquido	14.239.413	12.748.166	14.239.413	12.874.366
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,42	0,39	0,50	0,48

O custo médio da dívida em taxa nominal em 2024 é de 11,46% (10,56% em 2023), o que equivale a 94,35% do CDI (90,64% do CDI em 2023).

Notas Explicativas

32. Transações com Partes Relacionadas

32.1. Saldos com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos de Partes Relacionadas, destacados em linhas específicas do balanço patrimonial, que se referem a contratos de compartilhamento de despesas de pessoal e administradores e de serviços celebrados entre a Copel e suas subsidiárias diretas e indiretas. Em 2023 também há saldo referente transferência de projetos entre subsidiárias da Copel GeT.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ativo circulante				
Controlador				
Companhia Paranaense de Energia - Copel	786	808	786	808
Controladas				
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	30	55	—	—
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	41	75	—	—
Uirapuru	42	77	—	—
FDA Energia	386	652	—	—
Bela Vista	105	178	—	—
Eólicas	2.783	12.800	—	—
Entidade sob controle em comum				
Copel Distribuição S.A.	13.007	8.950	13.007	8.950
Copel Comercialização S.A.	162	167	162	167
Empreendimentos controlados em conjunto				
Mata de Santa Genebra Transmissora	322	712	322	712
	17.664	24.474	14.277	10.637
Passivo circulante				
Controlador				
Companhia Paranaense de Energia - Copel	1.241	—	1.241	—
Entidade sob controle em comum				
Copel Distribuição S.A.	9.569	5.967	10.752	7.530
	10.810	5.967	11.993	7.530

32.2. Outras transações com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes das demais transações relevantes com partes relacionadas efetuadas pela Companhia, exceto transações de operações em ambiente regulado, registradas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores.

Notas Explicativas

Consolidado Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo/Despesa	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Entidades com influência significativa								
Estado do Paraná - Empregados cedidos (a)	37	77	-	-	-	-	-	-
BNDES e BNDESPAR (b)								
Financiamentos (NE nº 18)	-	-	1.288.970	1.935.508	-	-	(164.421)	(179.573)
Debêntures (NE nº 19)	-	-	183.225	200.242	-	-	(23.509)	(25.036)
Controladora								
Companhia Paranaense de Energia - Copel								
Dividendos e Juros sobre capital próprio	-	-	1.699.433	1.274.433	-	-	-	-
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Suprimento de energia elétrica	7.745	7.533	-	-	70.216	64.212	-	-
Copel Comercialização S.A.								
Suprimento de energia elétrica	166.831	201.458	-	-	1.933.600	2.331.333	-	-
Energia elétrica para revenda	-	-	16.940	-	-	-	(98.291)	(79.169)
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. (c)	170	163	-	-	1.073	1.439	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto								
Caiuá Transmissora de Energia - Dividendos	2.836	2.737	-	-	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção (d)	402	326	-	-	4.726	3.860	-	-
Integração Maranhense Transmissora - Dividendos	3.149	739	-	-	-	-	-	-
Matrinhã Transmissora de Energia - Dividendos	14.045	14.022	-	-	-	-	-	-
Guaraciaba Transmissora de Energia - Dividendos	34.017	44.882	-	-	-	-	-	-
Paranaíba Transmissora de Energia - Dividendos	6.635	8.360	-	-	-	-	-	-
Cantareira Transmissora de Energia - Dividendos	9.600	10.421	-	-	-	-	-	-
Mata de Santa Genebra Transmissora - Dividendos	11.527	13.837	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços e compartilhamento de estruturas (e)	2.299	2.180	-	-	13.638	13.653	-	-
Coligadas								
Dona Francisca Energética S.A. (f)	-	-	1.356	1.356	-	-	(14.527)	(15.345)
Foz do Chopim Energética Ltda. (g)	-	301	-	-	1.456	3.570	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (NE nº 28.2)	-	-	-	-	-	-	(4.002)	(5.528)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 20)	-	-	-	-	-	-	(389)	(358)
Outras partes relacionadas								
Fundação Copel								
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	57.678	55.456	-	-	(5.576)	(5.104)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 20)	-	-	328.977	420.718	-	-	-	-
Lactec (h)	-	-	5	43	-	-	(1.034)	(4.534)
Simepar (i)	-	-	370	370	-	-	(4.993)	(5.847)
Celepar (j)	-	-	-	-	-	-	(6)	(26)

- a) Ressarcimento do valor correspondente à remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Estado do Paraná. Os saldos apresentados são líquidos de Perdas de crédito esperadas.
- b) O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, que possui ações da Copel. O BNDES e a BNDESPAR adquiriram o total das debêntures emitidas pelas controladas Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurús IV e Ventos de Santo Uriel (NE nº 19).
- c) Contratos de serviços firmados entre a Copel GeT e a Elejor com vencimento em 30.09.2026.
- d) Contrato firmado entre a Copel GeT e a Caiuá Transmissora de Energia, com vencimento em 10.05.2026.
- e) Contratos firmados pela Copel GeT: operação e manutenção, com vencimento em 31.01.2028, e compartilhamento de instalações, com vencimento em 1º.01.2043.
- f) Contratos de compra e venda de energia realizado pela Copel GeT, com vencimento em 31.03.2025, firmados com a Dona Francisca Energética S.A., coligada da Copel.
- g) Contratos de operação e manutenção firmados pela Copel GeT, vencido em 31.05.2024.
- h) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OsciP, na qual a Copel é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel GeT e FDA, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel.
- i) O Sistema Meteorológico do Paraná – Simepar é uma unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Simepar mantém contratos com a Companhia de prestação de serviços de previsão do tempo, laudos meteorológicos, análise de ampacidade, mapeamento e análise de ventos e descargas atmosféricas.

Notas Explicativas

j) Contratos de prestação de serviços firmados com a Companhia de Tecnologia da Informação do Paraná - Celepar, sociedade de economia mista, integrante da administração indireta do Governo do Estado.

A Copel GeT tem contratos de compra e venda de energia de curto e longo prazo firmado com partes relacionadas, realizados de acordo com os critérios e definições do ambiente regulado. Tanto os saldos das transações existentes quanto os saldos dos compromissos são eliminados entre si quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Adicionalmente, a Copel GeT e suas controladas possuem contratos com a Copel Comercialização e com a Dona Francisca que totalizam R\$ 192.275 em compromissos de compra (R\$ 90.538 em 31.12.2023) e R\$ 5.947.971 (R\$ 5.533.701 em 31.12.2023) em compromissos de venda de energia.

No que diz respeito à remuneração do pessoal chave da administração, a Companhia não possui obrigações adicionais além dos benefícios de curto prazo divulgados no quadro acima e nas notas explicativas referenciadas.

32.3. Avais e garantias concedidos às partes relacionadas

Os avais e garantias concedidos pela Copel GeT e sua Controladora, Copel, na emissão de financiamentos e debêntures de suas controladas são informados nas NEs nºs 18 e 19 e nas operações efetuadas pelos empreendimentos controlados em conjunto são informados a seguir:

Empresa		Operação	Vencimento final	Valor aprovado	Saldo (a)	% participação
(1)	Caiuá Transmissora	Financiamento BNDES	15.02.2029	84.600	12.827	49,0
(2)	Cantareira Transmissora	Debêntures	15.08.2032	100.000	78.456	49,0
(3)		Financiamento	15.09.2032	426.834	324.713	
(4)	Guaraciaba Transmissora	Financiamento BNDES	15.01.2031	440.000	237.130	49,0
(5)		Debêntures	15.12.2030	118.000	105.001	
(6)	Matrinchã Transmissora (b)	Financiamento BNDES	15.06.2029	691.440	221.140	49,0
(7)		Debêntures (2ª)	15.06.2029	180.000	121.039	
(8)		Debêntures (3ª)	15.12.2038	135.000	163.044	
(9)	IMTE Transmissora	Financiamento	12.02.2029	142.150	27.688	49,0
(10)	Mata de Santa Genebra	Debêntures (2ª)	15.11.2030	210.000	1.702.206	50,1
(11)		Debêntures (3ª)	15.11.2041	1.500.000		
(12)	Paranaíba Transmissora	Financiamento	15.10.2030	606.241	331.031	24,5
(13)		Debêntures	15.03.2028	120.000	56.406	

(a) Saldo da dívida bruta, desconto do caixa restrito que já está garantido pelas próprias empresas.
(b) As garantias a serem prestadas na 3ª emissão só serão apresentadas depois do vencimento das Debêntures da 2ª emissão e do Financiamento com o BNDES.
Garantias da operação: penhor das ações de propriedade da Copel GeT em todos os empreendimentos.

Ainda, a Copel forneceu garantias financeiras, na modalidade de carta fiança corporativa, para contratos de compra e transporte de energia elétrica efetuados pela Copel GeT e suas subsidiárias, que totalizam R\$ 4.261 em 31.12.2024 (R\$ 4.492 em 31.12.2023).

33. Compromissos

Os principais compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, estão demonstrados a seguir:

Consolidado	31.12.2024	31.12.2023
Contratos de compra e transporte de energia	12.755.758	8.685.112
Melhorias nas instalações de Transmissão	310.665	—
Modernização da UHE GPS	215.573	—
Aquisição de ativo imobilizado e melhoria nas usinas eólicas	25.673	—

Notas Explicativas

34. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Operacionais - UHE Baixo Iguaçu	31.05.2025	2.764.597
Riscos Operacionais - UHE Governador Jayme Canet Junior	21.01.2026	2.334.953
Riscos Operacionais - Cutia e Bento Miguel	29.03.2025	2.225.164
Riscos Operacionais - UHE Colíder	01.12.2025	1.892.320
Riscos Nomeados	24.08.2025	1.491.159
Riscos Operacionais - Aventura e SRMN	28.11.2025	1.221.932
Riscos Operacionais - Brisa Potiguar	28.11.2025	1.101.652
Riscos Operacionais - Ventos de Serra do Mel II e IV	28.11.2025	1.101.502
Garantia Judicial	10.08.2025	683.415
Riscos Operacionais - São Bento	28.11.2025	596.239

Além dos seguros relacionados, a Companhia e suas controladas contratam outras apólices de seguros com menores valores, tais como: seguro D&O, responsabilidade civil geral, garantia judicial e de pagamento, riscos diversos, seguro de vida, seguro aeronáutico e seguro de veículos. Adicionalmente, a Companhia possui contrato de indenidade, em complemento ao seguro D&O.

Os seguros de garantia contratados pelas controladas, pelos empreendimentos controlados em conjunto e pelas coligadas possuem como avalista a Copel e/ou a Copel GeT, no limite de sua participação em cada empreendimento.

35. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

35.1. Transações que não envolvem caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Aquisições do ativo imobilizado (a)	122	3.015	1.738	3.636
Adições de direito de uso de ativos (b)	44.697	21.172	47.231	45.486
	44.819	24.187	48.969	49.122

(a) Corresponde ao montante de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do período.

(b) Reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamento (NE nº 23).

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

36. Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas

Em atendimento às diretrizes do Planejamento Estratégico Empresarial da Copel - Visão 2030 quanto à descarbonização do seu portfólio de ativos, priorização de investimentos, ações diretamente ligadas ao seu core business (energia elétrica), concentração em ativos de maior porte e melhoria na eficiência operacional, a Copel avaliou desinvestimentos e reciclagem de ativos e participações, conforme disposto a seguir.

UEG Araucária S.A. (UEGA)

Em 14.12.2023 a Copel e a Copel GeT assinaram o Contrato de Compra e Venda de Ações (CCVA) da participação societária na UEGA com a Âmbor Energia S.A., conforme disposto no Fato Relevante 20/23, sendo que o valor da transação na data-base de 30.09.2023, equivalente ao *Equity Value* referente à participação de 60,9% da Copel GeT no investimento, foi de R\$ 217.996 (R\$ 290.662 correspondente à participação da Copel de 20,3% e da Copel GeT de 60,9%).

Em 1º.07.2024, após cumpridas todas as condições previstas no CCVA, foi concluído o desinvestimento da totalidade das ações da participação da Copel (20,3%) e da Copel GET (60,9%) na UEGA para a Âmbor Energia S.A. no valor total de R\$ 261.355 (R\$ 196.016 correspondente somente à participação da Copel GeT), dos quais R\$ 58.132 já tinham sido recebidos como adiantamento em 14.12.2023. O ganho registrado no resultado da Companhia, líquido de custos de transação e impostos, foi de R\$ 12.004. Com a conclusão do processo a Copel e a Copel GeT deixaram de controlar a UEGA, transferindo seus ativos e passivos e a direção de seus negócios às adquirentes.

Notas Explicativas

Ativos de Geração de Pequeno Porte

Em 08.05.2024 o Conselho de Administração aprovou o início da etapa de propostas não vinculantes para desinvestimento de 13 ativos de geração de pequeno porte da subsidiária integral Copel GeT, totalizando 118,7 MW de capacidade instalada conforme quadro a seguir:

	Potência Outorgada	Garantia Física
	(MW)	(MW médios)
CGH Pitangui	0,87	0,09
CGH Salto do Vau	0,94	0,57
CGH Melissa	1,00	0,64
CGH Chopim I	1,98	1,48
PCH São Jorge	2,30	1,54
EOL Palmas	2,50	0,40
CGH Marumbi	4,80	2,40
PCH Apucarantina	10,00	6,71
PCH Chaminé	18,00	11,60
UHE Guaricana	36,00	16,10
PCH Cavernoso	1,30	0,96
PCH Cavernoso II	19,01	10,56
UTE Figueira	20,00	17,70
	118,70	70,75

Em 25.11.2024 foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças - CCVA com a Electra Hydra/Intrepid, no valor total de R\$ 450.492, correspondente ao equity value dos 13 ativos. Este valor será corrigido conforme previsão contratual. Um sinal de R\$ 45.000 foi recebido em 16.12.2024, e o restante será pago na data de fechamento da operação. Os ativos serão transferidos somente após a conclusão do desinvestimento que está condicionada à verificação de condições usuais para operações desta natureza, incluindo a aprovação dos órgãos competentes.

Descruzamento de Ativos

Em 12.12.2024, conforme Fato Relevante 12/24, a Copel GeT celebrou o Contrato de Trespasse de Estabelecimento, de Compra e Venda de Participação Societária, de Cessão Onerosa de Participação em Consórcio com Compra e Venda de Ativos e Outras Avenças com a Eletrobras e sua subsidiária integral Eletrobras CGT Eletrosul, por meio do qual acordaram o seguinte:

- A Copel GeT receberá (i) a totalidade dos 49% da participação da Eletrobras na Usina Hidrelétrica Mauá e (ii) a totalidade dos 49,9% da Eletrobras na transmissora Mata de Santa Genebra S.A. (MSG), passando a Copel GeT a deter participação integral dos respectivos ativos;
- A Copel GeT transferirá para a Eletrobras a Usina Hidrelétrica Colíder;
- Adicionalmente, a Copel GeT pagará R\$ 365.000 à Eletrobras através de recursos em caixa, no fechamento da operação, sujeita a mecanismos de ajustes de preço usuais de mercado.

A operação tem como data-base 31.12.2023, o que inclui a transferência do caixa e dos financiamentos dos três ativos.

A conclusão dos desinvestimentos dos Ativos de Geração de Pequeno Porte e do Descruzamento de Ativos aguarda à satisfação de condições precedentes usuais para operações desta natureza, incluindo a aprovação e anuência de órgãos competentes, como a Aneel e BNDES. A aprovação do CADE ocorreu em janeiro de 2025.

Os ativos da UHE Colíder não representam uma linha separada de negócios ou uma área geográfica de operações bem como não constituem uma subsidiária adquirida exclusivamente para revenda e, portanto, não são divulgados como operação descontinuada. A Companhia continua suas atividades no setor de geração de energia.

Saldos classificados como mantidos para venda

Em 31.12.2024 a composição dos ativos e passivos que foram classificados como mantidos para venda, estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Consolidado	UHE Colíder	Ativos de Geração de Pequeno Porte	31.12.2024	31.12.2023
Ativos classificados como mantidos para venda				
Caixa e equivalentes de caixa	–	13	13	22.354
Tributos a recuperar e tributos diferidos	–	–	–	112.025
Depósitos judiciais	–	–	–	41
Outros créditos	–	–	–	317
Imobilizado	1.602.581	245.844	1.848.425	293.750
Intangível	16.762	16.626	33.388	35
	1.619.343	262.483	1.881.826	428.522
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda				
Obrigações sociais e trabalhistas	–	–	–	702
Partes relacionadas	–	–	–	35.616
Fornecedores	–	–	–	3.613
Obrigações fiscais	–	–	–	278
Empréstimos e financiamentos	484.981	22.695	507.676	–
Dividendos a pagar	–	–	–	16.865
Contas a pagar vinculadas à concessão	32.505	280	32.785	–
Benefícios pós-emprego	–	–	–	718
Provisões para litígios	–	951	951	10.935
Outras contas a pagar	–	–	–	8.690
	517.486	23.926	541.412	77.417

Os saldos de 31.12.2024 contemplam os valores contábeis dos ativos e passivos dos 13 empreendimentos de geração de pequeno porte e da UHE Colíder, já ajustados pela cessação da depreciação e amortização. Os saldos da UEGA, de 31.12.2023, foram liquidados com o fechamento da operação ocorrido em 1º.07.2024.

Operações Descontinuadas

As receitas, custos e despesas bem como a movimentação de fluxo de caixa resultantes da UEGA, divulgados como operação descontinuada, estão detalhados nos quadros a seguir.

Demonstração de Resultados das Operações Descontinuadas	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Custos Operacionais	–	–	(21.337)	46.209
Lucro operacional bruto	–	–	(21.337)	46.209
Despesas gerais e administrativas	–	–	(4.884)	(10.349)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	–	–	(1.160)	(12.367)
Resultado da equivalência patrimonial	(23.590)	30.134	–	–
	(23.590)	30.134	(6.044)	(22.716)
Lucro (prejuízo) antes do res. financeiro e tributos	(23.590)	30.134	(27.381)	23.493
Resultado Financeiro	–	–	(3.000)	5.888
Lucro (prejuízo) operacional	(23.590)	30.134	(30.381)	29.381
Imposto de renda e contribuição social	–	–	–	36.795
Lucro líquido (prejuízo)	(23.590)	30.134	(30.381)	66.176
Ganho na operação de venda de participação	23.042	–	23.042	–
Imposto de renda e contribuição social	(11.038)	–	(11.038)	–
Lucro líquido (prejuízo) da operação descontinuada	(11.586)	30.134	(18.377)	66.176
Outros resultados abrangentes da operação descontinuada	–	185	–	304
Resultado abrangente da operação descontinuada	(11.586)	30.319	(18.377)	66.480

A tabela abaixo demonstra a reconciliação do resultado da operação descontinuada. Os montantes de eliminações de custos e despesas intercompany se referem principalmente aos serviços de operação e manutenção da UEGA prestados pela Copel GET, e à atualização monetária de dividendos da UEGA.

	31.12.2024	31.12.2023
Resultado de operação descontinuadas atribuídos à controladora	(11.586)	30.134
Resultado de operação descontinuadas atribuídos à não controladores	(15.147)	19.351
	(26.733)	49.485
(+) Eliminações de Custos/Despesas intercompany	8.356	16.691
Resultado de operação descontinuada consolidado	(18.377)	66.176

Notas Explicativas

Demonstração dos Fluxos de Caixa das Operações Descontinuadas	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido (prejuízo)	(23.590)	30.134	(30.381)	66.176
Ajustes ao lucro	23.590	(30.134)	5.052	(112.848)
Dividendos recebidos	27.651	–	27.651	–
Variações de ativos e passivos	–	–	(10.774)	(21.095)
Impostos e encargos pagos	–	–	–	–
Fluxo de caixa das atividades operacionais	27.651	–	(8.452)	(67.767)
Aportes em investimentos	(13)	–	–	–
Aquisições de imobilizado e intangível	–	–	(110)	(9.870)
Recebimento pela alienação	152.417	–	152.417	–
Fluxo de caixa das atividades de investimento	152.404	–	152.307	(9.870)
Ingressos de mútuos	–	–	14.500	35.000
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	–	–	14.500	35.000
Variação no caixa e equivalentes de caixa	180.055	–	158.355	(42.637)

Demonstração do Valor Adicionado das Operações Descontinuadas	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Valor Adicionado a Distribuir				
Receitas	–	–	–	1.032
(-) Insumos adquiridos de terceiros	–	–	(25.017)	(36.693)
(-) Depreciação e amortização	–	–	–	(16.432)
(+) Valor adicionado transferido	(548)	30.134	24.109	9.803
	(548)	30.134	(908)	(42.290)
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	–	–	3.030	6.139
Governo	–	–	13	(118.029)
Terceiros	–	–	3.388	3.424
Acionistas	(548)	30.134	(7.339)	66.176
	(548)	30.134	(908)	(42.290)

37. Eventos subsequentes

37.1. Desinvestimento Consórcio Baixo Iguaçu

Em 21.02.2025, conforme Fato Relevante 01/25, a Copel GeT exerceu o direito de preferência para aquisição da totalidade das ações da Geração Céu Azul S.A. (“Céu Azul”), atualmente pertencentes à Neoenergia S.A., detentora de 70% do Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu - CEBI, que explora a Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, pelo *equity value* de R\$ 984 milhões. O compromisso de aquisição foi contratado por adesão ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“CCVA 1”) que já havia sido negociado entre Neoenergia e o potencial comprador original desta participação.

Após o exercício do direito de preferência, a Copel GeT celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças junto à DK Holding Investments, S.R.O. (“CCVA 2”), por meio do qual a Copel GeT se comprometeu a alienar (i) a totalidade da referida participação acionária na Céu Azul, que será titular quando do fechamento da operação prevista no CCVA 1, e (ii) sua participação minoritária de 30% no CEBI, pelo *equity value* de R\$ 570 milhões, de forma que a adquirente se tornará proprietária indireta de 100% da UHE Baixo Iguaçu. A operação totaliza, em *equity value*, o montante de R\$ 1.554 milhões.

A transação explora uma oportunidade de negócio que gera valor para a Copel e otimiza sua estrutura operacional e administrativa. A Copel GeT recebeu à vista um sinal equivalente a 10% do valor total deste *equity value* e o saldo remanescente deve ser quitado até a data do fechamento, com ajustes usuais para esse tipo de negociação. Os fechamentos das transações previstas no CCVA 1 e no CCVA 2 estão condicionados ao cumprimento de determinadas condições precedentes, características desse tipo de operação.

Notas Explicativas

Curitiba, 27 de fevereiro de 2025

FERNANDO MANO DA SILVA

Diretor Geral

FELIPE GUTTERRES RAMELLA

Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

YURI MÜLLER LEDRA

Diretor Jurídico e de Compliance

MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ

Diretor de Operação e Manutenção

ADRIANO FEDALTO

Diretor Administrativo e de Participações

RODOLFO MORAES FONTES LIMA

Diretor de Comercialização

MARIA CRISTINA NAVARRO LINS PAUL

Contadora - CRC-PR-049704/O-9

Proposta de Orçamento de Capital

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com a Resolução CVM Nº 80/2022, abaixo se encontra demonstrada a proposta de orçamento de capital para o ano de 2025 da Copel Geração e Transmissão S.A., aprovada na 256ª reunião ordinária do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia, realizada em 06.11.2024, para posterior deliberação da Assembleia Geral em abril de 2025.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		R\$ Mil
Geração e Transmissão (a)		464.140
TOTAL		464.140
(a) Inclui Complexos Eólicos Brisa, Cutia, São Bento, Jandaíra, Vilas, Aventura e Santa Rosa & Novo Mundo e as SPEs Bela Vista (Ger), Marumbi (Tra), Costa Oeste (Tra), Uirapuru (Tra) e FDA (Ger).		

FONTES DE RECURSOS		R\$ Mil
Retenção de Lucros		464.140
TOTAL		464.140

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Copel Geração e Transmissão S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Copel Geração e Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Renovação dos contratos de concessões de geração (Notas 1 e 15.1)

Porque é um PAA

Em novembro de 2024, a Companhia realizou o pagamento do bônus de outorga no montante de R\$ 4.073.915 mil (Consolidado), referente à renovação das concessões de três usinas hidrelétricas por um novo período de 30 anos. Os respectivos ativos, passaram a ser depreciados e/ou amortizados de maneira linear pelo prazo de vida útil estabelecido pela ANEEL, limitado ao vencimento do contrato de concessão, sem valor residual.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e de julgamentos significativos na avaliação dos aspectos contratuais e regulatórios da renovação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Reuniões com a administração da Companhia para discutir e obter o entendimento do tema e a avaliação do tratamento contábil adotado pela Companhia. Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela administração da Companhia.

- Com o apoio de especialistas efetuamos leitura dos contratos de concessão, bem como dos memorandos internos de avaliação dos aspectos regulatórios e contábeis elaborados pela administração, para avaliação dos termos, condições e prazos de renovação.

- Confrontamos os valores dos bônus de outorga com os registros contábeis e os respectivos comprovantes de pagamento.

- Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e julgamentos adotados no reconhecimento das renovações de contratos de concessão de geração são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossa auditoria.

Provisão para litígios e passivos contingentes (Notas 4.9 e 25)

Porque é um PAA

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, regulatória, tributária e trabalhista, para os quais a administração registra uma provisão no balanço patrimonial, nos casos em que considera que perdas são prováveis, e divulga os montantes daqueles processos cujas expectativas de perda foram avaliadas como risco possível. As estimativas de perdas dos processos em andamento, envolvem julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, que dependem de eventos futuros que não estão sob o controle da administração. Nesse contexto, o andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode apresentar desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos.

Além disso, mudanças nas jurisprudências também podem trazer alterações nas estimativas da administração. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos valores envolvidos e dos julgamentos adotados pela administração da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela administração, relacionados com a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e dos passivos contingentes.
- Com o apoio de nossos especialistas, para selecionadas causas mais significativas, avaliação da razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como a argumentação e a existência de jurisprudências, quando aplicável.
- Obtenção das confirmações diretamente de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Companhia e suas controladas, para obtenção dos dados relacionados à avaliação do prognóstico, completude das informações e quantificação dos montantes estimados como perda possível e provável.
- Análise das movimentações da conta de provisão para litígios e contingências durante o exercício, a fim de identificar a movimentação das principais causas.
- Leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os julgamentos e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para litígios, bem como as divulgações efetuadas sobre os passivos contingentes, são consistentes com as informações obtidas em nossos trabalhos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do período anterior

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria, com data de 29 de fevereiro de 2024, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das

demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Geração e Transmissão S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício de 2024, e as correspondentes notas explicativas, bem como a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2024, e a Proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2025. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a Administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração, pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sem ressalvas, e o Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário de 2024, os Conselheiros Fiscais opinam que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024, bem como a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2024, e o Orçamento de Capital para o exercício de 2025, deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2025, estão em condições de ser encaminhados à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2025

DEMETRIUS NICHELE MACEI
Presidente

FRANCISCO OLINTO VELO SCHMITT

FILIPE BORDALO DI LUCCIO

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, eleitos e destituíveis por tal órgão, todos com prazo de mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida reeleição. Na composição do CAE são observados os seguintes parâmetros:

ter a maioria de membros independentes nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis;
no mínimo, 01 (um) membro com experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente;
no mínimo 01(um) dos membros do Comitê deverá ser integrante do Conselho de Administração;
no mínimo 01(um) dos membros do Comitê não será membro do Conselho de Administração e deverá ser escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica;
o Coordenador do Comitê deverá ser membro do Conselho de Administração;
o prazo máximo para exercício do cargo é de 10 anos; e
é vedada a participação de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê.

As características, composição, funcionamento e competências do órgão são estabelecidas em Regimento Interno específico. Esse Comitê assessoria e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do CAE estão auditoria, supervisão e fiscalização e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia, zelando pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

O Comitê é responsável pela emissão de relatório anual, devendo o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, elaborado ao final do exercício, ser publicado em conjunto com as demonstrações contábeis e financeiras. Suas reuniões ordinárias são realizadas, no mínimo, doze vezes ao ano, conforme calendário previamente definido, podendo haver outras, extraordinárias, sempre que necessário. O CAE conta com plano de trabalho para apoiar suas atividades, desenvolvido com apoio de consultoria externa, sendo a Ernst & Young – EY responsável pelo apoio ao processo da última revisão do documento. No plano de trabalho do Comitê são consideradas a legislação vigente, nacional e internacional, regulamentação aplicável à Companhia, Estatuto Social, Regimento Interno do órgão, normativas internas e boas práticas de mercado.

A estrutura do Plano de Trabalho do CAE em 2024, contemplou as atribuições do órgão e trouxe o cronograma detalhado de reuniões, contendo os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio a cada tema; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei Sarbanes-Oxley - SOX 301/407, à Instrução CVM 80/2022, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano.

O Plano de Trabalho Anual do CAE 2024 abordou 16 temas principais, somando 98 pautas específicas, distribuídos em, no mínimo, 12 reuniões ao longo do ano.

A auditoria independente, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), é responsável pelo planejamento e execução da auditoria das Demonstrações Contábeis da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT, DIS, Mercado Livre, Serviços e Eólicas).

Compete ao auditor independente, no contexto e escopo do seu trabalho, emitir opinião sobre as Demonstrações Financeiras e se as mesmas refletem de forma adequada a posição patrimonial e financeira da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade. O ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais, também é avaliado pela PwC, uma vez que essas estão sujeitas à lei americana Sarbanes-Oxley – SOX.

Ainda no contexto de controles internos, a Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, em sua atuação como segunda linha de defesa, atua no desenho dos controles junto aos órgãos da administração, primeira linha de defesa. Posteriormente, cabe a DRC atuar no teste de desenho dos controles internos. Já a Auditoria Interna - AUD, como terceira linha de defesa, atua no teste de controles internos quanto à sua eficiência e eficácia.

O CAE elabora, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) suas atividades, resultados, conclusões e recomendações no período, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas às diretorias, registrando aquelas não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; e (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências.

2. HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Criado inicialmente para adequação da Companhia às exigências contidas na Lei Sarbanes-Oxley – SOX, que regulamenta a atuação das empresas abertas que possuem ações em negociação na bolsa de valores NYSE dos Estados Unidos, o Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, atua desde maio/2005. Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada na 195ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 07.06.2017, o Colegiado passou a se denominar Comitê de Auditoria Estatutário - CAE.

Em 11.03.2021, com a alteração do Estatuto Social da Copel, aprovada pela 201ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, o Comitê de Auditoria Estatutário teve alteração, quando passou a ser permitida a composição entre 03 (três) a 05 (cinco) membros. Já em 10.07.2023, foi aprovada a reforma estatutária pela 207ª AGE, mantendo a composição do CAE, desde que: (i) a maioria destes se enquadrasse nos critérios de independência da legislação aplicável; (ii) que no mínimo, 01 (um) membro apresentasse experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente; (iii) que no mínimo 01(um) dos membros fosse integrante do Conselho de Administração; (iv) no

mínimo 01(um) do membro externo, escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; (v) que o Coordenador do Comitê fosse membro do Conselho de Administração; (vi) o prazo máximo para exercício do fosse de 10 anos; e (vii) ficasse vedada a participação de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê.

Em 2024, o Comitê teve a seguinte composição, eleita para o mandato 2023/2025: Carlos Biedermann (como Coordenador e especialista financeiro), Pedro Franco Sales (eleito como membro na 250ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, para completar o mandato 2023/2025) e Luiz Cláudio Maia Vieira (como membro externo), todos membros independentes, em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis, e que atendem aos requisitos de independência impostos pela Securities and Exchange Commission - SEC e pela New York Stock Exchange - NYSE.

Considerando a necessidade do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, para assessoria no desempenho de suas atribuições, um profissional da Companhia é designado como Assessor do CAE da Copel. Desde 06.11.2020, conforme deliberado na 226ª Reunião do CAE, o profissional Adilson Dvulathca (registro 49.438), atua como Assessor do CAE da Copel (Circular-058/2020, de 10.11.2020).

3. RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2024

3.1. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

As pautas das reuniões realizadas em 2024 foram baseadas no plano de trabalho, elaborado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, que indica os seguintes assuntos para discussão do Colegiado ao longo do ano: apreciação de informações contábeis; auditoria independente; canal de denúncias e Comitê de Ética; capacitação; compliance; contratações/consultorias; controles internos, auditoria interna e DFs; debriefing; divulgação; finanças e DFs; gestão de riscos; orçamento; outros assuntos extraordinários (Cibersegurança, calendário anual de reuniões, LGPD e melhoria contínua); partes relacionadas; regimento interno CAE e normativas internas da Copel relativas ao CAE.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024, foram realizadas 13 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da Copel, as quais contemplaram 118 pautas, envolvendo os membros da Diretoria da Companhia, Superintendentes, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente formalizadas em atas. Foram relatados, mensalmente, nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração - CAD, os principais temas tratados nas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas para as diversas áreas da Companhia e suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, bem como os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram registrados de forma resumida nas atas do Conselho de Administração.

PAUTAS POR TEMAS:

O resumo do alcance das pautas tratadas pelo CAE da Copel em 2024 pode ser observado no gráfico abaixo: (gráfico)

Apreciação demonstrações contábeis e Relatório Administração (16)

Assuntos CAE (18)

Finanças e DFs (14)

Auditoria Independente (8)

Auditoria Interna, Fundação Copel, Controles Internos e DFs (20)

Debriefing (3)

Gestão de riscos (12)

Partes relacionadas (6)

Canal de Denúncias e Comitê de Ética (6)

Outros (4)

Compliance (8)

Divulgação (3)

3.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer de 2024, foram contempladas, em reuniões do CAE, 8 pautas com participação da Auditoria Independente. Essas pautas abordaram o andamento dos trabalhos da Auditoria Independente para o Formulário 20-F; o planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para 2024; apresentação sobre os trabalhos relativos às Demonstrações Financeiras e de controles internos; a análise dos assuntos significativos endereçados pelo Auditor Independente; o monitoramento de status dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela auditoria independente, ao longo do período de 2024.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Mensalmente são monitoradas, pelo Comitê, as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria independente.

3.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No decorrer de 2024, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração foram apreciados pelo CAE, totalizando 16 pautas, nas quais foram tratadas a análise e recomendação para aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023; a revisão preliminar das Demonstrações Financeiras Intermediárias - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2024; a Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2023 e para Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade.

A análise e recomendação quanto ao Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024, de Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido e quanto ao Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade, ocorre na reunião realizada em fevereiro de 2025, após finalizadas as discussões com os Auditores Independentes sobre os resultados dos seus trabalhos, os quais incluem os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório, as conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras, a discussão das práticas contábeis adotadas, controles internos, legislação societária brasileira, bem como demais normas aplicáveis.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de

dezembro de 2024. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE ? anteriormente aqui descritos de forma sumarizada ? assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2024, no Relatório Anual 2024, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

3.4. AUDITORIA INTERNA

No decorrer de 2024, foram tratadas 11 pautas com a Auditoria Interna, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê fez o acompanhamento das atividades da Auditoria Interna, verificação de suas recomendações e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAIN 2023; Plano de Trabalho da Auditoria Interna - PAINT 2024; contratação de serviços de consultoria para apoio à Auditoria Interna e teve ciência da avaliação da Auditoria Interna sobre a Gestão de Riscos na Companhia e sobre os trabalhos relativos à Lei Sarbanes-Oxley - SOx.

Na 301ª Reunião, de 10.06.2024, a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social apresentou informações a respeito dos Planos Previdenciários patrocinados pela Copel e administrados pela Fundação Copel. Adicionalmente, a Fundação Copel apresentou informações na 302ª Reunião, de 09.07.2024 e na 305ª Reunião, de 08.10.2024.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria interna. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria interna.

3.5. SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

No decorrer de 2024, foram tratadas 6 pautas sobre controles internos, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê recebeu reporte dos trabalhos relativos a controles internos; bem como, a atualização do status de auditoria, pela PwC, desses Controles Internos. Na 300ª Reunião, de 07.05.2024, houve a deliberação acerca da revisão da materialidade utilizada pela Administração da Companhia para o estabelecimento de processos corporativos para a análise, revisão e atualização da documentação sobre riscos e controles internos, em atendimento à Sarbanes-Oxley.

A metodologia adotada pela Companhia para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do Internal Control - Integrated Framework, definido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), e com a Lei Sarbanes-Oxley - SOx. A Administração da Companhia é responsável pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Companhia, dos procedimentos e práticas de controles internos e que esses se encontrem em efetiva aplicação. O CAE também estimulou e validou a criação de instrumentos de controle (Políticas Internas, Normas Administrativas, entre outros) para assegurar o bom andamento das atividades da Companhia, inclusive extensivos a suas empresas controladas e coligadas. Embora o tema tenha sido tratado em pautas específicas, o assunto permeia os demais itens da pauta de trabalho do órgão, tendo sido intensamente discutido no decorrer do ano pelos membros do CAE. Mensalmente são monitoradas as deliberações tomadas sobre temas relativos a sistemas de controles internos.

3.6. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS

No decorrer de 2024, foram tratadas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 6 pautas que trataram do Canal de Denúncias, Comitê de Ética, Código de Conduta e demais temas relacionados. Essas pautas abordaram o monitoramento do Canal de Denúncias e o acompanhamento ao longo do ano, em reuniões específicas, acerca de denúncias recebidas pelo Canal, quando necessário.

Trimestralmente é apresentado ao CAE o acompanhamento do Canal de Denúncias pela diretoria responsável pela área de Compliance e, periodicamente, a Auditoria Interna apresenta as apurações relacionadas às denúncias recebidas.

Mensalmente são monitoradas pelo CAE as deliberações tomadas sobre temas relativos à Ouvidoria e Canal de Denúncias.

3.7. GESTÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS

No decorrer de 2024, foram tratadas 12 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram o reporte dos trabalhos relativos à gestão de riscos e a revisão dos riscos estratégicos corporativos e das subsidiárias integradas.

O CAE, com o intuito de reforçar a qualidade da gestão de riscos, analisa mensalmente, em pauta específica, um risco estratégico da Companhia. Como exemplo, em 2024 alguns dos riscos analisados em agenda específica foram Proteção de Dados - LGPD, Regulatório, Cibersegurança, Barragens, Inteligência Artificial, Mudanças Climáticas e Comercialização de Energia.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à gestão e monitoramento de riscos.

3.8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Comitê de Auditoria Estatutário tem como uma de suas atribuições "avaliar e monitorar, trimestralmente ou por ocorrência, em conjunto com a administração e a Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas em conformidade com a política de transação com partes relacionadas e a política de gestão de riscos."

No decorrer de 2024, foram tratadas 6 pautas envolvendo transações com partes relacionadas, em reuniões do CAE.

Mensalmente são monitoradas pelo órgão as deliberações tomadas sobre temas relativos a transações com partes relacionadas.

3.9. OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria Estatutário tratou de outras pautas em reuniões periódicas, relacionadas aos assuntos já indicados neste relatório e demais assuntos indicados em plano de trabalho do CAE, os quais são compliance; debriefing; divulgação; finanças e DFs; monitoramento das deliberações; orçamento; e regulamentos de independência do CAE. Ainda, os demais assuntos indicados também foram contemplados, quando aplicável, nas demais pautas citadas anteriormente neste relatório.

Na programação para 2024, o Comitê de Auditoria Estatutário discutiu seu plano de trabalho, além de analisar os resultados das avaliações de desempenho do Colegiado.

4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário reporta suas atividades mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia. Em

deliberações específicas, o Comitê de Auditoria Estatutário emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações.

4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA EXECUTIVA E SUPERINTENDENTES

Para todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Superintendentes das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também ocorre das Superintendências, por meio de suas Diretorias, realizarem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria Estatutário, no que for pertinente às atribuições desse Comitê, principalmente àquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA

Mudanças climáticas

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à Diretoria de Governança, Risco e Compliance que os planos de ações referentes às mudanças climáticas que se mantenham atualizados para fazer frente à severidade dos eventos climáticos atuais e os possíveis impactos desses eventos nos negócios da Companhia, e apresentados ao Conselho de Administração da Companhia.

Cibersegurança

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à auditoria interna da Companhia a inclusão no planejamento das atividades de previsão para criação de teste automatizado para o tema Cibersegurança.

Adicionalmente, por ocasião da apresentação dos resultados dos trabalhos de auditoria interna, os membros do CAE solicitaram detalhamento dos planos de ações referente ao risco de Cibersegurança para a então Diretoria de Gestão Empresarial. O tema atualmente está sob responsabilidade da Vice-Presidência de Estratégia, Novos Negócios e Transformação Digital.

Monitoramento de Barragens

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à subsidiária integral Copel Geração e Transmissão S.A. que se mantenham atualizadas as ações acerca do monitoramento e segurança de barragens, tendo em vista a severidade dos eventos climáticos atuais e os possíveis impactos desses eventos nos negócios da Companhia.

Contratação de serviços de apoio à Auditoria Interna, Controles Internos, Consultoria Contábil e Laudo Atuarial

O Comitê de Auditoria Estatutário participou do processo de contratação de prestação de serviços para apoiar à Companhia no âmbito da Auditoria Interna, Controles Internos, Consultoria Contábil e emissão de Laudo Atuarial. De acordo com suas atribuições regimentais, o CAE realizou entrevistas técnicas com as empresas concorrentes e emitiu recomendações à administração no âmbito do processo de contratação.

Divulgação de informações financeiramente materiais de Sustentabilidade nas Demonstrações Financeiras – IFRS S1 e S2

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à administração da Companhia diagnóstico dos procedimentos executados no projeto para divulgação dos temas financeiramente materiais de Sustentabilidade nas Demonstrações Financeiras da Copel (IFRS S1 e S2).

Solicitação de informações sobre contratos de auditoria firmados pela Administração

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à Auditoria Interna detalhamento dos contratos celebrados pela Companhia junto à firmas de auditoria. No detalhamento, foram observadas informações históricas no período de 2016 a 2023, decorrentes de procedimentos licitatórios. O CAE apresentou suas considerações e recomendações à administração, considerando a nova natureza jurídica da Companhia.

Plano Anual de Trabalho da Auditoria Independente

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário analisaram o Plano Anual de Trabalho da Auditoria Independente, apresentado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC).

Em dezembro de 2023 foi autorizada a substituição da auditoria independente para a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), que iniciou suas atividades a partir da revisão das informações trimestrais ("ITRs") do primeiro trimestre do exercício de 2024.

Os Membros do Comitê afirmaram que diversas providências foram solicitadas à Diretoria da Companhia, em especial robustez nos sistemas de controles internos da Copel e de suas Subsidiárias Integrais, acompanhamento e monitoramento das deficiências apontadas pela auditoria externa e recomendações sinalizadas pela auditoria interna e pelas áreas de controles internos e compliance, dentre outras medidas que podem ser evidenciadas nas atas de reuniões deste Comitê.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Companhia - Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE ? anteriormente aqui descritos de forma sumariada ? assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2024, no Relatório Anual 2024, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2025.

CARLOS BIEDERMANN

Coordenador e Especialista Financeiro

PEDRO FRANCO SALES

Membro

LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA

Membro Externo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Copel Geração e Transmissão S.A. - Copel GeT, companhia aberta, categoria B, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR - CEP 81200-240, inscrita no CNPJ sob o nº 04.370.282/0001-70, para fins do disposto na Resolução CVM nº 80/2022, declaramos que:

(I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras da Copel GeT de 31.12.2024; e

(II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Copel GeT de 31.12.2024.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2025

FERNANDO MANO DA SILVA
Diretor Geral

FELIPE GUTTERRES RAMELLA
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

YURI MÜLLER LEDRA
Diretor Jurídico e de Compliance

MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Diretor de Operação e Manutenção

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo e de Participações

RODOLFO MORAES FONTES LIMA
Diretor de Comercialização

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Copel Geração e Transmissão S.A. - Copel GeT, companhia aberta, categoria B, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR - CEP 81200-240, inscrita no CNPJ sob o nº 04.370.282/0001-70, para fins do disposto na Resolução CVM nº 80/2022, declaramos que:

(I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras da Copel GeT de 31.12.2024; e

(II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Copel GeT de 31.12.2024.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2025

FERNANDO MANO DA SILVA
Diretor Geral

FELIPE GUTTERRES RAMELLA
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

YURI MÜLLER LEDRA
Diretor Jurídico e de Compliance

MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Diretor de Operação e Manutenção

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo e de Participações

RODOLFO MORAES FONTES LIMA
Diretor de Comercialização